

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Linguística**  
*Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral*

**Fabiana Cristina Baldim Lopes Moretti**

**Os Verbos de Transferência/Movimento no PB e a  
Expressão do Objeto Indireto**

**Revisitando a Noção de Estrutura Argumental  
à Luz da Morfologia Distribuída**

São Paulo  
2010

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Linguística**  
*Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral*

**Fabiana Cristina Baldim Lopes Moretti**

**Os Verbos de Transferência/Movimento no PB e a  
Expressão do Objeto Indireto**

**Revisitando a Noção de Estrutura Argumental  
à Luz da Morfologia Distribuída**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística/USP como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Paula Scher**

São Paulo  
2010

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Linguística**  
*Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral*

**Fabiana Cristina Baldim Lopes Moretti**

**Os Verbos de Transferência/Movimento no PB e a  
Expressão do Objeto Indireto**

**Revisitando a Noção de Estrutura Argumental  
à Luz da Morfologia Distribuída**

**Banca Examinadora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Scher  
Instituição: FFLCH/USP  
Presidente

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Alessandro Boechat de Medeiros  
Instituição: UFRJ  
Titular

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Esmeralda Vailati Negrão  
Instituição: FFLCH/USP  
Titular

São Paulo  
2010

*Ao Alberto, com amor, e à família que teremos.*

# Agradecimentos

Cursar o mestrado na USP é, para mim, a concretização de um sonho, sonhado por muito tempo.

É claro que a realização desse sonho só foi possível graças a muitas pessoas, que sonharam esse sonho junto comigo, me apoiando e ajudando.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela energia e pela saúde que me concedeu, o que me possibilitou concluir esse trabalho.

Agradeço à Ana Paula Scher, querida professora, orientadora e amiga, por toda sua compreensão, apoio e confiança, sem os quais a realização dessa tarefa não teria sido possível.

Agradeço aos professores do Departamento de Linguística da FFLCH/USP, pela formação em Linguística que pude adquirir por meio de suas aulas e da convivência em grupos de estudos, eventos e conversas informais.

Agradeço às professoras Esmeralda Vailati Negrão, Evani Viotti e Luciana Storto, por suas valiosas contribuições a esse trabalho durante o exame de qualificação.

Agradeço também aos funcionários do DL, por sua ajuda sempre que precisei.

Agradeço aos membros do Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída (GREMD), pela maravilhosa convivência acadêmica e pelos muitos conhecimentos compartilhados. Fazer parte desse grupo fez, para mim, toda a diferença nesses anos de USP.

Agradeço aos queridos amigos que pude encontrar pelos caminhos da Linguística: Aline Garcia Roderio, Indaiá de Santana Bassani, Ivanete Belém do Nascimento, Lucia Helena Rozario da Silva, Marcus Vinícius Lunguinho e Rafael Dias Minussi. Esses amigos tornaram tudo mais leve e alegre.

Agradeço aos queridos amigos que encontrei pelos muitos caminhos que trilhei até aqui, que sempre souberam compreender minhas ausências, inevitáveis, nesse período do mestrado. Em especial, agradeço à Carla Giovanna e ao David Leonardo, amigos da vida toda.

Agradeço à querida amiga Gilda Lima Mafra, por todo o carinho e por toda a torcida a meu favor.

Agradeço à querida amiga Alessandra Grande. Sem sua ajuda, compreensão e apoio chegar até aqui teria sido, talvez, impossível.

Agradeço os queridos Joey e Elvis, por terem acompanhado cada minuto desse trabalho, pacientemente e, às vezes, impacientemente. Obrigada por vocês terem dormido aos meus pés por tantas e tantas vezes, embora preferissem, claramente, sair para passear ou brincar com a bolinha.

Agradeço à minha família, que sempre me apoiou e incentivou em todos os meus projetos, sempre acreditando que eu era capaz.

Agradeço à família Moretti, pelo carinho com que me recebeu e por compreender minhas ausências.

Agradeço aos meus queridos tios José Augusto Baldim e Luis Alberto Baldim, por seu carinho paternal e por terem comprado o meu primeiro dicionário de inglês.

Agradeço ao meu irmão e ao meu pai, que sempre me admiraram, fazendo com que eu acreditasse que deveria me esforçar para merecer essa admiração.

Agradeço à minha mãe, por tudo. Por ter me feito o que sou hoje. Por todo o seu amor, cuidado, apoio e compreensão. Obrigada por você existir e ser minha mãe.

Por fim, agradeço ao Alberto, por seu amor e dedicação. Sem você, nada do que faço teria sentido. Obrigada por toda a sua ajuda, paciência e compreensão durante esses anos USP.

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.”*

*Fernando Pessoa*

## Resumo

Os verbos que expressam eventos de transferência/movimento no PB são formados a partir de Raízes que envolvem, em sua semântica, um agente, um elemento ‘transferido/movido’ e um ‘recedor/alvo’. Geralmente, esses verbos formam construções sintáticas ditransitivas, em que o agente é expresso por meio do sujeito, o elemento transferido/movido por meio de um objeto direto e o recededor/alvo por meio de um objeto indireto.

Nesses contextos sintáticos, o objeto indireto tem suscitado, na literatura pertinente, algumas discussões sobre sua natureza, como: argumento ou adjunto, e, ainda, complemento dativo ou complemento oblíquo. Essas discussões demonstram a indefinição do estatuto sintático-semântico desse elemento para as teorias linguísticas.

Entendemos que essas discussões estão ligadas à concepção de estrutura da gramática assumida pelos diferentes pesquisadores e, também, ao modo como estes entendem que as noções de estrutura argumental e de estrutura sintática interagem dentro dessa concepção. Em outras palavras, o debate surge, pois, na caracterização da relação gramatical do objeto indireto com o verbo, é fundamental que o pesquisador disponha de uma teoria da estrutura argumental que lhe permita estabelecer o mapeamento e o licenciamento dos argumentos na sintaxe.

Assumimos, neste trabalho, a estrutura da gramática tal como esta é concebida pela Morfologia Distribuída (*Distributed Morphology*, doravante, DM) (Halle & Marantz 1993). Segundo a DM, os morfemas são constituídos por traços sintático-semânticos disponibilizados pela Gramática Universal. Os verbos consistem de morfemas-l (Raízes) em determinadas relações estruturais com morfemas-f, licenciadores de estruturas sintáticas de natureza verbal.

Não pressupondo um mapeamento determinístico das propriedades semânticas das Raízes na sintaxe, a DM consegue explicar a possibilidade de um mesmo verbo ocorrer em mais de uma estrutura sintática, sem precisar recorrer, por exemplo, a duas entradas lexicais para esse mesmo verbo. Dessa forma, constitui-se em um modelo mais vantajoso para explicar fenômenos relacionados à estrutura argumental e à realização de argumentos do que modelos baseados na entrada lexical, o que justifica nossa opção teórica.



Além disso, essa teoria nos permite participar das discussões mencionadas acima sobre o objeto indireto. Assumimos que esse elemento tem o estatuto de argumento dos verbos de transferência/movimento (VT/M) no PB, sendo um complemento dativo. Pressupostos como a inserção tardia de fonologia em *Spell-Out* (uma operação pós-sintática) e a subespecificação do item de vocabulário, assinaladas pela DM, dão conta de explicar os casos em que o objeto indireto não é realizado fonologicamente, ocorrendo na estrutura sintática como um argumento nulo anafórico ou como um argumento implícito sem referência anafórica, bem como os casos em que esse elemento não ocorre na estrutura sintática derivada pelo verbo *dar*.

Palavras-chave:

- |                                      |                            |
|--------------------------------------|----------------------------|
| 1- Verbos de Transferência/Movimento | 2- Sentenças Ditransitivas |
| 3- Objeto Indireto                   | 4- Estrutura Argumental    |
| 5- Realização de Argumentos          |                            |

## ***Abstract***

*Verbs which express transfer/motion events in Brazilian Portuguese are formed by Roots that involve, in their semantics, an agent, a transferred/motioned element and a receiver/goal. In general, these verbs form ditransitive syntactic constructions, in which the agent is expressed through the subject, the transferred/motioned element through the direct object and the receiver/goal through the indirect object.*

*In these syntactic contexts, the indirect object has aroused, in the relevant literature, some discussions about its nature: argument or adjunct, and, yet, dative complement or oblique complement. These discussions show the indefiniteness of the syntactic-semantic status of this element inside linguistic theories.*

*We understand that these discussions are connected to the conception of grammar structure assumed by the different researchers, and, also, to the way they understand argument structure and syntactic structure interact inside this conception. In other words, the debate arises for, in the characterization of the grammatical relation of the indirect object with the verb, it is crucial that the researcher has an argument structure theory that allows him to establish the arguments' mapping and licensing in syntax.*

*In this research, we assume the Distributed Morphology's (DM) (Halle & Marantz 1993) grammar structure. According to DM, morphemes consist of syntactic-semantic features supplied by the Universal Grammar. Verbs consist of l-morphemes (Roots) in specific structural relations with f-morphemes, which license verbal syntactic structures.*

*Since DM does not presupposes a deterministic Roots' semantic properties mapping in syntax, it gets to explain how is it possible that one verb occur in more than one syntactic structure, without needing to appeal to two lexical entries for this same verb, for example. Thus, DM is a more advantageous model to explain argument structure and argument realization related phenomenon than lexical entry based models, what justifies our theoretical choice.*

*Furthermore, this theory allows us to take part in the discussions listed above about the indirect object. We assume that this element is an argument of the transfer/motion verbs in Brazilian Portuguese and that it is a dative complement.*

*Assumptions like phonology late insertion in Spell-Out (a pos-syntactic operation) and vocabulary item specification, pointed out by DM, get to explain the cases in which the indirect object is not phonologically realized, and occur in the syntactic structure as an anaphoric null argument, or as an implicit argument, without anaphoric reference. Besides that, these theoretical resources also get to explain the cases in which this element does not occur in the syntactic structure derived by the verb give.*

*Key-words:*

*1- Transfer/Motion Verbs  
3- Indirect Object  
5- Arguments Realization*

*2- Ditransitive Sentences  
4- Argument Structure*

# Sumário

<b>0</b>	<b><i>Introdução</i></b>	<b>14</b>
<b>1.</b>	<b><i>As Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento</i></b>	<b>28</b>
<b>1.1</b>	<b><i>As Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento no PB e a Expressão do Objeto Indireto: Descrição Preliminar</i></b>	<b>28</b>
<b>1.2</b>	<b><i>As Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento Translinguisticamente</i></b>	<b>43</b>
1.2.1	Uma Hierarquia Ditransitiva (Levin 2006)	43
1.2.2	As Construções com Objeto Duplo (Larson 1988)	48
1.2.3	As Construções com Dois Complementos no Inglês e no PB (Larson 1988; Scher 1996)	54
1.2.4	A Alternância Dativa no PE (Torres-Morais 2007; Torres-Morais & Berlinck 2006)	60
<b>1.3</b>	<b><i>Conclusão</i></b>	<b>70</b>
<b>2.</b>	<b><i>A Expressão do Objeto Indireto em Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/ Movimento no PB</i></b>	<b>71</b>
<b>2.1</b>	<b><i>Objeto Indireto: Argumento? Adjunto?</i></b>	<b>71</b>
<b>2.2</b>	<b><i>Objeto Indireto: Complemento Dativo? Complemento Oblíquo?</i></b>	<b>84</b>
<b>2.3</b>	<b><i>Objeto Indireto Não-Realizado Fonologicamente: Argumento Implícito? Argumento Nulo?</i></b>	<b>88</b>
<b>2.4</b>	<b><i>Conclusão</i></b>	<b>93</b>
<b>3.</b>	<b><i>A Morfologia Distribuída em Funcionamento e os Verbos de Transferência/Movimento no PB</i></b>	<b>94</b>
<b>3.1</b>	<b><i>Pressupostos Teóricos da Morfologia Distribuída</i></b>	<b>94</b>

<b>3.2</b>	<b>Mas o que são Raízes afinal? _____</b>	<b>102</b>
<b>3.3</b>	<b>Revisitando a Noção de Estrutura Argumental _____</b>	<b>106</b>
<b>3.4</b>	<b>Os Verbos de Transferência/Movimento no PB em Funcionamento e a Morfologia Distribuída _____</b>	<b>120</b>
<b>3.5</b>	<b>Conclusão _____</b>	<b>131</b>
<b>4.</b>	<b><i>Considerações Finais</i> _____</b>	<b>133</b>
	<b><i>Referências Bibliográficas</i> _____</b>	<b>135</b>

## 0 *Introdução*

Os verbos que expressam eventos de transferência/movimento no PB são formados a partir de Raízes que envolvem, em sua semântica, um agente, um elemento ‘transferido/movido’ e um ‘recedor/alvo’. Geralmente, esses verbos formam construções sintáticas ditransitivas, em que o agente é expresso por meio do sujeito, o elemento transferido/movido por meio de um objeto direto e o recededor/alvo por meio de um objeto indireto.

A literatura que trata do objeto indireto em sentenças ditransitivas formadas por verbos de transferência/movimento (doravante, VT/M) no PB (Dillinger 1991; Dillinger et al. 1996; Berlinck 1997; 2001; Cyrino 1998; Torres-Morais 2007; Torres-Morais & Berlinck 2006, entre outros.) está permeada por discussões sobre sua natureza, como: argumento ou adjunto, e, ainda, complemento dativo ou complemento oblíquo, o que demonstra que o estatuto sintático-semântico desse elemento não está bem definido nas teorias linguísticas.

Entendemos que essas discussões estão ligadas à concepção de estrutura da gramática assumida pelos diferentes pesquisadores e, também, ao modo como estes entendem que as noções de estrutura argumental e de estrutura sintática interagem dentro dessa concepção. Em outros termos, o debate surge, pois, na caracterização da relação gramatical do objeto indireto com o verbo, é fundamental que o pesquisador disponha de uma teoria da estrutura argumental que lhe permita estabelecer o mapeamento e o licenciamento dos argumentos na sintaxe.

Nesse trabalho, pretendemos revisitar a noção de estrutura argumental à luz da Morfologia Distribuída (*Distributed Morphology*, doravante, DM) (Halle & Marantz 1993), com o objetivo de verificarmos as vantagens que essa teoria pode trazer para o esclarecimento das questões mencionadas envolvendo o objeto indireto nos contextos

dos VT/M no PB. Como veremos adiante, nossa hipótese é a de que esse elemento constitui-se em um argumento desses verbos, sendo um complemento dativo.

Segundo Arad (1995), as abordagens que tratam da *projeção de argumentos* podem ser divididas entre abordagens baseadas na *entrada lexical* (as entradas lexicais contêm informações sintáticas que determinam a estrutura profunda de uma representação sintática.) e abordagens baseadas no *predicado* (a estrutura sintática não é determinada somente pelas entradas lexicais. Os argumentos presentes no predicado afetam o significado da entrada lexical.), como apresentaremos a seguir:

Abordagens baseadas na entrada lexical, entre elas Chomsky (1986 – Canonical Structure Realization – CSR), Baker (1988 – Uniformity of Theta Assignment Hypothesis – UTAH) e Pesetsky (1995 – Universal Alignment Hypothesis – UAH), compartilham da assunção de que as entradas lexicais contêm informações sintáticas que determinam a estrutura-D, de forma que esse nível de representação é *projetado* a partir da semântica lexical.

Outro modelo de abordagem, também baseado na entrada lexical, é o de Levin & Rappaport-Hovav (1995), que assume um mapeamento, por meio de regras de ligação, da estrutura conceitual lexical para a estrutura argumental.

Verbos que possuem um comportamento sintático alternante, como verbos que participam da alternância causativa/incoativa, inergativa/inacusativa, etc., colocam um problema para as abordagens baseadas na entrada lexical, uma vez que esses diferentes comportamentos sintáticos não são fixados por suas entradas lexicais. No intuito de ligar a semântica lexical dos verbos com comportamento sintático alternante às diferentes estruturas sintáticas em que ocorrem, Levin & Rappaport-Hovav, op. cit., por exemplo, sugerem que esses verbos têm duas entradas no léxico, cada uma delas relacionada a propriedades sintáticas específicas.

Dentro da proposta de Levin & Rappaport-Hovav, vejamos o tratamento que Arad, op. cit., dá para o exemplo de Borer (1993), que destaca o comportamento de um verbo do hebraico, como *navlu* (*wilt*). Esse verbo pode ocorrer como um verbo inacusativo com um possuidor dativo (um argumento dativo que deve ser co-indexado com o material interno ao VP, indicando inacusatividade, telicidade) ou como um verbo inergativo com um dativo reflexivo (um operador modal que dá ao verbo uma interpretação volicional, atélica):

- (1) a) ha-praxim navlu li  
the flowers wilted to me  
'My flowers wilted'
- b) ha-praxim navlu lahem  
the flowers wilted to them  
'The flowers were wilting'

(Borer 1993, apud Arad 1995, p. 216)

A partir de uma abordagem baseada na entrada lexical, seria necessário pressupor a existência de duas entradas lexicais distintas para *navlu*, cada uma delas correlacionada a propriedades e estruturas sintáticas específicas, incluindo ergatividade e inacusatividade. Conforme pontuado por Arad, no entanto, a única forma de sabermos, nesse caso, qual das duas entradas lexicais foi selecionada é olharmos para a estrutura sintática para verificarmos se o verbo está associado a um possuidor dativo ou a um dativo reflexivo: se *navlu* ocorrer com um possuidor dativo (télico), saberemos que se trata de sua entrada inacusativa. Se, por outro lado, ele ocorrer com um dativo reflexivo (atélico), saberemos que se trata de sua entrada inergativa.

Por meio dessa abordagem baseada na entrada lexical, teríamos de pressupor entradas lexicais distintas também para os casos em que um mesmo verbo é associado a mais de um significado aspectual, como observado por Arad:



- (2) a) I sprayed the wall with paint (= the wall completely painted)  
b) I sprayed paint on the wall (= the paint completely consumed)  
(Borer 1993, apud Arad 1995, p. 217)

- (3) a) I ate the cake (accomplishment)  
b) I ate at the cake (activity)  
(Borer 1993, apud Arad 1995, p. 217)

Arad salienta que essas abordagens, baseadas no mapeamento determinístico da semântica lexical para a sintaxe, resultariam em uma substancial fragmentação do léxico, o que seria indesejável, principalmente do ponto de vista da aquisição.

Abordagens baseadas no predicado (Van Valin 1990, Dowty 1991), por outro lado, assumem que o significado de um verbo não depende somente de seu significado lexical, podendo ser influenciado por seus argumentos.

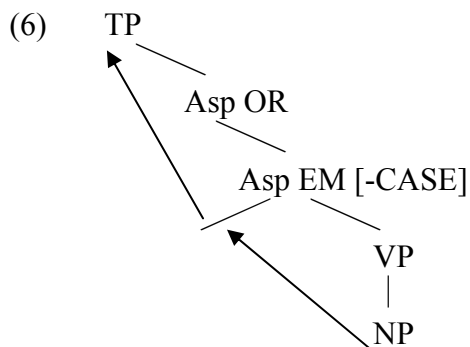
Assim, no caso do verbo *navlu* do hebraico, visto em (1), uma explicação baseada no predicado (Van Valin 1990) assumiria que a presença de argumentos afeta o significado de todo o predicado. Assim, a entrada lexical desse verbo não seria, ela mesma, especificada como inacusativa ou inergativa – a semântica da representação sintática em que tal verbo se encontra, que depende das propriedades aspectuais dos predicados que esses verbos formam, sim classificaria esse verbo como inacusativo ou inergativo.

Borer (1993) observa que, diferentemente do que propõe Van Valin, op. cit., há evidências para a existência de representações sintáticas distintas para inergativos e inacusativos. O fato de o *possessor dative* do hebraico, por exemplo, poder se indexar a qualquer argumento interno ou adjunto, como se vê em (4) e (5), não pode ser explicado somente pelas propriedades semânticas da representação sintática:

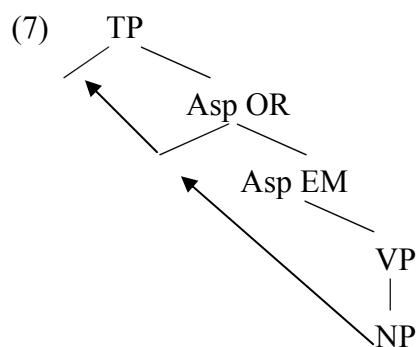
- (4) ha-mitriya nafla li al ha-Svil leyad ha-mitbax  
 the umbrella fell to me on the path next to the kitchen  
 ‘My umbrella fell on the path, next to the kitchen’  
 ‘The umbrella fell on my path, next to the kitchen’  
 ‘The umbrella fell on the path, next to my kitchen’  
 (Borer 1993, apud Arad 1995, p. 219)

- (5) ha-yeladim zarku li et ha-kadur le-tox ha-gina al yad  
 the boys threw to me acc the ball into the garden next to  
 ha-mitbax  
 the kitchen  
 \*My boys threw the ball into the garden next to the kitchen  
 ‘The boys threw my ball into the garden next to the kitchen’  
 ‘The boys threw the ball into my garden next to my kitchen’  
 ‘The boys threw the ball into the garden next to my kitchen’  
 (Borer 1993, apud Arad 1995, p. 219)

A autora, então, sugere uma abordagem baseada no predicado sintático, de acordo com a qual as propriedades semânticas (aspectuais) do predicado são consideradas e interagem com projeções sintáticas de natureza aspectual. De acordo com essa proposta, as diferenças entre inergativos e inacusativos podem ser tratadas sintaticamente e uma derivação como (6) estaria associada aos inacusativos, enquanto que uma derivação como (7) se associaria aos inergativos:



(Borer 1993, apud Arad 1995, p. 221)



(Borer 1993, apud Arad 1995, p. 221)

As duas representações partem de VPs cujos argumentos se definem sem qualquer estrutura hierárquica interna. O movimento desses argumentos para posições de especificadores de projeções tais como AspEM ou AspOR, por razões de Caso, define essa hierarquia. Em (6), AspEM (medida de evento) dá uma leitura télica ao evento denotado pelo verbo e seu especificador abriga um dos argumentos. Em (7), AspOR (originador), por sua vez, dá ao evento uma leitura agentiva, atélica, e seu especificador abrigará o agente.

Tendo em vista as questões apresentadas acima, envolvendo verbos com comportamento sintático variável, consideramos que as abordagens baseadas no predicado sintático podem ser mais vantajosas que as abordagens baseadas na entrada lexical e no predicado, puramente, para dar conta de fatos relacionados à estrutura argumental e à realização de argumentos.

A DM pode ser caracterizada como uma abordagem baseada no predicado sintático. De acordo com a DM, não existe um componente lexical na gramática e o Princípio de Projeção da Teoria da Regência e Ligação (*Government and Binding*, doravante, GB) (Chomsky 1981) não tem, portanto, qualquer aplicação. Para a DM, a sintaxe é o único componente gerativo da gramática, sendo responsável tanto pela formação de palavras quanto pela formação de sentenças.

Assumimos, neste trabalho, a estrutura da gramática tal como esta é concebida pela DM. Conforme veremos na seção 3.1, para essa teoria, o termo morfema refere-se a um nó terminal sintático (ou morfológico) e ao seu conteúdo formal: traços sintático-semânticos abstratos, fornecidos pelo conjunto de traços desse tipo disponibilizado pela Gramática Universal (doravante, GU). Esses morfemas são chamados, por esse motivo, de morfemas abstratos.

Harley & Noyer (1998) propõem que os morfemas abstratos pertencem a dois tipos básicos: i) morfemas-l, ou Raízes, que serão preenchidos com material fonológico pela aplicação de regras de itens de vocabulário (informação fonológica + contexto de inserção) escolhidas pelo falante e ii) morfemas-f, que também serão preenchidos com material fonológico pelos itens de vocabulário. No entanto, nesse caso, o preenchimento levará em conta os contextos de inserção mais especificados para esses morfemas. De acordo com a DM, a fonologia é inserida nos morfemas abstratos tardiamente, após a sintaxe, por meio de uma operação chamada de *Spell-Out*.

Como veremos na seção 3.2, Scher et al. (2009), seguindo Marantz (1997; 2001), assumem que as Raízes são licenciadas em determinadas estruturas de evento e que negociam suas propriedades categoriais e de significado com essas estruturas. Além disso, para as estruturas verbais, os papéis dos argumentos são definidos por suas posições em relação aos núcleos funcionais ou em relação à Raiz dentro da estrutura sintática do vP relevante. O que segue, portanto, é que a noção de *classe verbal*, como um conjunto de verbos que apresentam um rígido padrão sintático, não tem aplicação dentro do modelo teórico da DM. Para essa teoria, as diferentes subclasses de verbos, como transitiva, inergativa, inacusativa, etc., referem-se a diferentes estruturas sintáticas licenciadas pelos traços sintático-semânticos das Raízes, em interação com os morfemas-f presentes na derivação sintática.

Como vemos, a DM não pressupõe um mapeamento determinístico da semântica das Raízes na sintaxe, diferentemente das abordagens baseadas na entrada lexical, que pressupõem que a sintaxe é determinada pela semântica dos itens lexicais. No entanto, embora para a DM o comportamento sintático de uma Raiz não seja determinado exclusivamente por seus traços sintático-semânticos, uma vez que estes são negociados nas estruturas sintáticas, a observação de dados do PB contendo VT/M nos demonstra que estes, geralmente, ocorrem em sentenças ditransitivas, formadas, como mencionados anteriormente, por um agente (sujeito), um elemento transferido/movido (objeto direto) e um receptor/alvo (objeto indireto). Como podemos explicar esse padrão de comportamento sintático-semântico pelo viés não-lexicalista que estamos adotando?

Poderíamos pressupor que a estrutura argumental pode ser compreendida, na DM, em termos das propriedades sintático-semânticas das Raízes, as quais poderiam influenciar a derivação sintática, não sendo capazes, no entanto, de determiná-la? Ou seja, poderíamos dizer que os padrões de comportamentos sintáticos verificados em alguns grupos de Raízes, como o grupo de Raízes que formam os VT/M no PB, por exemplo, se devem a traços/propriedades em comum, que influenciam a derivação sintática, embora não a determinem?

Isso posto, voltamos às discussões mencionadas no início desta introdução, acerca do estatuto sintático-semântico do objeto indireto nas sentenças ditransitivas formadas por VT/M no PB. Nossa hipótese é a de que esse elemento constitui-se em um argumento desses verbos, sendo um complemento dativo. Como veremos, os VT/M podem formar sentenças ditransitivas sem a realização fonológica do argumento que designa o receptor/alvo (objeto indireto). Se esse argumento não se realiza fonologicamente, é possível considerarmos duas possibilidades: i) ele pode ocorrer na

estrutura sintática como um argumento nulo anafórico ou ii) ele pode ocorrer na estrutura sintática como um argumento implícito sem referência anafórica. Há casos, entretanto, em que o objeto indireto não ocorre na estrutura sintática formada a partir do verbo *dar*, tipicamente um VT/M. Nesses casos, esse elemento não ocorre como um argumento nulo ou implícito e o verbo não veicula a semântica de T/M, como veremos adiante. Propriedades da DM, tais como a inserção tardia de fonologia em *Spell-Out* e a especificação do item de vocabulário, darão conta de explicar os casos em que o objeto indireto não é realizado fonologicamente, bem como os casos em que ele não ocorre na estrutura sintática.

A inserção tardia explica os casos em que o objeto indireto ocorre na estrutura sintática sem realização fonológica, porque, uma vez que a sintaxe gera as estruturas sintáticas e que os nós terminais só recebem a inserção de vocabulário tardiamente, a posição sintática referente ao objeto indireto pode ter sido gerada, sendo preenchida, em *Spell-Out*, por um item de vocabulário sem material fonológico, como veremos adiante. A especificação do item de vocabulário, associada à inserção tardia de fonologia, explica os casos em que o objeto indireto ocorre sem realização fonológica, já que, conforme veremos, de acordo com a especificação de seus traços, este ocorrerá como um argumento nulo anafórico [+específico,  $\alpha$ animado] ou como um argumento implícito sem referência anafórica [ $\alpha$ específico,  $\alpha$ animado]. O traço  $\alpha$  indica que o item de vocabulário está subespecificado para o traço em questão, podendo ocorrer em contextos em que este traço assumira o valor + ou o valor -. Além disso, a especificação do item de vocabulário também explica os casos em que o objeto indireto não ocorre na estrutura sintática, já que, nesses casos, o item de vocabulário que preencherá o nó terminal referente ao verbo ocorre especificado como [-DP<sub>2</sub>], o que faz com que o verbo não preveja esse elemento em sua estrutura argumental.

Os dados em (8) e (9) são casos em que o objeto indireto está na estrutura sintática, como um argumento nulo anafórico, como vemos em (8), ou como um argumento implícito sem referência anafórica, como podemos ver em (9):

(8) Você *deu* uma flor *para sua professora*?  
Não, *dei* uma maçã. (Cyrino 1998, p. 36)

(9) Depois do regime, Maria *deu* todas as roupas que não serviam mais.

Em (8), propomos que o morfema-*l* escolhido para preencher o nó terminal referente à posição sintática de objeto indireto não recebe a inserção de material fonológico em *Spell-Out*, sendo preenchido por um item de vocabulário  $\emptyset$  – sem matriz fonológica, especificado com os traços [+específico,  $\alpha$ animado].

Em (9), semelhantemente ao que ocorre em (8), propomos que o morfema-*l* referente ao objeto indireto também não recebe a inserção de material fonológico em *Spell-Out*, sendo preenchido por um item de vocabulário  $\emptyset$  – também sem matriz fonológica, especificado com os traços [ $\alpha$ específico,  $\alpha$ animado]. Nesses contextos de inserção, esse será o item de vocabulário *elsewhere*, ou seja, o menos especificado.

Como já mencionamos, há casos em que o verbo *dar* ocorre em estruturas sintáticas em que não há um argumento recebedor/alvo, como podemos ver em (10):

(10) Minha pele *deu* uma mancha esquisita.

Nesses casos, propomos que o morfema-*l* referente ao verbo é preenchido por um item de vocabulário especificado com o traço [-DP<sub>2</sub>], o que faz com que ele não se

comporte como um VT/M, não prevendo, conseqüentemente, um objeto indireto como argumento. Detalharemos essas propostas no capítulo 3.

Se estivermos no caminho certo, as sentenças (8) e (9), por um lado, e (10), por outro, deverão ser representadas por estruturas sintáticas diferentes. Para explicar as diferentes estruturas sintáticas para essas sentenças com o mesmo verbo *dar*, uma teoria baseada na entrada lexical precisaria postular a existência de duas entradas lexicais para esse mesmo verbo. Assim, haveria um verbo *dar* ditransitivo, como visto em (8) e (9), ainda que o argumento recebedor/alvo esteja implícito na estrutura sintática, e um verbo *dar* transitivo, como visto em (10). Como já pontuamos, a fragmentação do léxico em virtude dos diferentes comportamentos sintáticos de um mesmo verbo coloca um problema para a cobertura empírica da hipótese lexicalista acima. Além disso, nesse caso, o fato de um mesmo verbo poder ocorrer relacionado a diferentes significados aspectuais, como vimos em (2) e (3), no início dessa introdução, teria de ser explicado da mesma maneira, ou seja, por meio de uma entrada lexical para cada significado aspectual aceito por esse verbo.

Outra forma de explicar os dados em (8), (9) e (10), pelo viés lexicalista, seria, como sugerido por Dillinger et al. (1996), dizer que o padrão sintático do PB é sujeito + verbo + objeto direto, e que, tendo em vista o Princípio de Projeção e a exigência lexical, o objeto indireto, devido à sua baixa frequência de realização fonológica, é adjunto. Como veremos na seção 2.1, a explicação acima, se aplicada a sentenças formadas por VT/M, não procede. Nesses contextos sintáticos, o objeto indireto não se comporta nem semanticamente, nem sintaticamente, como um adjunto, já que seu significado é previsto pela semântica desses verbos, diferentemente do que ocorre com adjuntos.



Como já salientamos, consideramos a DM – um modelo baseado no predicado sintático – mais vantajosa para explicar fenômenos relacionados à estrutura argumental e à realização de argumentos do que modelos baseados na entrada lexical e no predicado, puramente, uma vez que consegue explicar a possibilidade de um mesmo verbo ocorrer em mais de uma estrutura sintática sem precisar postular recursos como, por exemplo, duas entradas lexicais para esse mesmo verbo, ou fazer assunções baseadas na frequência de realização fonológica de um elemento.

Dessa forma, seguindo os pressupostos da DM, pretendemos investigar as seguintes questões:

- a) Como podemos explicar o padrão de comportamento sintático-semântico dos VT/M pelo viés não-lexicalista que estamos adotando?
- b) Poderíamos dizer que o padrão de comportamento verificado no grupo de Raízes que formam os VT/M no PB se deve à influência dos traços especificados nessas Raízes sobre a estrutura sintática derivada?
- c) Quais são os traços especificados nas Raízes formadoras dos VT/M no PB e como eles interagem com os demais elementos presentes na estrutura sintática?
- d) Os traços especificados nas Raízes formadoras dos VT/M justificam o estatuto argumental que assumimos para o objeto indireto nas sentenças formadas por esses verbos?
- e) Quais contribuições a investigação dos traços sintático-semânticos especificados nas Raízes envolvidas na formação dos VT/M no PB pode trazer para a área de estudos linguísticos denominada Estrutura Argumental?

Tendo em vista essas questões, o trabalho está organizado como segue:

No capítulo 1, apresentamos a caracterização sintático-semântica das sentenças formadas por VT/M, no PB e em outras línguas. Assim, na seção 1.1, apresentamos as sentenças formadas por VT/M no PB e introduzimos algumas observações envolvendo a expressão do objeto indireto nessas sentenças. Na seção 1.2, apresentamos as sentenças formadas por VT/M translinguisticamente, por acreditarmos que elas compartilhem características universais, que podem nos auxiliar na delimitação das propriedades sintático-semânticas das Raízes formadoras desses verbos no PB.

Conforme mencionamos, o estatuto do objeto indireto em sentenças ditransitivas formadas por VT/M é permeado, na literatura pertinente, por discussões sobre a sua natureza, como: argumento ou adjunto, e, ainda, complemento dativo ou complemento oblíquo. Entendemos que essas questões trazem em seu bojo pressuposições quanto à estrutura argumental dos verbos envolvidos nessas construções nas línguas naturais, de modo geral, e no PB, em particular, e que, por isso, suas respostas podem ser reveladoras e importantes para a caracterização sintático-semântica desses verbos, bem como para a formulação de uma proposta de estrutura argumental dos mesmos dentro dos pressupostos de uma teoria não-lexicalista como a DM. Por esse motivo, no capítulo 2, seção 2.1, tratamos da questão sobre o objeto indireto ser argumento ou adjunto, buscando demonstrar, empírica e teoricamente, o estatuto argumental que assumimos para esse elemento nas sentenças formadas por VT/M no PB. Na seção 2.2, abordamos a discussão sobre o objeto indireto ser complemento dativo ou complemento oblíquo, procurando embasar teoricamente nossa proposta de que o objeto indireto do PB é uma forma de expressão do dativo. Na seção 2.3, lidamos com os casos em que o objeto indireto não ocorre realizado fonologicamente nessas sentenças, ocorrendo como um argumento nulo ou como um argumento implícito na estrutura sintática.

No capítulo 3, apresentamos a DM em funcionamento e procuramos explicar, a partir dessa teoria, os fatos relacionados aos VT/M que mencionamos. Assim, na seção 3.1, apresentamos os principais pressupostos teóricos da DM, os quais servirão de referencial para as propostas expostas nas demais seções do capítulo. Na seção 3.2, aprofundamos a discussão sobre as Raízes, tendo em vista sua contribuição para a derivação sintática e, na seção 3.3, apresentamos a noção de estrutura argumental à luz da DM. Na seção 3.4, exploramos as sentenças formadas por VT/M pelo viés teórico da DM e oferecemos uma proposta para a expressão nula anafórica e implícita sem referência anafórica do objeto indireto. Além disso, apresentamos uma análise para as sentenças formadas a partir do verbo *dar*, tipicamente um VT/M, em que o objeto indireto não ocorre na estrutura sintática.

No capítulo 4, apresentamos as considerações finais deste trabalho.

# ***1. As Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento***

Neste capítulo, apresentamos a caracterização sintático-semântica das sentenças formadas por VT/M, no PB e em outras línguas. Assim, na seção 1.1, apresentamos as sentenças formadas por VT/M no PB e introduzimos algumas observações envolvendo a expressão do objeto indireto nessas sentenças. Na seção 1.2, apresentamos as sentenças formadas por VT/M translinguisticamente, por acreditarmos que elas compartilhem características universais, que podem nos auxiliar na delimitação das propriedades sintático-semânticas das Raízes formadoras desses verbos no PB.

## ***1.1 As Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento no PB e a Expressão do Objeto Indireto: Descrição Preliminar***

De acordo com Berlinck (1996), o termo *objeto indireto* é enganoso, já que *indireto* sugere uma relação menos direta entre o verbo e o complemento, tanto semântica quanto sintaticamente. Como pontuado pela autora, muitos gramáticos assumem que a presença de uma preposição é a marca dessa ligação menos direta no português, embora esses mesmos gramáticos admitam que o objeto direto também pode ser introduzido por uma preposição em certas circunstâncias.

Assim, a autora sugere que o termo *dativo*, herdado da terminologia do latim para as distinções de Casos, é mais apropriado, embora reconheça que o português é uma língua pobre em termos de distinções casuais morfológicas.

Ao observarmos o sistema pronominal do português, podemos constatar que somente as formas clíticas dos pronomes pessoais apresentam algumas distinções formais. No entanto, não há formas clíticas dos pronomes nominativos e somente as

formas clíticas de 3ª pessoa (também usadas para expressar a 2ª pessoa formal) dos pronomes acusativos e dativos são distintas entre si, como podemos ver em (11):

(11)	Acusativo	Dativo	
	me	me	
	te/ o, a	te/ lhe	
	o, a	lhe	
	nos	nos	
	(vos) o, a	(vos) lhes	
	os, as	lhes	(Berlinck 1996, p. 120)

O caráter distintivo do pronome clítico dativo de 3ª pessoa (*lhe/lhes*) é apontado por Berlinck como um critério para a identificação do complemento dativo. Assim, a autora propõe que o termo dativo seja aplicado não só a esses pronomes, mas também aos NPs, introduzidos pelas preposições *a* ou *para* (ou, em raras exceções, pelas preposições *em* ou *de*), substituíveis por *lhe/lhes*, como vemos em (12):

- (12) a) João deu o livro *ao Pedro*.  
b) João *lhe* deu o livro. (Berlinck 1996, p. 121)

A referida substituição não é possível quando um PP é usado para indicar locativo ou tempo:

- (13) a) João chegou *a Lovaina*.  
b) \*João *lhe* chegou. (Berlinck 1996, p. 121)

- (14) a) João chegou *à noite*.  
b) \*João *lhe* chegou. (Berlinck 1996, p. 121)

Da mesma forma, a possibilidade de substituição por *lhe* também é vedada quando temos complementos acusativos introduzidos pela preposição *a*:

- (15) a) Maria não ama *ao Pedro*.  
b) Maria não *o* ama.  
c) \*Maria não *lhe* ama. (Berlinck 1996, p. 121-122)

A autora pontua que, no PB, tem-se observado uma diminuição expressiva do uso de *lhe* para indicar a 3ª pessoa, sendo esse pronome empregado, nessa língua, mais comumente para indicar a 2ª pessoa formal.

Conforme o *corpus* do PB analisado por Berlinck revelou, as 3ªs pessoas são, geralmente, expressas por *preposição + NP* ou por *preposição + pronome nominativo (ele/ela/eles/elas)*. Assim, a autora propõe que, no PB, a identificação do complemento dativo também deve levar em consideração a possibilidade de substituição do PP pelas formas pronominais tônicas mencionadas, como podemos ver a seguir:

- (16) a) Maria transferiu a ligação *para o João*.  
b) Maria *lhe* transferiu a ligação.  
c) Maria transferiu a ligação *para ele*. (Berlinck 1996, p. 126)

Paralelamente ao que demonstramos em (13) e (14), PPs indicando locativo ou tempo também não podem ser substituídos por *preposição + ele/ela/eles/elas*:

- (17) a) Maria foi *para Bruxelas*.  
b) \*Maria *lhe* foi.  
c) \*Maria foi *para ela*. (Berlinck 1996, p. 127)

- (18) a) João vem *a uma hora da tarde*.  
b) \*João *lhe* vem.

- c) \*João vem *a ela*. (Berlinck 1996, p. 127)

Além do critério de substituição, Berlinck sugere, ainda, uma outra característica distintiva do complemento dativo como um critério secundário para a sua identificação: a impossibilidade de esse complemento ocorrer como o sujeito gramatical em uma passiva:

- (19) a) Paulo deu as chaves *a Maria*.  
b) As chaves foram dadas *a Maria* (por Paulo).  
c) \**Maria* foi dada as chaves. (Berlinck 1996, p. 127)

De acordo com Berlinck, então, reconhece-se um complemento dativo no PB quando i) ele é expresso pelo pronome *lhe*, ii) ele é expresso por NPs introduzidos pelas preposições *a* ou *para*, substituíveis por *lhe/lhes* ou iii) ele não pode ocorrer em posição de sujeito. A descrição apresentada por Berlinck vem ao encontro de nossa assunção de que, em sentenças formadas por VT/M no PB, o objeto indireto trata-se de um complemento dativo. Como já mencionamos, abordaremos mais detalhadamente essa questão na seção 2.2 desse trabalho.

Usando os critérios de identificação mencionados e tendo em vista as diferenças e semelhanças encontradas entre o PB e o português europeu (doravante, PE) com relação à expressão do complemento dativo, Berlinck propõe uma tipologia de contextos em que esse complemento pode ser encontrado. A tipologia proposta pela autora abrange os tipos de verbos e os tipos de construções verbais em que o complemento dativo ocorre, no PB e no PE, bem como a natureza da relação que esse complemento mantém com esses verbos e com os demais elementos dessas construções verbais (benefactivo, alvo, recebedor, fonte).

A partir dessa tipologia, Berlinck delinea uma hierarquia para os dativos. Essa hierarquia é definida de acordo com o grau de previsibilidade desse complemento pelo verbo ou pela construção verbal. Assim, no primeiro nível dessa hierarquia, encontram-se os verbos de transferência material, verbal e perceptual, os verbos de movimento físico e abstrato, os verbos de interesse (prototípico: *obedecer*), os verbos de movimento (prototípico: *chegar*), os verbos de movimento psicológico (prototípico: *agradar*), as construções dativas possessivas e as construções *se lhe* com predicados de três lugares. De acordo com a autora, nessas construções, o complemento dativo é parte do complexo verbal, sendo um dos argumentos do verbo.

No segundo nível, encontram-se os *dativus commodi* e as construções *se lhe* com verbos intransitivos. Nessas construções, o complemento dativo não é parte do complexo verbal, não sendo, portanto, um argumento.

No terceiro e último nível da hierarquia, encontra-se o *dativus ethicus*, ligado às sentenças, exclusivamente, por meio do discurso e da pragmática.

Conforme mencionamos na introdução desse trabalho, nossos objetos de estudo são as sentenças formadas por verbos de transferência/movimento, que convencionamos designar como VT/M. Assim, apresentaremos, a seguir, a descrição dessas sentenças elaborada por Berlinck, a qual subsidiará nossa análise do pequeno *corpus* do PB por nós coletado.

De acordo com Berlinck, as estruturas transitivas são as construções prototípicas do complemento dativo, abrangendo a maioria das ocorrências desses complementos. Essas estruturas apresentam, geralmente, a organização sintática em (20), sendo N<sub>0</sub> o sujeito gramatical de verbos transitivos na voz ativa, N<sub>1</sub> o complemento acusativo (ou objeto direto) de verbos transitivos, ou o sujeito gramatical de verbos intransitivos, e N<sub>2</sub> o complemento dativo:



(20)  $N_0 + V + N_1 + \{a, para, em\} N_2$  (Berlinck 1996, p. 128)

Tendo em vista as diferenças de caracterização semântica dos verbos e dos elementos que estes subcategorizam, a autora postula quatro tipos de estruturas transitivas: transferência material, transferência verbal e perceptual, movimento físico e movimento abstrato.

A seguir, apresentamos a caracterização de cada uma dessas estruturas:

a) **Transferência Material (prototípico: dar):** propriedades sintático-semânticas dessas construções:  $N_0$ : [+/-animado];  $N_1$ : [(+)/-animado];  $N_2$ : {*a, para, de*<sup>1</sup>} [+/-animado]:

(21) Verbos incluídos nesse grupo:  
alugar, atribuir, confiar (sentido de confidenciar), dar, devolver, distribuir, emprestar, entregar, fornecer, legar, mandar, oferecer, pagar, passar, restituir, transferir. (Berlinck 1996, p. 129)

(22) a) Não *entregaram* as mercadorias *ao comprador*.  
b) A gente confia até certo ponto do computador. A gente *dá* um dado *para ele*, ele *fornece* outro *para a gente* e a gente acredita no que ele *fornece* [e].  
(Projeto NURC, apud Berlinck 1996, p. 129)

As construções de transferência material também podem indicar um sentido reverso, em que  $N_1$ , em vez de entrar no domínio de posse de  $N_2$ , é retirado desse domínio. Em (23) vemos alguns verbos que ocorrem nessas construções:

(23) arrebatar, arrancar, comprar, confiscar, cortar, emprestar, evitar, pedir, furtar, roubar, subtrair, suprimir, tirar, tomar. (Berlinck 1996, p. 130)

---

<sup>1</sup> A preposição *de*, geralmente, introduz o complemento dativo dos verbos apresentados em (23). Nesses casos, o complemento dativo tem a semântica de fonte.

- (24) a) Felipe *pediu* um chocolate *para* o avô.  
 b) Maria *tomou-lhes* tudo que tinham. (Berlinck 1996, p. 130)
- b) Transferência Verbal e Perceptual (prototípico: dizer):** propriedades sintático-semânticas dessas construções: N<sub>0</sub>: [+/-animado]; N<sub>1</sub>: [-animado]; N<sub>2</sub>: {*a, para*} [+animado]:
- (25) Verbos incluídos nesse grupo:  
 aconselhar, anunciar, assegurar, confessar, contar, dizer, ensinar, escrever, falar, jurar, narrar, notificar, ordenar, perguntar, prometer, protestar, provar, repetir, responder, sugerir, telefonar.  
 (Berlinck 1996, p. 131)
- (26) a) Pedro *disse para* seus colegas que o diretor estava doente.  
 b) Ela *me ensinou* a técnica de leitura. (Berlinck 1996, p. 131)
- c) Movimento Físico (prototípico: levar):** propriedades sintático-semânticas dessas construções: N<sub>0</sub>: [+/-animado]; N<sub>1</sub>: [+/-animado]; N<sub>2</sub>: {*a, para, em, de*} [+/-animado]:
- (27) Verbos incluídos nesse grupo:  
 acrescentar, atirar, conduzir, dirigir, encaminhar, lançar, levar, pôr, trazer.  
 (Berlinck 1996, p. 132)
- (28) a) No aniversário do amigo, *levou-lhe* um livro.  
 b) Elas *me trazem* esse material todo para ser discutido em aula.  
 Berlinck 1996, p. 132)
- d) Movimento Abstrato (prototípico: submeter):** propriedades sintático-semânticas dessas construções: N<sub>0</sub>: [+/-animado]; N<sub>1</sub>: [+/-animado]; N<sub>2</sub>: {*a, para, em*} [+/-animado]:
- (29) Verbos incluídos nesse grupo:  
 acrescentar, anexar, atribuir, consagrar, dedicar, destinar, imputar, incorporar, pôr, submeter, subordinar, trazer. (Berlinck 1996, p. 133)
- (30) a) Os trabalhos *lhe* foram *submetidos* ontem.  
 b) A reputação dos astros foi prejudicada pelo amor que os nazis *lhes dedicaram*.  
 (Berlinck 1996, p. 133)

Seguindo a classificação proposta por Berlinck, op. cit., observamos que os verbos de transferência englobam ainda um quarto tipo semântico não mencionado pela autora: transferência abstrata (*conceder a honra, dar prazer, devolver a auto-estima, doar amor, oferecer solidariedade, restituir a alegria de viver, etc.*). Dessa forma, propomos uma pequena revisão da classificação originalmente proposta pela autora, denominando os verbos de transferência material como verbos de transferência material ou abstrata.

Vale ressaltar, ainda, que a semântica desses verbos varia de acordo com a semântica do objeto direto. Assim, o mesmo verbo pode indicar, por exemplo, transferência material (*dar esmolas*), transferência abstrata (*dar prazer*) ou transferência verbal (*dar conselhos*), para o verbo *dar*, ou ainda, movimento físico (*enviar uma carta*) ou movimento abstrato (*enviar bons pensamentos*), para o verbo *enviar*.

A seguir, levando em conta a classificação proposta por Berlinck e a pequena revisão sugerida por nós, apresentamos algumas sentenças formadas por VT/M no PB, coletadas a partir do *site* de buscas *Google*<sup>2</sup>, em que temos a realização fonológica do argumento transferido/movido e do argumento recebedor/alvo:

### (31) **Verbos de Transferência:**

#### **Material ou Abstrata**

- a) Dona de lotérica conta como *devolveu* bilhete premiado *para apostadora*<sup>3</sup>
- b) Depois de encontrar no lixo a aposta vencedora, a dona da lotérica *devolveu* o segundo bilhete premiado *a Ilda Pazetto, 55 anos.*<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Dados coletados em 21/08/2010.

<sup>3</sup> [http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/06/02/dona\\_de\\_lotERICA\\_conta\\_como\\_devolveu\\_bilhete\\_premiad\\_o\\_para\\_apostadora-546624514.asp](http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/06/02/dona_de_lotERICA_conta_como_devolveu_bilhete_premiad_o_para_apostadora-546624514.asp)

<sup>4</sup> [http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/06/02/dona\\_de\\_lotERICA\\_conta\\_como\\_devolveu\\_bilhete\\_premiad\\_o\\_para\\_apostadora-546624514.asp](http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/06/02/dona_de_lotERICA_conta_como_devolveu_bilhete_premiad_o_para_apostadora-546624514.asp)

- c) BNDES emprestará R\$ 1 bi a produtores rurais que queiram reduzir emissão de gases do efeito estufa<sup>5</sup>
- d) China emprestará US\$ 9,5 bi para ferrovias argentinas<sup>6</sup>

### Verbal

- a) Jongo de Itapemirim é Patrimônio Cultural do Brasil  
Foi o que *comunicou para os jongueiros de Mestre Bento*, a diretora de Turismo de Itapemirim, Lúcia Sampaio.<sup>7</sup>
- b) João Castro Neves *comunicou ao governador* a antecipação dos investimentos da Ambev em Minas<sup>8</sup>
- c) Cientistas *propõem a Lula* Medida Provisória contra burocracia<sup>9</sup>
- d) Empresas inovadoras *propõem ao governo* política de inovação sustentável<sup>10</sup>

### Perceptual

- a) Os músicos *mostraram para os jovens* a música de raiz, músicas de viola e o popular regional.<sup>11</sup>
- b) Eles *mostraram ao público* os maiores desafios para testes de dispositivos multimedia e as soluções da National Instruments para testes de áudio e vídeo analógico e digital.<sup>12</sup>
- c) Os missionários refletiram sobre seus trabalhos e *expuseram para o bispo* as fotos da última missão realizada em Paranatinga (MT).<sup>13</sup>
- d) UNICAMP, PUCCAMP, ITI, CPqD, LNLS, Instituto Agrônômico, Instituto Biológico, EMBRAPA e CATI *expuseram para a população* centenas de projetos e produtos, demonstrando o enorme vigor e criatividade da nossa gente.<sup>14</sup>

---

<sup>5</sup><http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/08/17/bndes-emprestara-1-bi-produtores-rurais-que-queiram-reduzir-emissao-de-gases-do-efeito-estufa-917418714.asp>

<sup>6</sup><http://portalexame.abril.com.br/economia/noticias/mundo/china-emprestara-us-9-5-bi-ferrovias-argentinas-578268.html>

<sup>7</sup><http://www.maratimba.com/noticias/news.php?codnot=267443>

<sup>8</sup>[http://www.correiodeuberlandia.com.br/galeria/foto/foto/21813/joao\\_castro\\_neves\\_comunicou\\_ao\\_governador\\_a\\_antecipacao\\_dos\\_investimentos\\_da\\_ambev\\_em\\_minas.html](http://www.correiodeuberlandia.com.br/galeria/foto/foto/21813/joao_castro_neves_comunicou_ao_governador_a_antecipacao_dos_investimentos_da_ambev_em_minas.html)

<sup>9</sup><http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/05/cientistas-propoem-lula-medida-provisoria-contraburocracia.html>

<sup>10</sup><http://www.administradores.com.br/informe-se/administracao-e-negocios/empresas-inovadoras-propoem-ao-governo-politica-de-inovacao-sustentavel/35236/>

<sup>11</sup><http://www.onorte.net/noticias.php?id=23855>

<sup>12</sup><http://www.elektorbrasil.com.br/eventos-br/i-semicon-national-instruments.1393563.lynkx>

<sup>13</sup><http://www.missaojovem.com.br/index.php?acao=areas&id=205&collapsible=205>

<sup>14</sup><http://www.sabbatini.com/renato/correio/ciencia/cp010907.html>

## (32) Verbos de Movimento:

### Físico

- a) Petrobras já *encaminhou ao governo* avaliação sobre petróleo do pré-sal<sup>15</sup>
- b) O médico me *encaminhou* então *a um NEUROCIRURGIÃO*, que me explicou mais ou menos o que eu tinha.<sup>16</sup>
- c) Consumo de sushi *transferiu* genes de bactéria *para humanos*<sup>17</sup>
- d) Igreja *transferiu* padre suspeito de abuso sexual *ao Brasil*<sup>18</sup>

### Abstrato

- a) Durante o **Geração Digital** aconteceram as **Oficinas**, atividades monitoradas fora do palco. Destaque entre os que participaram do evento, as **oficinas** *transmitiram* conhecimentos valiosos *para o futuro profissional de crianças e adolescentes*.<sup>19</sup>
- b) Esse sistema tem esse nome devido aos hindus que o inventaram e devido aos árabes, que o *transmitiram para a Europa Ocidental*.<sup>20</sup>

Como vimos assinalando, nossa hipótese é a de que o objeto indireto é um argumento dos VT/M no PB. No entanto, estudos sobre esse elemento nesses contextos sintáticos, como aqueles realizados por Dillinger et. al. (1996), Berlinck (1997), Cyrino (1998), Torres-Morais & Berlinck (1997; 2006), entre outros, demonstram que esse elemento tem a tendência de ocorrer sem realização fonológica nas sentenças formadas por VT/M naquela língua.

Consideramos esse fato de extrema relevância para a caracterização sintático-semântica do objeto indireto nessas sentenças, uma vez que, ao assumirmos seu estatuto argumental, precisamos oferecer uma explicação para sua expressiva realização como

---

<sup>15</sup><http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/182/2010/08/20/economia,i=208927/PETROBRAS+J+A+ENCAMINHOU+AO+GOVERNO+AVALIACAO+SOBRE+PETROLEO+DO+PRE+SAL.shtml>

<sup>16</sup><http://www.neurinoma.com.br/hist28.html>

<sup>17</sup><http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=algas-sushi-genes-bacteria&id=5151>

<sup>18</sup><http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4384763-EI5030,00-Igreja+transferiu+padre+suspeito+de+abuso+sexual+ao+Brasil.html>

<sup>19</sup><http://www.cidade.usp.br/gdcomdex2003/bacteria&id=5151>

<sup>20</sup><http://www.colegiocruzeiro.com.br/Revista/21/algarismos.pdf>

um argumento nulo anafórico e, principalmente, como um argumento implícito sem referência anafórica.

Entendemos que a realização implícita do objeto indireto é reveladora de seu estatuto argumental, uma vez que, não ocorrendo nem como um PP, nem como uma categoria vazia anafórica, sua presença implícita na sentença só se justifica por sua previsão na semântica da Raiz verbal. Por essa razão, ao analisarmos os casos em que o objeto indireto ocorre sem realização fonológica, nos deteremos nas sentenças em que este ocorre de forma implícita, ou seja, sem uma referência anafórica.

Nos dados em (33) e (34)<sup>21</sup>, a seguir, podemos observar que a supressão fonológica do objeto indireto não causa prejuízos semânticos às sentenças, já que esse complemento, ocorrendo como um argumento implícito, pode ter sua semântica recuperada a partir do complexo formado pelo verbo + objeto direto<sup>22</sup>:

**(33) Verbos de Transferência:**

**Material ou Abstrata**

- a) Nós vamos *entregar* os boletins (para os alunos).
- b) Eu *dôo* o que não uso mais (para instituições de caridade).

**Verbal**

- a) O médico *receitou* um remédio muito bom (para minha mãe).
- b) O avô *contou* a história (para o neto).

**Perceptual:**

- a) O advogado *exibiu* as provas do crime (para o juiz).
- b) Esta vendedora *mostra* todas as mercadorias (para as clientes).

---

<sup>21</sup> Os parênteses representam a supressão fonológica do elemento.

<sup>22</sup> Observação feita pelos membros do GREMD (Grupo de Estudos em Morfologia Distribuída), aos quais agradeço.

(34) **Verbos de Movimento:**

**Físico:**

- a) O bandeirinha *arremessou* a bola (para o jogador).
- b) Eu vou *encaminhar* a reclamação (para o gerente).

**Abstrato:**

- a) A secretária *enviou* o e-mail (para a diretoria).
- b) Os amigos e parentes *transmitiram* seus pêsames (à viúva).

Propomos que, nas sentenças vistas em (33) e (34), o objeto indireto implícito aponta para um referente genérico<sup>23</sup>, portador de uma macro semântica de receptor/alvo<sup>24</sup>. O item de vocabulário correspondente a esse objeto indireto é especificado, como já assinalamos, com os traços [ $\alpha$ específico,  $\alpha$ animado], o que explica a possibilidade de recuperação da semântica desse argumento nas referidas sentenças.

Os dados em (35) e (36), coletados a partir do *site* de buscas *Google*<sup>25</sup>, parecem corroborar essa afirmação. Nesses dados, temos sentenças formadas por VT/M, nas quais o objeto indireto ocorre sem realização fonológica, como um argumento implícito portador de uma semântica genérica de receptor/alvo. Retomaremos essa discussão nas seções 2.2 e 2.3:

---

<sup>23</sup> Apenas para efeito de clareza na análise, apresentamos receptores/alvos potenciais entre os parênteses.

<sup>24</sup> Observação feita, durante o exame de qualificação, pelas Prof<sup>as</sup> Esmeralda Negrão e Evani Viotti, às quais agradeço.

<sup>25</sup> Dados coletados em 26/12/2009.

### (35) Verbos de Transferência:

#### Material ou Abstrata

- a) Campanha Natal Solidário *distribuirá* cestas básicas nesta quarta-feira (16)<sup>26</sup>
- b) Secretaria da Fazenda *distribuiu* quase R\$ 1,5 bilhão com Nota Fiscal Paulista  
Em 2009, o programa Nota Fiscal Paulista "caiu no gosto do povo". Ele conquistou mais de 6 milhões de usuários e *distribuiu* prêmios de até R\$ 1 milhão de reais.<sup>27</sup>
- c) Ex-vigia que *devolveu* US\$ 6 mil ganha casa de presente<sup>28</sup>
- d) MP move ação contra casal que *devolveu* filho adotivo em MG<sup>29</sup>
- e) Jovem que *vendeu* virgindade pode perder mais da metade para impostos<sup>30</sup>
- f) “De concreto não tem nada. Não tem nenhum jogador à venda, mas vamos examinar sempre as propostas. Se forem consideradas pequenas, nem levo para o conselho administrativo. Se forem boas, eu levo, mas isso não quer dizer que o jogador será vendido. Não *venderemos* o Mário por pouca coisa. Estamos estipulando um valor bem alto”, completou.<sup>31</sup>

#### Verbal

- a) O médico *receitou*: Tannat todos os dias<sup>32</sup>
- b) Novo Código de Ética proíbe médico de *receitar* medicamento para ganhar comissão<sup>33</sup>
- c) Por que Jesus não *ensinou* a teologia da prosperidade?<sup>34</sup>
- d) Secretaria de Educação do RJ *ensinará* a fugir de tiroteios<sup>35</sup>
- e) Finalmente *denunciaram* o comércio de monografias.<sup>36</sup>
- f) *Denunciei* dezenas de vezes um blog que incita o ódio contra negros, homossexuais e islâmicos, mas nada foi feito.<sup>37</sup>

---

<sup>26</sup><http://www.tubarao.sc.gov.br/secretarias/comunicacao-social/noticias/campanha-natal-solidario-distribuir-cestas-basicas-nesta-quarta-feira-16>

<sup>27</sup><http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=206793>

<sup>28</sup><http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1189386-EI306.00.html>

<sup>29</sup><http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/2009/05/29/mp-move-acao-contra-casal-que-devolveu-filho-adotivo-em-mg/>

<sup>30</sup><http://g1.globo.com/Noticias/PlanetaBizarro/0,,MUL1162722-6091.00>

[JOVEM+QUE+VENDEU+VIRGINDADE+PODE+PERDER+MAIS+DA+METADE+PARA+IMPOSTOS.html](http://www.finalsports.com.br/03/comando/headline.php?n_id=118703)

<sup>31</sup>[http://www.finalsports.com.br/03/comando/headline.php?n\\_id=118703](http://www.finalsports.com.br/03/comando/headline.php?n_id=118703)

<sup>32</sup><http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC.blog.BlogDataServer.getBlog&uf=2&local=18&template=3948.dwt&section=Blogs&post=179110&blog=443&colDir=1&topo=3994.dwt>

<sup>33</sup><http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/09/24/materia.2009-09-24.8131392871/view>

<sup>34</sup><http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20091201045049AAqZScN>

<sup>35</sup><http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4080378-EI5030.00-Secretaria+de+Educao+do+RJ+ensinara+a+fugir+de+tiroteios.html>

<sup>36</sup><http://acertodecontas.blog.br/educacao/finalmente-denunciaram-o-comrcio-de-monografias/>

<sup>37</sup><http://www.google.com/support/forum/p/blogger/thread?tid=077c6bb730ae242f&hl=pt-BR>



## Perceptual

- a) Para Obama, tiroteio no Texas *expôs* o pior e o melhor dos EUA <sup>38</sup>
- b) Naquele sábado, era mesmo a festa de Paula Nogueira, que *expôs* todo o seu lado infantil, com uma festa temática da personagem Betty Boop, ou será que podemos dizer Paula Boop?!<sup>39</sup>
- c) A Índia que a Globo não *mostra*... A emissora *mostrou* algumas vezes cenas com seus atores em um rio, o Rio Ganges, onde curiosamente flores boiavam (só que o rio, na verdade, é um depósito de cadáveres a céu aberto).<sup>40</sup>
- d) Tempos Modernos *mostrará* cidade de São Paulo nunca vista antes na TV<sup>41</sup>
- e) Twitter *exibirá* localização dos tweets<sup>42</sup>
- f) O novo sistema de inscrição que será utilizado neste semestre pelos alunos da UFF terá novidades. O IdUFF *exibirá* um módulo de relatórios gerenciais em tempo real para acompanhamento do desempenho e progresso das inscrições via internet.<sup>43</sup>
- g) Partido de Sarkozy *apresentará* lei para proibir uso do véu integral<sup>44</sup>
- h) Polícia não *apresentará* acusações sobre morte de MJ este ano<sup>45</sup>

## (36) Verbos de Movimento:

### Físico

- a) A vida é uma quadra de squash, tudo que *arremessamos*, bate e volta.<sup>46</sup>
- b) Alguns objetos (o disco e a bomba-relógio) não podem ser *arremessados*, mas podem ser soltos e coletados posteriormente.<sup>47</sup>
- c) Grêmio já *encaminhou* renovação de Busatto<sup>48</sup>
- d) Câmara já *encaminhou* Projetos de Lei do Executivo<sup>49</sup>
- e) França não *transferirá* 100% da tecnologia, diz especialista<sup>50</sup>

---

<sup>38</sup><http://br.noticias.yahoo.com/s/07112009/40/mundo-obama-tiroteio-no-texas-expos.html>

<sup>39</sup><http://www.folhaderondonia.com.br/noticias/noticia-agrofolha.php?ID=1133>

<sup>40</sup><http://epocaestadobrasil.wordpress.com/2009/02/16/a-india-que-a-globo-nao-mostra%E2%80%A6-a-emissora-mostrou-algumas-vezes-cenas-com-seus-atores-em-um-rio-o-rio-ganges-onde-curiosamente-flores-boiavam-so-que-o-rio-na-verdade-e-um-deposito-de-cad/>

<sup>41</sup><http://blogs.abril.com.br/antenaparabolica/2009/12/tempos-modernos-mostrara-cidade-sao-paulo-nunca-vista-antes-na-tv.html>

<sup>42</sup>[http://olhardigital.uol.com.br/digital\\_news/noticia.php?id\\_conteudo=10220&/TWITTER+EXIBIRA+L+OCALIZACAO+DOS+TWEETS](http://olhardigital.uol.com.br/digital_news/noticia.php?id_conteudo=10220&/TWITTER+EXIBIRA+L+OCALIZACAO+DOS+TWEETS)

<sup>43</sup><http://www.proac.uff.br/inscricao-em-disciplinas/iduff-exibira-relatorios-em-tempo-real>

<sup>44</sup><http://www.google.com/hostednews/epa/article/ALeqM5iH460G89WVBImoPsNSELUsvheM7g>

<sup>45</sup><http://br.noticias.yahoo.com/s/01122009/40/entretenimento-policia-nao-apresentara-acusacoes-morte.html>

<sup>46</sup><http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20091214072155AALxj9o>

<sup>47</sup><http://www.zxspectrum.com.br/games/s/saboteur/saboteur.html>

<sup>48</sup><http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&section=Esportes&newsID=a2759055.xml>

<sup>49</sup>[http://www.cmaju.se.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1406:projetos-de-lei-do-executivo-ja-foram-encaminhados-pela-cma&catid=34:noticias&Itemid=50](http://www.cmaju.se.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1406:projetos-de-lei-do-executivo-ja-foram-encaminhados-pela-cma&catid=34:noticias&Itemid=50)

<sup>50</sup><http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/franca-nao-transferira-100-da-tecnologia-diz-especialista/>

- f) Caso você voluntariamente nos forneça dados pessoais, não usaremos, processaremos ou *transferiremos* os dados além dos limites permitidos por lei ou definidos por você na sua declaração de consentimento. Além disso, só *transferiremos* os seus dados se formos obrigados a isso por ordem judicial.<sup>51</sup>

### **Abstrato**

- a) Tenho o vírus de herpes labial mas só *transmitirei* esta doença quando surgirem as bolhinhas na boca, né?<sup>52</sup>
- b) 88% dos gaúchos já *transmitiram* a declaração do Imposto de Renda<sup>53</sup>

Como já expusemos, seguindo os pressupostos da DM, que apresentaremos com mais detalhes na seção 3.1, pretendemos investigar os traços sintático-semânticos contidos nas Raízes formadoras dos VT/M no PB, buscando verificar quais são esses traços e como eles interagem com os demais elementos presentes nas estruturas sintáticas.

Por meio dessa investigação, pretendemos demonstrar o estatuto argumental que assumimos para o objeto indireto nas sentenças formadas por VT/M. Esse estatuto argumental, como vimos acima, se insinua, em grande medida, pela possibilidade de se atribuir a um argumento implícito uma semântica genérica de recebedor/alvo. Isso justifica, por assim dizer, a necessidade de se explicar a realização nula anafórica e, principalmente, implícita sem referência anafórica desse complemento nesses contextos sintáticos.

A seguir, nos voltaremos para as propriedades das sentenças formadas por VT/M translinguisticamente, procurando depreender as características sintático-semânticas ligadas a essas sentenças que subjazem à GU.

---

<sup>51</sup>[http://www.henkel.com.br/cps/rde/xchg/SID-0AC83309-806D2546/henkel\\_brb/hs.xml/94\\_BRB\\_HTML.htm](http://www.henkel.com.br/cps/rde/xchg/SID-0AC83309-806D2546/henkel_brb/hs.xml/94_BRB_HTML.htm)

<sup>52</sup><http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080208132653AAFI095>

<sup>53</sup><http://www.jusbrasil.com.br/politica/2586018/88-dos-gauchos-ja-transmitiram-a-declaracao-do-imposto-de-renda>

## ***1.2 As Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento Translinguisticamente***

### **1.2.1 Uma Hierarquia Ditransitiva (Levin 2006)**

Croft et al. (2001, apud Levin 2006) propõem uma Hierarquia Ditransitiva baseada em três verbos do inglês, islandês, alemão e holandês:

(37) ‘give’ < ‘send’ < ‘throw’ (Levin 2006, p. 7)

Levin, op. cit., propõe que os verbos dessa hierarquia representam classes maiores de verbos dativos:

(38) ‘give’ → verbos de ‘dar’  
‘send’ → verbos de ‘enviar’  
‘throw’ → verbos de ‘arremessar’ (Levin 2006, p. 7)

De acordo com a autora, o estudo de algumas outras línguas, como grego, warlpiri, holandês, mandarim, fongbe e yaqui, revela padrões de dados que se comportam como previsto pela hierarquia acima, sendo que algumas dessas línguas apresentam construções com objetos duplos, como o inglês, e outras apresentam construções sintáticas comparáveis, geralmente envolvendo um NP dativo.

Levin salienta que a convergência de distribuição das classes semânticas de verbos entre construções com objeto duplo e construções dativas ocorre porque ambas propiciam a expressão de recebedores. Além disso, as classes de verbos mais comumente encontradas ocorrendo nessas construções são aquelas que, necessariamente, têm um recebedor ou que mais facilmente aceitam um.

Assim, a autora define duas classes de verbos encontradas translinguisticamente nas duas construções:

- (39) Verbos que selecionam recebedores lexicalmente (alvos de posse):
- a) Verbos de ‘dar’: give, hand, lend, loan, rent, sell
  - b) Verbos de ‘posse futura’: allocate, allow, bequeath, forward, grant, offer, promise (Levin 2006, p. 8)
- (40) Verbos que selecionam alvos espaciais lexicalmente:
- a) Verbos de ‘enviar’: mail, send, ship
  - b) Verbos de ‘arremessar’: fling, flip, kick, lob, slap, shoot, throw, toss
  - c) Verbos de ‘movimento em uma direção especificada deiticamente’: bring, take (Levin 2006, p. 8)

Levin aponta duas formas de expressar a idéia de recebedor em inglês por meio de verbos dativos, como *give*, que selecionam um agente, um tema e um recebedor:

- (41) a) Terry gave Sam an apple. (construção com objeto duplo)  
b) Terry gave an apple to Sam. (construção do tipo *to*) (Levin 2006, p. 01)

A autora observa que, em (41), o *primeiro objeto* (*Sam* – recebedor), embora ocorra codificado na sentença como objeto direto de um verbo transitivo, pode ser comparado, semanticamente, a um NP dativo das línguas que apresentam tais NPs. Ainda, segundo Levin, os NPs *to* das construções do tipo *to* do inglês não são NPs dativos. *To* é uma preposição alativa<sup>54</sup>, primeiramente indicando alvos, mas também estendida, em algumas línguas, a outros tipos de argumentos, incluindo recebedores (um tipo de alvo). Assim, segundo a autora, as construções do tipo *to* do inglês, embora

---

<sup>54</sup> O Caso alativo é um tipo de Caso locativo presente em várias línguas, como finlandês, húngaro, estoniano e lituano. É usado para indicar *movimento para* (direção voltada para o exterior) ou a adjacência a algo. Em inglês, esse Caso geralmente é expresso pelas preposições *to* e *onto*.

sejam muitas vezes tomadas como análogas das construções dativas, ou seja, construções em que há um NP dativo, não o são de fato — são uma instância das construções alativas.

Siewierska (1998, apud Levin 2006), baseada em um estudo de aproximadamente 260 línguas, postula que nenhuma língua que tenha o Caso dativo “verdadeiro”<sup>55</sup> (i.e., que use um marcador de Caso distinto dos marcadores dos Casos alativo e locativo) tem uma construção com objeto duplo, ou seja, uma construção em que o receptor e o tema exibam a mesma codificação estrutural. Essa postulação sugere que, translinguisticamente, os NPs dativos, aqueles que têm uma marca dativa distinta de marcas alativas e locativas, e os *primeiros objetos* das construções com objeto duplo — e, portanto, as construções dativas e as construções com objeto duplo — estão em distribuição complementar.

Seguindo a proposta de Siewierska, op. cit., Levin assume que, translinguisticamente, três construções são associadas à expressão do receptor:

a) Construções com Objetos Duplos (receptor como possuidor):

- Tema → segundo objeto
- Receptor → primeiro objeto

b) Construções Dativas (receptor como possuidor):

- Tema → objeto
- Receptor → NP dativo

c) Construções Alativas (receptor como alvo):

- Tema → objeto
- Receptor → NP/PP alativo/locativo

---

<sup>55</sup> Aspas da autora.

Segundo a autora, o modo como uma dada língua realizará os recebedores dependerá de seus recursos morfossintáticos. No entanto, essa língua só terá uma das duas construções sintáticas em (a) e (b) acima.

Gerdts (1993, apud Levin, 2006) aponta uma distinção entre as línguas centradas no objeto direto (línguas que apresentam construções com objetos duplos) e línguas centradas no objeto indireto (línguas que apresentam construções dativas). Ao comparar esses dois tipos de línguas, o autor verifica que uma gama de construções atestadas em um tipo de língua não são atestadas no outro tipo.

Para Levin, a distribuição complementar apontada por Gerdts dá sustentação à proposta de Siewierska sobre a distribuição complementar do *primeiro objeto* e do NP dativo. Para a autora, o *primeiro objeto* e o NP dativo compartilham das mesmas restrições semânticas porque ambos expressam a noção de recebedor. *To*, por outro lado, sendo um marcador de Caso alativo, expressa um conjunto de noções semânticas distinto do conjunto de noções expressas pelo *primeiro objeto* e pelo NP dativo, e apresenta uma distribuição diferente daquela apresentada por esse NP.

De acordo com Levin, translinguisticamente, há uma classe semântica central de verbos encontrada nas construções com objetos duplos e nas construções com NP dativo: a classe dos verbos dativos. Outras classes demonstram propensões variadas para ocorrer nesses dois tipos de construções, sendo que as classes de verbos mais propensas para ocorrer nas construções com objetos duplos também são as mais propensas para ocorrer nas construções dativas.

Em (42) e (43), podemos ver a distribuição dos verbos do inglês nas construções com objeto duplo:

- (42) Verbos encontrados nas construções com objeto duplo:
- a) Verbos de ‘dar’: give, pass, hand, sell, pay, trade, lend, loan, serve, feed
  - b) Verbos de ‘enviar’: send, mail, ship
  - c) Verbos de ‘arremessar’: throw, toss, flip, slap, kick, poke, fling, shoot, blast
  - d) Verbos de ‘movimento em uma direção especificada deiticamente’: bring, take
  - e) Verbos de ‘posse futura’: offer, promise, bequeath, leave, refer, forward, allocate, guarantee, allot, assign, allow, advance, award, reserve, grant<sup>56</sup>
- (Gropen et al. 1989 p. 243-244, apud Levin 2006, p. 7)

- (43) Verbos não encontrados nas construções com objeto duplo:
- a) Verbos de ‘preencher’: credit, present, entrust, supply, trust
  - b) Verbos de ‘movimento de algum modo’: carry, pull, push, schlep, lift, lower, haul
- (Gropen et al. 1989 p. 244, apud Levin 2006, p. 7)

Conforme já pontuamos, acreditamos que as sentenças ditransitivas formadas por VT/M guardam semelhanças sintáticas e semânticas translinguisticamente, e que essas semelhanças podem nos auxiliar na sistematização das informações contidas nos traços formais das Raízes envolvidas na formação dos VT/M do PB. A caracterização dos verbos dativos apresentada por Levin nos interessa à medida que demonstra que esses verbos possuem características semânticas em comum translinguisticamente, já que instanciam os mesmos tipos de eventos (transferência/movimento).

Verificamos que a divisão sugerida por Levin em (39) e (40), respectivamente, entre verbos que selecionam recebedores lexicalmente (alvos de posse) e verbos que selecionam alvos espaciais lexicalmente, converge para a semântica dos verbos de

---

<sup>56</sup> Como podemos observar, alguns dos verbos mencionados nesse item são verbos de origem latina (offer, promise, refer, allocate, guarantee, assign, reserve). Há verbos de origem latina, no entanto, que não ocorrem em construções de objeto duplo, como pontuado por Larson (1988). Veremos alguns desses casos na seção 1.2.3.

transferência (verbos que envolvem um receptor em sua estrutura argumental) e dos verbos de movimento (verbos que envolvem um alvo em sua estrutura argumental).

Dessa forma, sugerimos que a classe semântica de verbos dativos proposta por Levin pode ser alinhada à classificação proposta por Berlinck (1996), apresentada na seção 1.1. Assim, os verbos de ‘dar’ e de ‘enviar’ podem ser classificados como verbos de transferência material/abstrata, verbal ou perceptual, e os verbos de ‘arremessar’ como verbos de movimento físico ou abstrato.

A importância, para esse trabalho, da possibilidade de alinhamento entre essas duas propostas está no fato de que, conforme pontuamos anteriormente, os VT/M parecem, realmente, compartilhar características universais. Acreditamos que a possibilidade de apreendermos, de sua observação, generalizações a respeito de suas propriedades nos auxiliará a sistematizar as informações contidas nos traços formais das Raízes envolvidas em sua formação.

## **1.2.2 As Construções com Objeto Duplo (Larson 1988)**

Larson (1988) apresenta uma análise para as construções com objeto duplo que implementa a proposta sobre as estruturas dativas sugerida por Chomsky (1955/1975, apud Larson 1988).

Embora o PB não possua construções com objeto duplo, como constatado por Scher (1996), nosso interesse acerca desse estudo baseia-se na natureza da relação sintático-semântica, assumida por Larson, entre os verbos formadores das estruturas dativas (sejam elas construções oblíquas ou construções com objeto duplo) e o objeto indireto.

Como veremos, os verbos formadores das sentenças dativas abordadas por Larson são os verbos denominados VT/M e o objeto indireto, nessa proposta, trata-

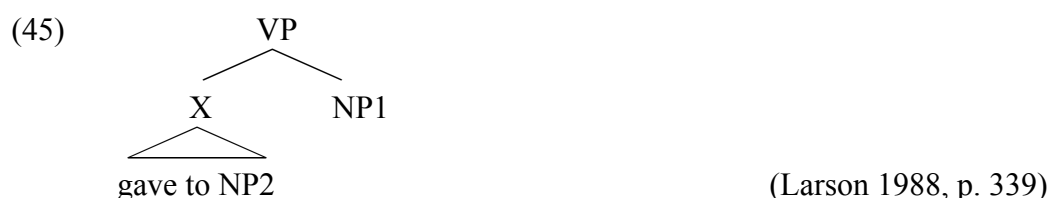


se de um argumento desses verbos, podendo ser realizado, na estrutura sintática, como um PP, no caso das construções oblíquas, ou como um NP, no caso das construções com objeto duplo.

De acordo com a proposta de Chomsky, op. cit., uma sentença como (44)a é derivada de uma estrutura como (44)b por extraposição<sup>57</sup> do PP *to him*:

- (44) a) The teacher gave several books to him.  
 b) The teacher [gave to him] several books. (Larson 1988, p. 339)

Larson pontua que, em (44)b, o objeto indireto é o “objeto interno”<sup>58</sup> do verbo, formando com este um constituinte que exclui o objeto direto superficial. Também se verifica uma assimetria entre os complementos do verbo dativo: NP2 (objeto indireto) está no domínio estrutural de NP1 (objeto direto), mas não vice-versa<sup>59</sup>:



Assim, a estrutura em (45) sugere que o objeto indireto é o argumento direto do verbo e que NP1 recebe seu papel- $\theta$  do constituinte verbal *give to him*.

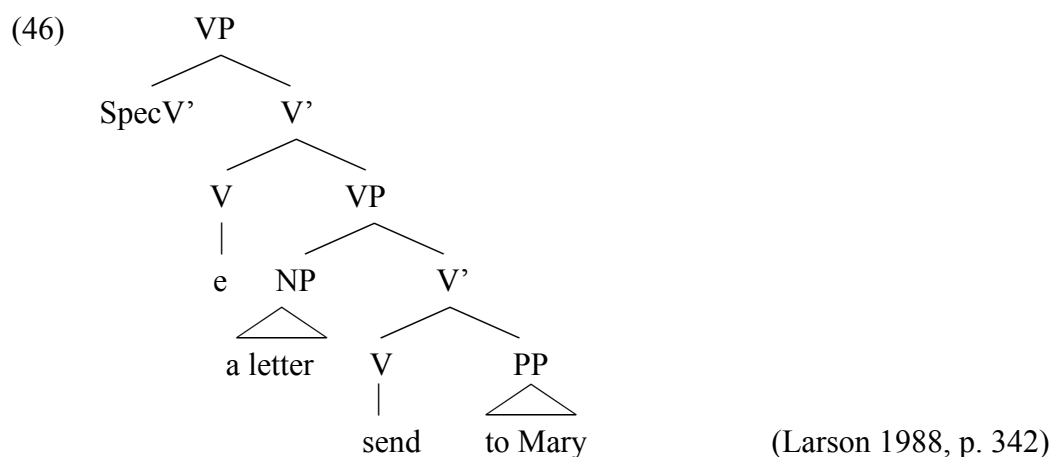
<sup>57</sup> Extraposição é o processo ou resultado do movimento de um elemento a partir de sua posição normal para uma posição no fim ou perto do fim de uma sentença. Ex: *The plumber arrived **who we had called earlier***. (*who we had called earlier* foi extraposto a partir de sua posição original, depois de *plumber*) Crystal (1997).

<sup>58</sup> Aspas do autor.

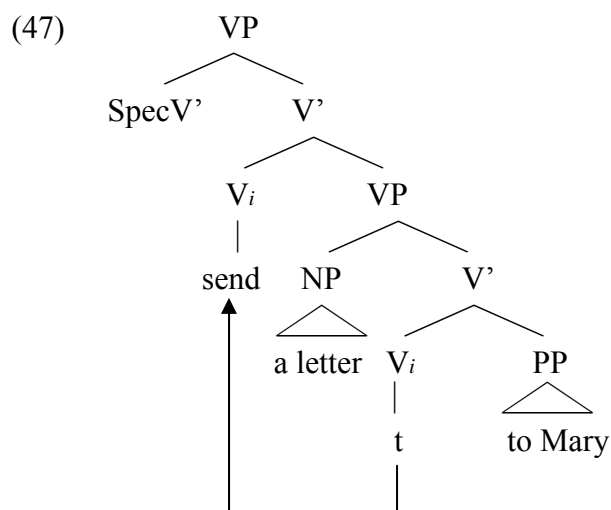
<sup>59</sup> Mioto et. al. (2004) trazem a seguinte definição para a relação de dominância: “ $\alpha$  domina  $\beta$  se e somente se existe uma sequência conexa de um ou mais galhos entre  $\alpha$  e  $\beta$  e o percurso de  $\alpha$  até  $\beta$  através dos galhos é unicamente descendente.”, p. 50. Assim, a assimetria entre os complementos do verbo dativo se verifica, na medida em que a relação de dominância se aplica de NP1 para NP2, mas não de NP2 para NP1. Observe-se que a noção de dominância (domínio estrutural nos termos de Larson, op. cit.) abarca a noção de dominância imediata: “ $\alpha$  domina imediatamente  $\beta$  se e somente se  $\alpha$  domina  $\beta$  e não existe nenhum  $\gamma$  tal que  $\alpha$  domina  $\gamma$  e  $\gamma$  domina  $\beta$ .”, p. 50.

Ao analisar a estrutura dos objetos duplos, Larson adota uma versão da proposta de Chomsky apresentada acima, derivada dos trabalhos de Bach (1979), Dowty (1979) e Jacobson (1983; 1987), apud Larson (1988).

Em sua proposta, o VP de um verbo dativo é estruturado como apresentado em (46):



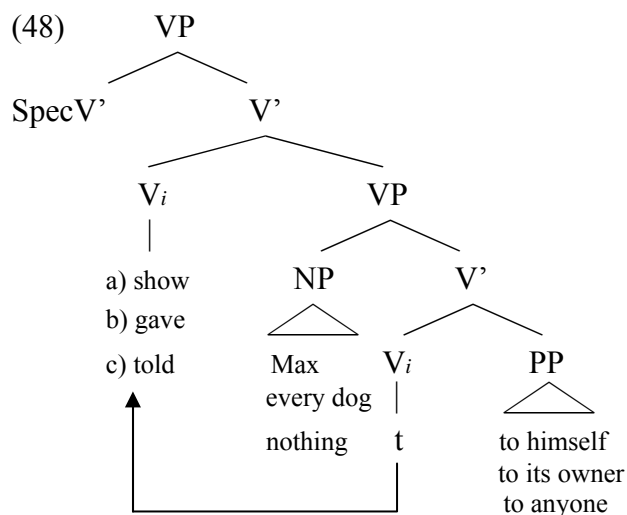
Assim como na proposta de Chomsky, na proposta de Larson, o verbo *send* toma o complemento *to Mary*, formando o V' *send-to-Mary*. Esse V' é predicado do “sujeito interno” *a letter*, formando um VP com a estrutura: *a letter send to Mary*. Esse VP é, então, predicado de um “sujeito externo” como *John*, formando a estrutura completa *John e a letter send to Mary*. A forma superficial, ou seja, *John send a letter to Mary*, surge com a subida do verbo *send* para a posição de V vazia, por meio de um movimento de núcleo-para-núcleo. Esse movimento deixa um vestígio na posição original e cria uma sequência de posições V co-indexadas, como podemos ver em (47):



(Larson 1988, p. 343)

Com a subida de *send* para a posição V vazia acima, esse verbo passa a ser o núcleo de uma projeção regida por Infl, podendo, assim, receber tempo e concordância. No núcleo do VP mais alto, *send* passa a reger *a letter*, atribuindo-lhe o Caso objetivo.<sup>60</sup>

A proposta de Larson preserva uma característica crucial da proposta de Chomsky: o objeto direto c-comanda o objeto indireto, independentemente da estrutura introduzida pelo PP:



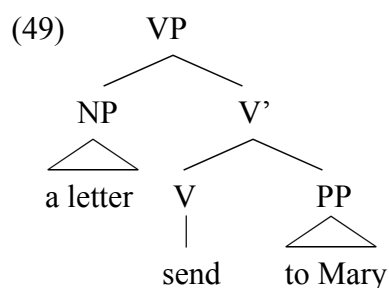
(Larson 1988, p. 344)

<sup>60</sup> Posteriormente, Larson sugere que o verbo não sobe para o núcleo V mais alto para receber Caso e concordância, mas sim devido a um requerimento no mapeamento da estrutura categorial e temática, segundo o qual cada argumento deve ser regido por seu núcleo em algum estágio da derivação.

Assim, em (48) os objetos diretos (*Max, every dog e nothing*) c-comandam os objetos indiretos (*to himself, to its owner e to anyone*), mas não vice-versa.

Tendo desenvolvido sua proposta para as construções com objeto oblíquo, Larson volta-se para as construções com objeto duplo, construindo uma relação transformacional entre o dativo e o objeto duplo.

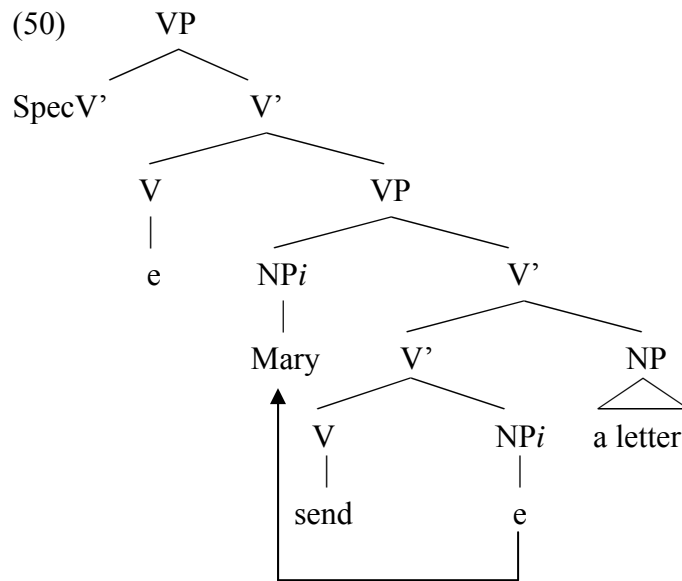
Retomando a estrutura do VP em uma construção dativa típica, como em (49), temos o NP *a letter* na posição de sujeito (especificador) e o PP *to Mary* na posição de objeto (complemento):



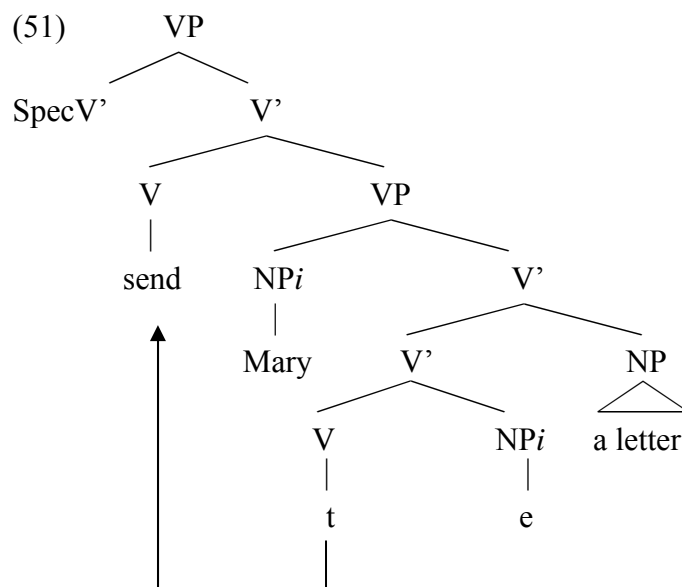
(Larson 1988, p. 351)

Considerando a possibilidade da formação de passivas no VP interno (mais baixo), a partir de Burzio (1986) e de Chomsky (1981), apud Larson (1988), Larson aplica essa proposta ao verbo *send* na estrutura em (49), uma vez que este também ocorre no VP interno.

Assim, o fenômeno designado pelo autor como Passiva, primeiro absorve o Caso atribuído ao objeto indireto, absorvendo a preposição *to*, compreendida como marcadora de Caso dativo. Depois, o papel- $\theta$  atribuído ao sujeito do VP (objeto direto) sofre uma demissão e passa a ser atribuído para o adjunto de V'. O objeto indireto, sem Caso, move-se para a posição de sujeito de VP — sem papel- $\theta$  e vazia. Por último, o verbo *send* sobe para o núcleo V do VP mais alto, atribuindo Caso ao sujeito do VP mais baixo, conforme pode ser visto em (50) e (51):



(Larson 1988, p. 353)



(Larson 1988, p. 353)

Larson chama de Alternância Dativa (*Dative Shift*) o movimento de NP visto em (51), o qual promove um argumento para a posição de sujeito de VP.

### 1.2.3 As Construções com Dois Complementos no Inglês e no PB (Larson 1988; Scher 1996)

De acordo com Larson, op. cit., nem sempre *to* pode ser visto apenas como um marcador de Caso. Em (52), por exemplo, os alvos são advérbios e a preposição parece fazer uma contribuição semântica, especificando “alvo de movimento por um trajeto” (*goal of motion along some path*):

- (52) a) Klaus flew his dirigible to Helgoland.  
b) The spoon fell to the floor.  
c) Oscar bowed to the queen.  
d) The meeting ran from two o'clock to five.
- (Larson 1988, p.370)

A partir dessa observação, Larson propõe que *to* sempre tem conteúdo, nunca sendo apenas um marcador de Caso, mas que em alguns contextos, como em V's nucleados por verbos de alternância dativa, sua contribuição gramatical efetivamente é reduzida à marcação de Caso, como explicitaremos abaixo, podendo, assim, ser suprimido, como ocorre nas Passivas.

Larson assume que *to* é uma preposição independente em inglês, com seu próprio papel- $\theta$  para atribuir, e que, embora os verbos possam selecionar um argumento do tipo objeto indireto, eles não podem atribuir Caso a esse argumento, o que é feito pela preposição. Ele postula que ambos, V e P, devem, independentemente um do outro, atribuir papel- $\theta$  ao objeto indireto, conforme ilustrado em (53):

- (53) give: Beneficiary  
Goal of motion along some path  
to: Goal of motion along some path
- (Larson 1988, p. 370)

Como vemos, o conjunto de papéis- $\theta$  atribuídos por V inclui o papel- $\theta$  atribuído por *to*, de forma que a contribuição semântica desse último é redundante. Isso reforça a postulação de que, em construções dativas como [*V' give to Mary*], a contribuição gramatical de *to* é efetivamente reduzida à atribuição de Caso para *Mary*. Embora não seja vazia de conteúdo semântico, *to* pode ter seu conteúdo completamente recuperado pelo contexto sintático. Nessas circunstâncias, segundo Larson, a Passiva pode absorver *to* (marcador de Caso), gerando a alternância dativa, como vimos em (50) e (51).

Seguindo Culicover (1982, apud Larson 1988, p. 371, nota 37), para quem a disponibilidade da alternância dativa depende das contribuições semânticas particulares de *to*, Larson assume que a segunda sentença de cada par em (54) é mal formada por estar violando a “recuperabilidade de deleção”:

- (54) a) I donated money to charity.  
\* I donated charity money.  
b) I distributed apples to the children.  
\*I distributed the children apples.  
c) I contributed my time to the auction.  
\*I contributed the auction my time. (Larson 1988, p. 371)

Ele sugere que, diferentemente de *give*, *send*, *promise*, etc, os verbos em (54) não especificam seu terceiro argumento como um alvo, ou seja, *donate*, por exemplo, atribui apenas o papel- $\theta$  de beneficiário para o seu objeto indireto. Assim, ao considerar um *V'* como *donate to charity*, *to* não é redundante, não podendo, portanto, ter sua contribuição gramatical reduzida à marcação de Caso. Nessa circunstância, a supressão do *to* resultaria na perda da informação temática associada à preposição, o que faz com que essa supressão seja bloqueada e a alternância dativa não ocorra. Dessa forma, essa análise sugere que os verbos em que a alternância dativa não ocorre são aqueles que não têm o conteúdo do *to* especificado em sua grade temática.

Kayne (1981, apud Larson 1988) assume que o inglês permite a supressão da preposição porque nessa língua as preposições atribuem o Caso objetivo, o que permite que estas sejam tematicamente reanalisadas com o verbo quando o objeto preposicional é extraído. Essa reanálise, por sua vez, permite que o traço do objeto extraído seja licenciado pelo Princípio da Categoria Vazia (ECP). Nas Línguas Românicas, por outro lado, as preposições atribuem o Caso oblíquo e a reanálise é bloqueada devido ao conflito de Casos atribuídos por V (Caso objetivo) e por P (Caso oblíquo). Assim, quando um objeto preposicional é extraído nessas línguas, ocorre a violação do ECP. Por esse motivo, Larson postula que só será possível ocorrer a alternância dativa quando *to* (e preposições equivalentes em outras línguas) for um atribuidor de Caso objetivo. Isso faz com que a alternância dativa seja impossível nas Línguas Românicas, em que P é um atribuidor de Caso oblíquo, mas possível em línguas como, por exemplo, o inglês, o holandês e o dinamarquês, em que P é atribuidor de Caso objetivo.

Scher (1996), em seu estudo comparativo entre as sentenças com dois complementos no inglês e no PB (tomando como base o dialeto falado na Zona da Mata Mineira, denominado pela autora como PBM), analisa o fato de que, tanto no inglês, quanto no PBM, os complementos do verbo podem aparecer nas ordens: V NP PP e V NP NP. Diferentemente do que propõe Larson, op. cit., para quem, como vimos, a estrutura V NP NP é derivada da estrutura V NP PP, a autora propõe que, nos dados do PBM, cada uma das duas ordens sintáticas mencionadas (V NP PP e V NP NP) tem uma estrutura de base, não sendo uma estrutura derivada da outra. Embora apresentem algumas semelhanças, Scher assume que as ordens V NP NP no inglês e no PBM não representam o mesmo fenômeno sintático. A autora propõe que uma sentença como (55), que apresenta a ordem V NP NP, gramatical para os falantes do PBM, resulta de um fator sintático (relacionado a tópico discursivo), que dá origem à ordem V PP NP, e



de um conjunto de fatores morfofonológicos (ligados a reestruturação silábica e sândi vocálico externo/juntura interna), que têm como consequência a queda da vogal (preposição) *a* em contextos apropriados, dando origem à ordem V NP NP<sup>61</sup>:

(55) Eu dei o rapaz o livro. (Scher 1996, p. 12)

Scher verifica que a ordem V NP NP só ocorre em contextos em que *a* é uma das preposições aceitas pelo verbo. A autora organiza quatro grupos de verbos a fim de investigar a variável “tipo de preposição”<sup>62</sup> na formação das estruturas sintáticas estudadas por ela:

- Grupo A (preposição *a*): *assistir a* um bom filme; *atender ao* público;
- Grupo B (preposição *para*): *fazer* o almoço *para* o pai; *ler* o livro *para* o filho;
- Grupo C (preposições *a/para* – *impossibilidade de inversão*): *deixar* muitos bens *para/a* os filhos; *escrever* uma carta *para/a* o amigo;
- Grupo D (preposições *a/para* – *possibilidade de inversão*): *anunciar* a decisão (*para/a*) os filhos – *anunciar* os filhos a decisão; *emprestar* o livro (*para/a*) o colega – *emprestar* o colega o livro.

(Scher 1996, p. 33-34)

A autora pontua que os verbos do grupo A estão deixando de exigir a preposição (*assistir o filme, atender o público*), atribuindo, nesses casos, o papel temático de tema

---

<sup>61</sup> Para uma revisão dessa proposta, sugiro a leitura de Armelin (2010).

<sup>62</sup> Aspas da autora.

ao seu complemento. Os verbos do grupo B e C não admitem a omissão da preposição, atribuindo os papéis temáticos de beneficiário e alvo, respectivamente, para os seus complementos preposicionados. Os verbos do grupo D permitem a omissão da preposição e atribuem os papéis temáticos de recipiente, alvo ou fonte para os complementos preposicionados.

Segundo a autora, o fato de os verbos do grupo C poderem ocorrer sem a presença obrigatória do objeto indireto pode ser um indicador de que esses verbos não prevêm o argumento alvo em sua grade temática. Nesse caso, dentro dessa proposta, a preposição seria uma preposição lexical, responsável pela atribuição do papél temático de alvo ao seu complemento. Isso explicaria o fato de os verbos desse grupo não permitirem a sua omissão, pois, se a preposição fosse omitida, o seu complemento ficaria sem papél temático. Seguindo Larson, op. cit., Scher sugere que a possibilidade de omissão da preposição com os verbos do grupo D, originando a ordem V NP NP, viria da redundância de papéis temáticos atribuídos pelo verbo e pela preposição. Nesse caso, a marcação temática pelo predicado preposicional poderia ficar inativa, possibilitando a não-realização de seu núcleo.

A proposta de Scher, associada aos pressupostos da DM, que detalharemos no capítulo 3, nos permite sugerir que, no caso dos verbos do grupo D, a estrutura sintática que prevê a presença de um PP receptor/alvo é gerada e que, em *Spell-Out*, o morfema-f correspondente à preposição não recebe material fonológico, sendo preenchido por um item de vocabulário vazio. Dessa forma, o DP interno à projeção PP, correspondente ao elemento receptor/alvo, será realizado como um NP.

Quanto à observação de Scher de que o fato de os verbos do grupo C (*deixar, descrever, endereçar, escrever, insinuar, mentir e trazer*, p. 34<sup>63</sup>) poderem ocorrer sem o objeto indireto realizado é um indício de que esse elemento não é semanticamente previsto pelo verbo, pontuamos que os verbos do grupo D (*anunciar, comunicar, contar, dar, dizer, emprestar, ensinar, entregar, enviar, explicar, mandar, mostrar, oferecer, pedir e recomendar*, p. 34-35), que apresentam a semântica de transferência/movimento e que envolvem, segundo nossa proposta, um argumento recebedor/alvo, também podem ocorrer sem o objeto indireto realizado fonologicamente, conforme demonstramos nos dados em (33), (34), (35) e (36).

Essa observação nos leva a reconhecer o seguinte paradigma de verbos que podem apresentar um comportamento ditransitivo: i) verbos que prevêm um argumento recebedor/alvo em sua semântica, mas que podem, no entanto, ocorrer em estruturas sintáticas com esse argumento nulo ou implícito e ii) verbos que não prevêm um argumento recebedor/alvo em sua semântica, mas que aceitam a realização de um elemento, que poderá ter a semântica de recebedor/alvo ou de beneficiário, como complemento de uma preposição lexical. Assim, assumimos que no caso dos verbos do grupo D mencionados por Scher, o objeto indireto é argumento. No caso dos verbos dos grupos B (*buscar, cantar, comprar, conseguir, desenhar, descrever, fazer e ler*, p. 34) e C, o elemento preposicionado é adjunto, não sendo previsto pela semântica desses verbos.

Na seção 2.1, voltaremos a essa questão.

---

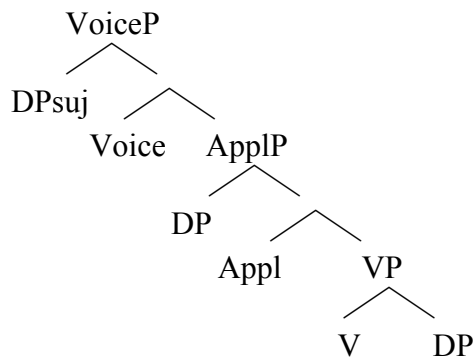
<sup>63</sup> Neste trabalho, estamos considerando que os verbos *endereçar* e *trazer* são verbos de transferência/movimento.

### 1.2.4 A Alternância Dativa no PE (Torres-Morais 2007; Torres-Morais & Berlinck 2006)

Seguindo Pylkkänen (2002) e Cuervo (2003), Torres-Morais (2007) assume que, dados os diferentes tipos de predicados em que podem ocorrer e dadas as diferentes interpretações que podem receber (meta/recipiente, possuidor, fonte, experienciador, locativo, afetado, beneficiário), os DPs dativos não são argumentos do verbo, sendo introduzidos na sintaxe por um núcleo especializado, denominado núcleo aplicativo, que os licencia sintática e semanticamente.

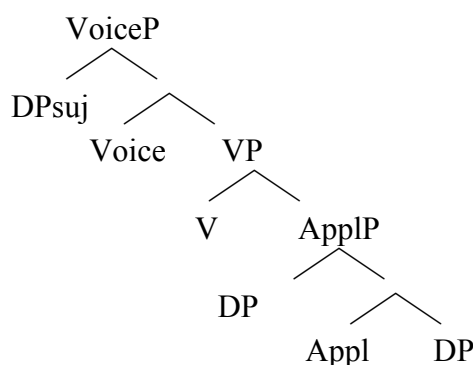
De acordo com a proposta de Pylkkänen, op. cit., há dois tipos de núcleos aplicativos: aplicativo alto, que licencia um argumento aplicado (DP) ao evento (vP), e aplicativo baixo, que relaciona dois argumentos DPs (o argumento aplicado e o objeto direto (DO)):

(56) Aplicativo alto



(Torres-Morais 2007, p. 48)

(57) Aplicativo baixo



(Torres-Morais 2007, p. 48)

Segundo essa visão, os núcleos aplicativos adicionam argumentos oblíquos não nucleares à estrutura argumental do verbo. Ou seja, os argumentos aplicados não são requeridos ou licenciados pelo verbo – possuem um significado definido estruturalmente e podem ser interpretados como beneficiário, instrumental, recipiente, locativo e fonte.

O ponto crucial dessa proposta para a abordagem dos dativos desenvolvida por Torres-Morais, *op. cit.*, é a postulação de que o núcleo aplicativo baixo denota uma relação de transferência dinâmica de posse, na qual o DP mais alto pode ser interpretado como recipiente (aplicativo baixo-TO) ou fonte (aplicativo baixo-FROM) do DP tema mais baixo.

Baseando-se em Cuervo, *op. cit.*, Torres-Morais assume um terceiro tipo de aplicativo baixo para o PE: aplicativo baixo-AT, que expressa uma relação de posse estática entre dois indivíduos. Nesse caso, o dativo é interpretado como possuidor do tema<sup>64</sup>:

---

<sup>64</sup> Detalhar as propostas desenvolvidas por Pylkkänen (2002) e por Cuervo (2003) com relação aos núcleos aplicativos vai além dos objetivos desse trabalho. Sugerimos a leitura de Armelin (2010) para uma explicação do licenciamento dos argumentos dativos nas sentenças ditransitivas do PB por meio da teoria dos núcleos aplicativos.

- (58) a) O Pedro admira a paciência à *Maria*.  
b) O Pedro admira-*lhe* a paciência. (Torres-Morais 2007, p. 96)

Tomando por base o PE, Torres-Morais assume que essa língua possui dois tipos de construções ditransitivas: construção ditransitiva preposicionada e construção applicativa. A autora afirma que os dativos podem ser realizados como pronomes clíticos de 3ª pessoa (*lhe*, *lhes*) ou como DPs plenos, introduzidos pelo marcador de Caso *a*, e assinala que o estatuto de *a* é crucial para que se possam compreender os fatos da alternância dativa no PE, uma vez que se relaciona a uma dicotomia quanto ao estatuto categorial do objeto indireto: DP *versus* PP.

Segundo a autora, na construção ditransitiva preposicionada, o objeto indireto é um PP, introduzido por uma preposição verdadeira. Na construção applicativa (construção de objeto duplo), o dativo é um *a*-DP e a preposição *a* que o introduz não é uma preposição verdadeira, mas um marcador de Caso dativo.

De acordo com a autora, na variante de objeto duplo, o DP lexical alterna com os pronomes clíticos de 3ª pessoa (*lhe/lhes*), o que não é possível na contraparte preposicionada. Segundo ela, a alternância dativa se manifesta no PE da seguinte forma: a ausência *versus* a presença dos clíticos dativos correspondem às duas estruturas da alternância dativa. Desse modo, o *a*-DP alterna com a realização do pronome clítico dativo.

Assim, se o argumento dativo puder se realizar como um clítico, temos uma estrutura de objeto duplo, e, conseqüentemente, a possibilidade da alternância dativa. Se não houver a possibilidade de substituição do objeto indireto por um clítico, temos uma estrutura preposicionada.

A autora observa que a substituição do complemento preposicionado pelos clíticos *lhe/lhes* constitui um teste eficaz para se identificarem DPs e PPs, já que os clíticos não substituem PPs:

- (59) a) O João gosta *da Maria*.  
b) \*O João *lhe* gosta.  
c) O João pensa *na Maria*.  
d) \*O João *lhe* pensa. (Torres-Morais 2007, p. 92)

Torres-Morais demonstra que os argumentos dativos são adicionados à estrutura argumental de vários tipos de verbos, entre eles, os ditransitivos dinâmicos e estativos, predicados psicológicos, inacusativos, causativos, incoativos e existenciais.

Para os propósitos do nosso trabalho, interessam-nos, especificamente, os dados apresentados pela autora contendo os verbos que ela classifica como ditransitivos dinâmicos semanticamente interpretados como verbos de transferência ou movimento.

Ela assume que, nesses verbos, há uma relação dinâmica de posse direcional entre o argumento dativo e o objeto tema, expressa tanto pelo núcleo aplicativo baixo-TO, no qual o argumento dativo é interpretado como recipiente/beneficiário, quanto pelo núcleo aplicativo baixo-FROM, no qual o argumento dativo é interpretado como fonte, como podemos observar em (60) e (61):

- (60) a) O José enviou uma carta *à Maria*.  
b) O José enviou-*lhe* uma carta. (Torres-Morais 2007, p. 91)

- (61) a) O José roubou o relógio *ao Pedro*.  
b) O José roubou-*lhe* o relógio. (Torres-Morais 2007, p. 91)

Mateus et. al. (1993; 2003, apud Torres-Morais 2007), em sua gramática dos usos cultos do PE, distinguem complementos indiretos, introduzidos unicamente pela preposição *a*, de complementos oblíquos, introduzidos por preposições verdadeiras, como: *para*, *com*, *de*, *em* e *por*. Assim, os autores sugerem que os predicados do primeiro tipo, realmente ditransitivos, apresentam o esquema relacional SU V OD OI, como podemos ver em (62):

- (62) João deu um livro *ao Pedro*.  
(Mateus et al. 1991, p. 296, apud Torres-Morais 2007, p. 93)

Por outro lado, os predicados do segundo tipo, que selecionam um objeto direto e um argumento preposicionado, apresentam, segundo os autores, o esquema relacional SU V OD OBL:

- (63) O helicóptero transportou os feridos *para o hospital*.  
(Mateus et al. 2003, p. 297, apud Torres-Morais 2007, p. 93)

Assim, embora comumente se afirme que o objeto indireto é introduzido, indiferentemente, por *a* ou *para*, Torres-Morais, seguindo Bechara (2000) e Mateus et al. (2003), assinala que *a* introduz o objeto indireto, que expressa a semântica de meta/fonte, e que *para* introduz um elemento oblíquo, que expressa a semântica de beneficiário:

- (64) a) O João ofereceu um CD *ao Pedro*.  
b) O meu amigo pintou esse quadro *para a Maria*.  
(Mateus et al. 2003, p. 297, apud Torres-Morais 2007, p. 95)



De acordo com a autora, as relações oblíquas são estabelecidas tanto por complementos quanto por adjuntos, a partir da natureza do predicador verbal, e expressam diversas relações semânticas, entre elas: instrumental, comitativo, beneficiário, tempo, duração, frequência, locativo, situacional, direcional, causa e fim.

Para ela, as sentenças ditransitivas preposicionadas no PE têm sua interpretação condicionada pela preposição que introduz o PP e pelos diferentes significados da Raiz verbal. Vejamos as sentenças vistas em (58), (60) e (61), repetidas a seguir como (65), (66) e (67), com suas contrapartes preposicionadas:<sup>65</sup>

- (65) a) O Pedro admira a paciência *à Maria/admira-lhe* a paciência.  
b) O Pedro admira a paciência *da Maria*.  
(Torres-Morais 2007, p. 96)

- (66) a) O José enviou uma carta *à Maria/enviou-lhe* uma carta.  
b) O José enviou uma carta *para a Maria*.  
(Torres-Morais 2007, p. 96)

- (67) a) O José roubou o relógio *ao Pedro/roubou-lhe* o relógio.  
b) O José roubou o relógio *do Pedro*.  
(Torres-Morais 2007, p. 96)

Torres-Morais afirma que, em (65)a, admira-se tanto a paciência da Maria quanto o fato de esta ser uma pessoa paciente. Em (65)b, o foco da admiração é somente a paciência. Em (66)a, a interpretação é a de que a carta foi enviada diretamente à Maria. Em (66)b, a única interpretação possível para os falantes do PE é a de que o argumento Maria não é diretamente afetado pela relação de transferência. Dessa forma, essa sentença implica que José enviou-lhe (ao João) uma carta para que este a

---

<sup>65</sup> Observe-se que não há alternância entre as sentenças em (a) e (b).

entregasse à Maria. Em (67)a, a interpretação é a de que embora o relógio não precisasse estar, necessariamente, com Pedro no ato do roubo, esse sentido pode ser computado, de modo que Pedro seja diretamente afetado pelo evento, sendo interpretado como o indivíduo que é despojado do objeto. Observe-se que Pedro pode não ser o dono do relógio. Em (67)b, por outro lado, Pedro é, necessariamente, o possuidor do objeto roubado.

A autora assinala que, nos dados apresentados a seguir em (68), (69), (70) e (71), somente a expressão da orientação direta que caracteriza a construção de objeto duplo é gramatical para os falantes do PE, o que explica a agramaticalidade das variantes preposicionadas dessas sentenças:

- (68) a) O José atribuiu uma tarefa *aos alunos*/atribuiu-*lhes* uma tarefa.  
b) \*O José atribuiu uma tarefa *para os alunos*.  
(Torres-Morais 2007, p. 101)
- (69) a) O José devolveu o dinheiro *aos clientes*/devolveu-*lhes* o dinheiro.  
b) \*O José devolveu o dinheiro *para os clientes*.  
(Torres-Morais 2007, p. 101)
- (70) a) O José distribuiu esmolas *aos pobres*/distribuiu-*lhes* esmolas.  
b) \*O José distribuiu esmolas *para os pobres*.  
(Torres-Morais 2007, p. 101)
- (71) a) O José emprestou o carro *ao Pedro*/emprestou-*lhe* o carro.  
b) \*O José emprestou o carro *para o Pedro*.  
Torres-Morais 2007, p. 101)

Quanto aos dados em (72), Torres-Morais afirma que a interpretação para a sentença ditransitiva preposicionada é a de que a ajuda dada aos flagelados não pode ser direta, ao contrário do que ocorre na construção de objeto duplo:

- (72) a) O José forneceu/ofereceu ajuda aos flagelados da  
*seca*/forneceu/ofereceu-*lhes* ajuda.  
b) O José forneceu/ofereceu ajuda *para os flagelados da seca*.  
(Torres-Morais 2007, p. 101)

A autora observa que, ao se compararem as propriedades dos dativos no PE e no PB modernos, verifica-se que as características morfológicas, sintáticas e semânticas atuantes na gramática do primeiro estão desativadas na gramática do segundo. A autora assinala que, quanto ao PE, os estudos realizados por Raposo (1999) e Torres-Morais & Berlinck (2006), entre outros, revelaram os seguintes aspectos:

- (73) Construções ditransitivas no PE:
- a) expressão morfológica do argumento dativo na língua falada e na língua escrita (*a*-DP/*lhe*);
  - b) emprego de *a* para introduzir o objeto indireto e nunca de *para*;
  - c) formas pronominais fortes *a ele*, *a ela* licenciadas pelo redobro do clítico, com interpretação contrastiva<sup>66</sup>;
  - d) formas clíticas de 3ª pessoa (*lhe/lhes*) altamente produtivas;
  - e) não há uso dessas formas em contextos acusativos;
  - f) a forma plena desses pronomes é mais produtiva do que a forma nula nos contextos dos verbos ditransitivos de transferência e movimento.

---

<sup>66</sup> Maria deu-*lhe a ele* o livro, e não à sua irmã.

Quanto ao PB, a autora pontua que vários estudos, entre eles Berlinck (1997; 2001), Dillinger et al. (1996) e Silveira (1999), revelaram processos importantes de mudança na expressão do complemento dativo:

(74) Construções ditransitivas no PB:

- a) perda do clítico dativo de 3ª pessoa (*lhe*) na língua falada e nos textos escritos menos formais;
- b) substituição da preposição *a* pela preposição *para* nas estruturas de dois complementos;
- c) uso das formas pronominais fortes *a ele*, *a ela*, sem redobro do clítico e sem leitura contrastiva;
- d) uso de *lhe* como 2ª pessoa em contextos acusativos;
- e) aumento do uso da forma nula (OI nulo) com verbos ditransitivos de transferência e movimento.

Torres-Morais & Berlinck (2006), afirmam que, no PE, a manifestação morfológica do Caso dativo permanece, apesar da perda da flexão casual do latim clássico. Segundo as autoras, o dativo manifesta-se, na gramática atual dessa língua, por meio do marcador de Caso *a* e dos pronomes clíticos de 3ª pessoa *lhe/lhes*.

Conforme já mencionamos, Torres-Morais (2007) assume que a alternância dativa no PE se caracteriza pela distinção entre as preposições *a* e *para*, e que a ambiguidade de *a* entre uma preposição verdadeira e um marcador de Caso é que permite reconhecer a distinção categorial do objeto indireto entre um DP e um PP. São essas propriedades que expressam as duas variantes da alternância dativa nessa língua:

i) nas construções aplicativas (ou de objeto duplo), em que o complemento introduzido

por *a* está em distribuição complementar com os clíticos *lhe/lhes*, temos um DP e ii) nas construções ditransitivas preposicionadas, temos um PP.

Seguindo Torres-Morais & Berlinck, op. cit., e tomando por base os resultados quantitativos obtidos sobre o PB, Torres-Morais (2007) afirma que este perdeu todas as propriedades que caracterizam as construções de objeto duplo. Segundo a autora, após a perda das propriedades morfológicas do Caso dativo, o objeto indireto tornou-se uma função preposicionada na presença dos verbos ditransitivos nessa língua. Num primeiro momento, *a* deixou de ser uma preposição ambígua, ao mesmo tempo em que os clíticos dativos *lhe/lhes* se tornaram praticamente ausentes na língua falada e escrita menos formal para referirem-se à 3ª pessoa. Com isso, o fenômeno da alternância dativa desapareceu da gramática do PB. Num segundo momento, com a tendência de se usar a preposição *para* com os argumentos meta/recebedor e a preposição *de* com os argumentos fonte/origem, o objeto indireto ganhou, no PB, o estatuto de um complemento oblíquo, sendo expresso unicamente por meio de PPs.

Na seção 1.1 desse trabalho, apresentamos argumentos em favor de se assumir que o objeto indireto, no contexto dos VT/M no PB, é uma forma de expressão do dativo. Assim, não concordamos com a conclusão apresentada no parágrafo anterior de que esse elemento tem o estatuto, nessa língua, de complemento oblíquo. Na seção 2.2, retomaremos alguns dos dados que Torres-Morais utiliza como evidência para argumentar em favor da separação entre o PE e o PB, no que se refere ao estatuto do objeto indireto, com o objetivo de argumentarmos que, no PB, tanto *a* quanto *para* podem introduzir o complemento dativo.

### ***1.3 Conclusão***

A partir dos estudos analisados nessa seção, pudemos verificar algumas características translinguísticas das sentenças ditransitivas formadas por VT/M, que nos permitem formular as seguintes generalizações:

- a) Essas sentenças são formadas por verbos que expressam eventos de transferência/movimento;
- b) Esses verbos são formados por Raízes cujos traços sintático-semânticos apontam para essa tipologia de eventos;
- c) Nesses contextos verbais, os objetos indiretos contêm a semântica de receptor/alvo e são argumentos do verbo;
- d) Seguindo Larson, op. cit., na estrutura sintática, os objetos indiretos ocupam a posição de complemento do verbo;
- e) No PB, as preposições introdutoras do objeto indireto são *a* e *para*, sendo essa última a variante mais amplamente empregada;
- f) As diferentes línguas podem instanciar os eventos de transferência/movimento por meio de diferentes estruturas sintáticas: construções com objeto duplo e construções com objeto dativo;

No próximo capítulo, aprofundaremos as discussões envolvendo a expressão do objeto indireto em sentenças ditransitivas formadas por VT/M no PB.

## ***2. A Expressão do Objeto Indireto em Sentenças Formadas por Verbos de Transferência/Movimento no PB***

Conforme mencionamos, o estatuto do objeto indireto em sentenças ditransitivas formadas por VT/M é permeado, na literatura pertinente, por discussões sobre a sua natureza, como: argumento ou adjunto, e, ainda, complemento dativo ou complemento oblíquo. Entendemos que essas questões trazem em seu bojo pressuposições quanto à estrutura argumental dos verbos envolvidos nessas construções nas línguas naturais, de modo geral, e no PB, em particular, e que, por isso, suas respostas podem ser reveladoras e importantes para a caracterização sintático-semântica desses verbos, bem como para a formulação de uma proposta de estrutura argumental dos mesmos dentro dos pressupostos de uma teoria não-lexicalista como a DM.

Por esse motivo, na seção 2.1, tratamos da questão sobre o objeto indireto ser argumento ou adjunto, buscando demonstrar, empírica e teoricamente, o estatuto argumental que assumimos para esse elemento nas sentenças formadas por VT/M no PB. Na seção 2.2, abordamos a discussão sobre o objeto indireto ser complemento dativo ou complemento oblíquo, procurando embasar teoricamente nossa proposta de que o objeto indireto do PB é uma forma de expressão do dativo. Na seção 2.3, lidamos com os casos em que o objeto indireto não ocorre realizado fonologicamente nessas sentenças, ocorrendo como um argumento nulo ou como um argumento implícito na estrutura sintática.

### ***2.1 Objeto Indireto: Argumento? Adjunto?***

A GB (Chomsky 1981) postula que argumentos são elementos previstos pela semântica dos *itens lexicais* de uma língua. Os adjuntos, por outro lado, são elementos

que não são previstos pela semântica dos *itens lexicais*. São constituintes licenciados em uma sentença sem serem complemento ou especificador de um núcleo.

De acordo com essa teoria, o mapeamento das informações semânticas, contidas no *léxico*, dá-se na sintaxe por meio da projeção dos *itens lexicais* sobre as estruturas sintáticas (Princípio de Projeção). Além disso, as relações estruturais de inclusão e continência da GB estabelecem as diferenças sintáticas entre complementos e adjuntos, respectivamente: é complemento um constituinte incluído na projeção máxima do núcleo com o qual está relacionado, mas é adjunto um constituinte que está apenas contido na projeção máxima do núcleo:

**Inclusão:**  $\alpha$  inclui  $\beta$  se e somente se todos os segmentos de  $\alpha$  dominam  $\beta$ .

**Continência:**  $\alpha$  contém  $\beta$  se nem todos os segmentos de  $\alpha$  dominam  $\beta$ .

Segundo a GB, os PPs são, prototipicamente, adjuntos, embora também ocorram como complementos. Os PPs adjuntos são aqueles nucleados por preposições lexicais, ou seja, preposições que selecionam categorialmente e semanticamente seus complementos. Os PPs nucleados por preposições funcionais, ou seja, que apenas selecionam categorialmente seus complementos, são complementos verbais.

A partir dos pressupostos teóricos da GB, Dillinger et al. (1996) elaboram uma teoria da complementação para o PB. Seguindo Perini (1989) e Dillinger (1991), Dillinger et al., op. cit., salientam a dificuldade de se distinguir, por meios estruturais, o objeto indireto dos adjuntos adverbiais preposicionados, o que, segundo eles, sugere que essa distinção tradicional é de natureza não-sintática. Além disso, de acordo com Dillinger et al., a pressuposição da exigência lexical pelo Princípio de Projeção deveria levar a uma grande incidência de realização do objeto indireto, o que não se verifica,



haja vista o baixo índice de realização desse elemento no *corpus* do PB analisado pelos autores.

A partir dos dados analisados e dos resultados obtidos, os autores concluem que, considerando-se a preponderância dos verbos de um complemento (82%) sobre os de dois complementos (18%) e a maior incidência desse complemento como um NP ou como uma sentença (78%) do que como um PP (22%), o padrão sintático preferencial do PB é *SVCØ (objeto direto)* e não *SVCØ (objeto direto) C1 (objeto indireto)*<sup>67</sup>. Quanto à realização dos complementos exigidos lexicalmente pelo verbo, os autores constatam que os verbos de um complemento ocorrem mais com seu complemento realizado fonologicamente (83%) do que com seu complemento nulo (17%). Os verbos de dois complementos, por sua vez, ocorrem em 76% dos dados computados com apenas um complemento realizado fonologicamente, sendo que em 62% das ocorrências o complemento realizado é o objeto direto e em 14% é o objeto indireto. Em 24% das ocorrências de verbos de dois complementos, estes aparecem com ambos os complementos nulos.

Assim, os autores propõem que o objeto indireto foi reanalisado como um adjunto, perdendo, dessa forma, o estatuto de argumento. Para eles, os desvios da estrutura *SVCØ* padrão ocorrem ao se adicionar *C1*, por necessidade de se introduzirem informações novas no discurso, ou apagando-se *CØ*, por redundância de informações no contexto discursivo.

Como assinalamos na introdução deste trabalho, não concordamos com a conclusão dos autores de que o objeto indireto não é um argumento do verbo, mas sim um adjunto. De acordo com a definição tradicionalmente aplicada aos adjuntos, estes são elementos semanticamente opcionais, não pertencentes à estrutura argumental do

---

<sup>67</sup> Os autores empregam *CØ* para designar o objeto direto e *C1* para designar o objeto indireto.

verbo, e sua ausência não causa prejuízos à gramaticalidade das sentenças. No entanto, não é isso o que verificamos no caso do objeto indireto. Como veremos nos dados em (75) e (76)<sup>68</sup> adiante, para que as sentenças formadas por VT/M tenham sentido, o objeto indireto precisa existir como um argumento implícito, sendo recuperado, semanticamente, como um receptor/alvo genérico<sup>69</sup>. Nesses casos, o argumento implícito está presente na estrutura sintática. Adjuntos, por outro lado, sendo semanticamente opcionais, quando não são realizados fonologicamente não ocorrem de modo implícito, não estando presentes na estrutura sintática.

Como pontuamos na seção 1.1, consideramos que a expressão implícita do objeto indireto nas sentenças formadas por VT/M é reveladora de seu estatuto argumental nesses contextos sintáticos, uma vez que não ocorrendo nem como um PP, nem como uma categoria vazia anafórica, sua presença implícita nessas sentenças só se justifica por sua previsão na semântica das Raízes verbais.

Assim, com o objetivo de subsidiar empiricamente nossa proposta de que o objeto indireto trata-se de um argumento nas sentenças formadas por VT/M no PB, e não de um adjunto, como sugerido por Dillinger (1991) e por Dillinger et. al. (1996), a seguir, apresentamos alguns dados em que podemos verificar o comportamento distinto dos argumentos e dos adjuntos nessas sentenças:

**(75) Verbos de Transferência:**

**Material ou Abstrata**

- a) Nós vamos *entregar* os boletins (para os alunos) *esta semana*.  
Nós vamos *entregar* os boletins (para os alunos).
- b) *No Natal*, eu *sempre doo* o que não uso mais (para instituições de caridade).

---

<sup>68</sup> Os parênteses representam a supressão fonológica do elemento.

<sup>69</sup> Apenas para efeito de clareza na análise, apresentamos receptores/alvos potenciais entre os parênteses.

Eu *dôo* o que não uso mais (para instituições de caridade).

### Verbal

- a) *Ontem, na consulta*, o médico *receitou* um remédio muito bom (para minha mãe).  
O médico *receitou* um remédio muito bom (para minha mãe).
- b) *À noite*, o avô *contou* a história (para o neto) *pela décima vez*.  
O avô *contou* a história (para o neto).

### Perceptual

- a) O advogado *exibiu* as provas do crime (para o juiz) *durante o julgamento*.  
O advogado *exibiu* as provas do crime (para o juiz).
- b) Esta vendedora *sempre mostra* todas as mercadorias (para as clientes) *com boa vontade*.  
Esta vendedora *mostra* todas as mercadorias (para as clientes).

### (76) Verbos de Movimento:

#### Físico

- a) O bandeirinha *arremessou* a bola (para o jogador) *com toda a força*.  
O bandeirinha *arremessou* a bola (para o jogador).
- b) Eu vou *encaminhar* a reclamação (para o gerente) *ainda hoje*.  
Eu vou *encaminhar* a reclamação (para o gerente).

#### Abstrato

- a) A secretária *enviou* o e-mail (para a diretoria) *hoje*.  
A secretária *enviou* o e-mail (para a diretoria).
- b) Os amigos e parentes *transmitiram* seus pêsames (à viúva) *no velório*.  
Os amigos e parentes *transmitiram* seus pêsames à viúva.

Como já salientamos, os dados em (75) e (76), com a boa formação de todos os exemplos sem qualquer expressão de circunstância, sugerem que, se os adjuntos não são realizados fonologicamente, eles não ocorrem implicitamente na estrutura sintática. Por

outro lado, como podemos ver em (77) e (78) a seguir, as formas passivas das sentenças contendo VT/M parecem ressaltar a expressão implícita do objeto indireto. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que podemos verificar que não há um *modo* ou um *tempo* implícito nessas sentenças, ou seja, um adjunto implícito, podemos verificar que em todas elas há um receptor/alvo implícito, ou seja, um argumento implícito:

(77) **Verbos de Transferência:**

**Material ou Abstrata**

- a) Os boletins serão *entregues* (para os alunos) *esta semana*.  
Os boletins serão *entregues* (para os alunos).
- b) Os brinquedos em bom estado foram *doados* (para instituições de caridade) *no Natal*.  
Os brinquedos em bom estado foram *doados* (para instituições de caridade).

**Verbal**

- a) Um remédio muito bom *foi receitado* (para minha mãe) *ontem, na consulta*.  
Um remédio muito bom *foi receitado* (para minha mãe).
- b) A história *foi contada* (para o neto) *pela décima vez, ontem à noite*.  
A história *foi contada* (para o neto).

**Perceptual**

- a) As provas do crime *foram exibidas* (para o juiz) *durante o julgamento*.  
As provas do crime *foram exibidas* (para o juiz).
- b) Todas as mercadorias *foram mostradas* (para as clientes) *com boa vontade*.  
Todas as mercadorias *foram mostradas* (para as clientes).

(78) **Verbos de movimento:**

**Físico**

- a) A bola *foi arremessada* (para o jogador) *com toda a força*.  
A bola *foi arremessada* (para o jogador).

- b) A reclamação foi encaminhada (para o gerente) *hoje*.  
A reclamação foi encaminhada (para o gerente).

### **Abstrato**

- a) O e-mail *foi enviado* (para a diretoria) *hoje*.  
O e-mail foi enviado (para a diretoria).
- b) Os pêsames *foram transmitidos* (à viúva) *no velório*.  
Os pêsames *foram transmitidos* (à viúva).

A nominalização das Raízes formadoras dos VT/M também nos parece um teste eficaz para evidenciar o estatuto argumental do objeto indireto com relação a essas Raízes, pois, como podemos ver nos dados em (79), esse elemento ocorre de forma implícita nas sentenças derivadas dessas nominalizações:

- (79) a) A *entrega* dos boletins (para os alunos) causou uma certa confusão.
- b) A *contação* de histórias (para as crianças) é uma prática nas escolas infantis.
- c) A *exibição* das provas do crime (para o juiz) fez com que o advogado ganhasse a causa.
- d) O *encaminhamento* da reclamação (para o gerente) foi importante.
- e) O *envio* do e-mail (para a diretoria) ocorreu com atraso.

Consideramos que a razão para que o objeto indireto ocorra implícito nas sentenças apresentadas de (75) a (79) é que esse elemento está relacionado à semântica dos VT/M, como vimos salientando. Dessa forma, a discussão até aqui nos leva a entender que é necessário reconhecer o estatuto argumental do objeto indireto, e não de adjunção, como propuseram Dilinger et al. A discussão que segue, baseada em Cyrino (1994, 1998), reforça esse entendimento.

De acordo com Cyrino (1998), dependendo do verbo, o objeto indireto pode ser fonologicamente nulo até mesmo em línguas como o inglês, que, como é sabido, não possui o objeto direto nulo. Assim, em (80)a o objeto indireto nulo é possível, enquanto que em (80)b seria agramatical:

- (80) a) Did you receive a letter from your friend?  
No, I received a card.  
b) Did you give a flower to your teacher?  
\*No, I gave an apple. (Cyrino 1998, p. 36)

O objeto direto nulo, por sua vez, conforme observado pela autora, é agramatical em ambas as sentenças, como podemos observar a seguir:

- (81) a) Did you receive a letter from your friend?  
\*No, I received from my aunt.  
b) Did you give a flower to your teacher?  
\*No, I gave to my friend. (Cyrino 1998, p. 36)

Cyrino observa que, no PB, tanto o objeto direto quanto o objeto indireto podem ser nulos nessas sentenças:

- (82) Você recebeu uma carta de seu amigo?  
a) Não, recebi um cartão.  
b) Não, recebi de minha tia. (Cyrino 1998, p. 36)

- (83) Você deu uma flor para sua professora?  
a) Não, dei uma maçã.  
b) Não, dei para a minha amiga. (Cyrino 1998, p. 36)

A autora pontua que a possibilidade/impossibilidade de alguns verbos do inglês ocorrerem com o objeto indireto nulo parece estar relacionada à impossibilidade/possibilidade de esses verbos ocorrerem na alternância dativa, como demonstrado a seguir:

- (84) a) I received a letter from my friend.  
\*I received my friend a letter.  
b) I gave a flower to my teacher.  
I gave my teacher a flower. (Cyrino 1998, p. 37)

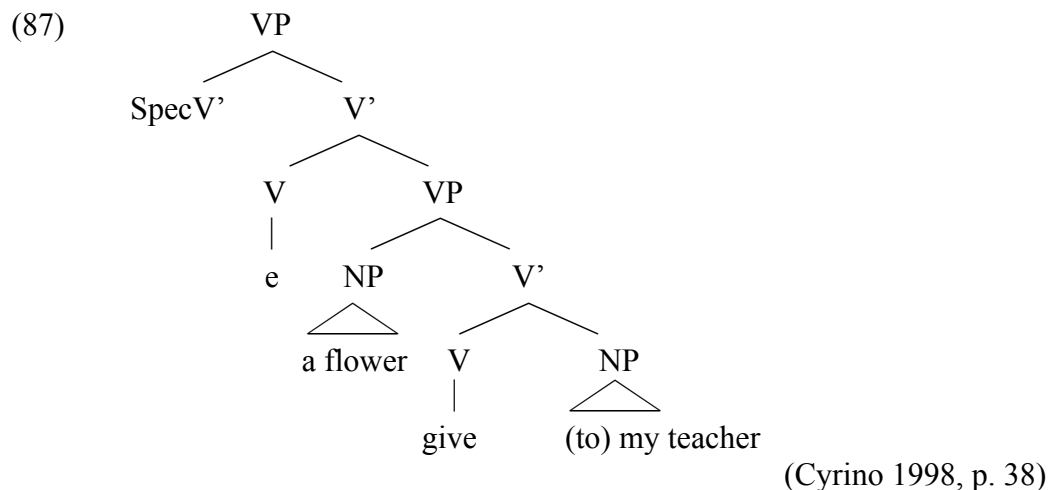
Cyrino demonstra que, tomando como base os verbos empregados por Larson (1998) para discutir os verbos do inglês que podem e os que não podem ocorrer na alternância dativa, a observação acima se verifica: os verbos do inglês que não permitem a alternância dativa permitem o objeto indireto nulo.

- (85) a) Did you donate money to charity? (\*Did you donate charity money?)  
No, I donated jewelry.  
b) Did you distribute apples to children? (\*Did you distribute children apples?)  
No, I distributed candies. (Cyrino 1998, p. 37)

O oposto também é demonstrado por Cyrino, ou seja, que os verbos do inglês que permitem a alternância dativa não permitem o objeto indireto nulo:

- (86) a) Did you advance some money to your daughter? (Did you advance your daughter some money?)  
\*No, I advanced some hope.  
No, I advanced her some hope.  
b) Did you hand some candies to your friend? (Did you hand your friends some candies?)  
\*No, I handed some apples.  
No, I handed them some apples. (Cyrino 1998, p. 37)

Retomando a proposta de Cyrino (1994) para explicar objeto direto nulo no PB, a autora postula que, assim como naquele caso, o objeto indireto nulo nessa língua também se trata de elipse em PF e reconstrução em LF. Segundo ela, o objeto direto nulo do PB (reconstrução de DP) tem um V como seu licenciador. O inglês, por outro lado, não apresentaria o objeto direto nulo porque V não atua como um licenciador de elipse nessa língua, já que não sobe para INFL. No mesmo trabalho, Cyrino retoma a proposta de Larson (1988), segundo a qual o objeto indireto é complemento de V, como podemos ver em (87)<sup>70</sup>:



A autora observa que, tendo esse estatuto, o objeto indireto também não poderia ser nulo no inglês. No entanto, conforme observado nos dados em (80)a e (85), esse elemento pode ser nulo nessa língua, dependendo do verbo. Isso quer dizer que, se assumirmos que objetos indiretos nulos são, de fato, resultados de reconstrução em LF, a representação sugerida por Larson para verbos como *give*, que permitem o objeto duplo, com o objeto indireto interno a VP, não dá conta da possibilidade de esse

---

<sup>70</sup> Para Larson, tanto *give my teacher a flower* quanto *give a flower to my teacher* têm a mesma estrutura subjacente.



elemento ser nulo nos dados em (80)a e (85), uma vez que, de acordo com essa proposta, o objeto indireto estaria sob VP e V não pode licenciar elipses em inglês, conforme já pontuado.

Assim, Cyrino propõe duas alternativas para explicar o caso dos verbos que permitem o objeto indireto nulo no inglês. A primeira alternativa seria dizer que, o fato de alguns verbos permitirem o objeto indireto nulo nessa língua, e outros não, se trata de uma questão lexical, seguindo a sugestão feita por Larson para explicar o caso do objeto direto suprimido em sentenças como<sup>71</sup>:

- (88) John wrote a long letter to his mother.  
John wrote to his mother. (Cyrino 1998, p. 40)

A segunda alternativa seria assumir que, ao contrário do que propõe Larson, no inglês, a estrutura para os casos em que o objeto indireto nulo é aceito, ou seja, para os casos de verbos que não permitem a alternância dativa, não é como (87). Essa alternativa, segundo Cyrino, seria mais interessante, uma vez que, conforme observado, parece haver uma relação entre a possibilidade de alternância dativa e a impossibilidade do objeto indireto nulo nessa língua.

Cyrino retoma o estudo realizado por Dillinger et al. (1996) e, seguindo a proposta dos autores de que o padrão sintático do PB é SVCØ e de que o objeto indireto trata-se, na verdade, de um adjunto, propõe que alguns dos elementos que chamamos de objetos indiretos não estão dentro do VP, nem no inglês, nem no português.

---

<sup>71</sup> De acordo com Larson (*op. cit.*, nota de rodapé 24, p. 358), o fato de o verbo *write* aceitar que o tema permaneça implícito nas sentenças a seguir deve-se às propriedades lexicais desse verbo:

- a) Bill wrote a long letter to his mother.  
b) Bill wrote to his mother.

No inglês, esses “objetos indiretos” seriam aqueles que ocorrem com os verbos que não permitem a alternância dativa, como os que foram apresentados em (80)a e (85).

Dessa forma, no inglês, a estrutura proposta por Larson seria aplicada apenas aos verbos que permitem a alternância dativa, uma vez que esses não permitem o objeto indireto nulo. No PB, por outro lado, V pode ser um licenciador de elipse, como pôde ser visto em (83)a, repetida a seguir:

- (89) Você deu uma flor para sua professora?  
Não, dei uma maçã. (Cyrino 1998, p. 41)

Nesse caso, a estrutura proposta seria a sugerida por Larson, com V licenciando a elipse do objeto indireto em PF e sua reconstrução em LF. Cyrino observa a impossibilidade dessa mesma sentença em inglês, já que V não pode licenciar elipses nessa língua, como vimos observando:

- (90) \*No, I gave an apple. (Cyrino 1998, p. 41)

De acordo com a autora, nos casos apresentados em (80)a e (85), o elemento que vimos chamando de objeto indireto nulo, trata-se, na verdade, de um adjunto, não sendo, portanto, um complemento de V.

Como vimos, segundo a proposta de Cyrino, no PB, o objeto indireto dos VT/M mencionados tem estatuto de um complemento, posicionando-se, sintaticamente, dentro de VP. No inglês, por outro lado, o elemento que chamamos de objeto indireto desses mesmos verbos pode ser um complemento ou um adjunto, o que determina a sua (im)possibilidade de apagamento. Se é um complemento, posicionando-se dentro de

VP, não pode ser omitido; e se é um adjunto, posicionando-se fora de VP, pode ser omitido.

Quanto à proposta da autora de que, no PB, alguns dos elementos que chamamos de objeto indireto não se encontram dentro do VP, sugerimos que esses “objetos indiretos” são aqueles que ocorrem em sentenças formadas por verbos cujas Raízes não prevêem esse elemento em sua semântica. Ou seja, propomos que esses elementos não são, de fato, objetos indiretos, não sendo, assim, argumentos desses verbos, já que não são previstos pela semântica de suas Raízes. Dessa forma, esses elementos ocorrem na estrutura sintática como adjuntos, isto é, contidos, mas não incluídos, no VP.

Como observamos na seção 1.2.3, aqui nos deparamos com um paradigma: verbos que prevêem um argumento recebedor/alvo em sua semântica – VT/M – e verbos que não prevêem um argumento recebedor/alvo em sua semântica, mas que aceitam a realização de um elemento como complemento de uma preposição lexical. Esse elemento preposicionado poderá ter a semântica de recebedor/alvo ou de beneficiário.

Assumimos que esse é o caso dos verbos dos grupos B e C apresentados por Scher (1996), mencionados na seção 1.2.3 e repetidos a seguir:

- Grupos B (*buscar, cantar, comprar, conseguir, desenhar, descrever, fazer e ler*, p. 34)
- Grupo C (*deixar, descrever, endereçar, escrever, insinuar, mentir e trazer*, p. 34<sup>72</sup>)

Assim, como já pontuamos, assumimos que quando elementos preposicionados ocorrem em sentenças formadas a partir de verbos como os apresentados nos grupos B e

---

<sup>72</sup> Consideramos que os verbos *endereçar* e *trazer* são verbos de transferência/movimento.

C acima, esses elementos serão adjuntos, e não argumentos. Quando, por outro lado, objetos indiretos ocorrem em sentenças formadas por VT/M, esses elementos serão argumentos, mesmo que não ocorram realizados fonologicamente, mas como argumentos nulos anafóricos ou como argumentos implícitos não-anafóricos.

## ***2.2 Objeto Indireto: Complemento Dativo? Complemento Oblíquo?***

Ao demonstrar as propriedades sintático-semânticas constituintes das sentenças ditransitivas formadas pelos verbos de transferência e movimento no PE, Torres-Morais (2007) nos possibilita verificar alguns contrastes entre essa língua e o PB.

Ao observarmos os dados vistos em (66)b e (67)b, repetidos a seguir em (91) e (92), constatamos que as interpretações obtidas pelos falantes do PB são diferentes daquelas obtidas pelos falantes do PE:

(91) O José enviou uma carta *para a Maria*.

(92) O José roubou o relógio *do Pedro*.

Assim, em (91), podemos obter tanto a interpretação de que José enviou uma carta ao João (recebedor/alvo) para a Maria (beneficiário), quanto a interpretação de que José enviou uma carta diretamente para a Maria (recebedor/alvo). Em (92), por sua vez, podemos obter tanto a interpretação de que Pedro, mesmo não sendo o dono do relógio, foi despojado do objeto, já que estava com ele no ato do roubo, quanto a interpretação de que Pedro é o dono do relógio roubado. Nesse caso, Pedro não precisa, necessariamente, ter estado presente no ato do roubo.

Observe-se que, diferentemente do PE, em ambas as interpretações o elemento fonte é expresso, no PB contemporâneo, por meio da preposição *de* e nunca por *a*.

Quanto aos dados vistos em (68)b, (69)b, (70)b, (71)b e (72)b, repetidos a seguir como (93), (94), (95), (96)<sup>73</sup> e (97), verificamos que, no PB, diferentemente do que ocorre na interpretação dessas sentenças pelos falantes do PE, a interpretação obtida é a de que os elementos preposicionados são diretamente afetados pela ação expressa pelo verbo, sendo recebedores/alvos, e não beneficiários. O estatuto sintático-semântico desses elementos também pode ser comprovado pela possibilidade da alternância entre o complemento preposicionado e o clítico dativo:

(93) O José atribuiu uma tarefa *para os alunos*/atribuiu-*lhes* uma tarefa.

(94) O José devolveu o dinheiro *para os clientes*/devolveu-*lhes* o dinheiro.

(95) O José distribuiu esmolas *para os pobres*/distribuiu-*lhes* esmolas.

(96) O José emprestou o carro *para o Pedro*/emprestou-*lhe* o carro.

(97) O José forneceu/ofereceu ajuda *para os flagelados da seca* / forneceu/ofereceu-*lhes* ajuda.

Conforme demonstramos pelos dados acima, no PB, nas construções ditransitivas formadas a partir de VT/M, *para* expressa o mesmo conjunto de relações semânticas que *a* expressa no PE (recebedor, alvo). Dessa forma, propomos que *para*, bem como *a*, seja um marcador de Caso dativo no PB, nas referidas construções.

---

<sup>73</sup> Retiramos a marca de agramaticalidade (\*), já que consideramos que essas sentenças são perfeitamente gramaticais para os falantes do PB.

Assim, propomos que o objeto indireto dos VT/M trata-se de um complemento dativo, e não de um complemento oblíquo, ao contrário do que afirma Torres-Morais (2007), entre outros autores mencionados anteriormente.

Berlinck (2001), seguindo Van Hoecke (1996), afirma que já no latim clássico verifica-se, com relação ao Caso dativo, a competição entre a expressão morfológica e o uso de preposições. Segundo a autora, nos textos clássicos, observa-se uma distribuição complementar entre o Caso morfológico e as preposições. O Caso morfológico restringe-se ao complemento que se refere a pessoa. As preposições são usadas para indicar lugar, com variação entre AD<sup>74</sup> (indicando destino, deslocamento em direção a algum lugar) e IN<sup>75</sup> (deslocamento para dentro de algum lugar). Com a mudança na expressão do dativo, verificou-se a tendência em substituir-se a marcação morfológica do Caso pela construção preposicionada com AD, mesmo com nomes referindo-se a pessoa ou com nomes abstratos sem conotação locativa.

Berlinck, op. cit., assinala que, desde o latim clássico, houve uma interferência entre os campos nocionais de dativo (*dare* – significado de atribuição: “a pessoa para quem algo é dado, dito, enviado, trazido”, p. 160-161) e de espaço e assume, juntamente com Van Hoecke, op. cit., que o sentido geral do dativo é o de um “pólo de orientação”<sup>76</sup>. Ou seja, o complemento marcado pelo Caso dativo representa o pólo em direção ao qual o processo expresso na sentença é dirigido, o que, segundo a autora, aproxima o dativo de um locativo direcional.

Tendo esse pano de fundo, Berlinck discute a pertinência de se falar em uma categoria “Dativo”<sup>77</sup> no PB, considerando a variação e a mudança no uso da preposição em complementos com interpretação de meta nessa língua. A autora analisa construções

---

<sup>74</sup> Para, a.

<sup>75</sup> Em.

<sup>76</sup> Aspas da autora.

<sup>77</sup> Aspas da autora.

com três tipos de predicados: verbos de movimento, verbos de transferência material e verbos de transferência verbal/perceptual. Segundo ela, com os verbos de transferência verbal/perceptual, verificou-se uma tendência mais acentuada ao uso de *a*, caracterizando um uso mais conservador, já que essa foi a preposição que o português herdou do latim para a expressão do dativo. Com os verbos de transferência material e os verbos de movimento, verificou-se uma tendência ao uso de *para* e *em*, o que caracteriza, segundo a autora, um processo de mudança linguística, em curso desde o início do século XIX. Textos do final do século XIX já apresentam um indício da expansão do emprego de *para*, uma vez que se constata a presença dessa preposição com verbos de transferência verbal/perceptual, conforme pontuado pela autora.

Berlinck compara a mudança na expressão do dativo no PB com o percurso realizado pelo latim, mencionado anteriormente. Assim, segundo a autora, as mudanças na expressão do dativo no latim e no PB seguiram os mesmos princípios, iniciando-se em contextos em que a transferência/movimento denotada era concreta e expandindo-se para contextos em que a transferência/movimento denotada era abstrata. Primeiramente, houve a passagem de uma marcação morfológica para uma sintática. Depois, passou a ocorrer uma variação dentro dessa marcação sintática. A autora conclui que os mesmos contextos marcados com o Caso dativo em latim são marcados com suas variantes modernas no português, de forma que podemos encontrar nas construções dessa língua o mesmo sentido geral apontado por Van Hoescke, op. cit., para o latim – o de um “pólo de orientação do processo descrito”.

Dillinger (1991), seguindo Perini (1989), propõe que, no português, o objeto indireto não se trata de uma função sintática independente, mas sim de um adjunto adverbial, já que, semanticamente, é interpretado como uma localização, uma orientação ou uma direção no espaço e que essa interpretação não se deve à sua relação com a

estrutura sintática, mas aos significados das preposições que o introduzem. Segundo Dillinger, uma vez que os PPs têm sua semântica definida pelas preposições, não se justificaria propor uma categoria objeto indireto independente da categoria adjunto adverbial, reduzindo, o autor, a primeira à segunda.

Berlinck rebate essa proposta de Dillinger. Segundo a autora, pode-se pensar em uma categoria dativo para o PB, que estaria subordinada a uma categoria mais ampla, que também incluiria a categoria locativo. Para ela, o fato de o dativo se realizar no português atual por meio de preposições que também encabeçam complementos locativo-direcionais explica-se pelo parentesco nocional entre as duas categorias. Esse parentesco foi responsável, inclusive, pela adoção, no latim clássico, de uma preposição locativa – AD – para substituir a marcação morfológica de Caso dativo, como já mencionamos. Ainda, segundo a autora, o termo objeto indireto aponta para uma das formas de expressão do dativo, assim como de outras categorias, e não para a sua natureza semântica.

Conforme pudemos observar, a análise de Berlinck corrobora nossa assunção de que o objeto indireto, no PB, trata-se de um complemento dativo, sendo *a* e *para*, nos contextos ditransitivos formados por VT/M, marcadores de Caso dativo, paralelamente a *a* no PE.

### ***2.3 Objeto Indireto Não-Realizado Fonologicamente: Argumento Implícito? Argumento Nulo?***

De acordo com Berlinck (1997), o objeto indireto, ou complemento dativo, apresenta três possibilidades de realização no PB: sintagma preposicionado (98)a-b, pronome clítico dativo (98)c e categoria vazia (98)d:



- (98) a) João deu o livro {para/a} Pedro.  
 b) João deu o livro {para/a} ele.  
 c) João deu-lhe o livro.  
 d) João deu o livro [cv]. (Berlinck 1997, p. 1)

A autora pontua que há duas interpretações possíveis para a expressão do objeto indireto como uma categoria vazia: interpretação anafórica (em que ele se encontra em uma relação de co-referência com um elemento já mencionado anteriormente) (99)a e interpretação arbitrária (em que ele não se refere a uma entidade única e específica) (99)b:

- (99) a) O Luís faz um ano que liga pra mim e eu não ligo pra ele. E eu preciso ligar [cv], mas é que sou tão relapsa.  
 b) Você escutou rock'n roll do Jerry Adriani? Não é comercial. Você escutou do Jerry Adriani só o que é comercial. Eles só mostravam o que vendia [cv]. (Berlinck 1997, p. 1)

Vimos denominando a expressão anafórica do objeto indireto como argumento nulo e a expressão arbitrária como argumento implícito. Assim, nos dados que apresentamos na introdução desse trabalho, repetidos a seguir, temos uma categoria vazia com interpretação anafórica (100) e uma categoria vazia com interpretação arbitrária (101):

- (100) Você *deu* uma flor *para sua professora*?  
 Não, *dei* uma maçã. (Cyrino 1998, p. 36)

- (101) Depois do regime, Maria *deu* todas as roupas que não serviam mais.

Berlinck analisa a expressão anafórica do objeto indireto, levando em consideração fatores como: pessoa gramatical do complemento, papel temático do complemento, tempo verbal expresso na frase, aspecto verbal e distância entre o antecedente e o complemento. A seguir apresentaremos os resultados obtidos pela autora:

Tabela 1. Forma do OI anafórico segundo a *pessoa gramatical do complemento*

tipo de complemento	pronome clítico	pronome tônico	categoria vazia
pessoa gramatical			
1a. pessoa	38% (88/229)	8% (17/229)	54% (124/229)
2a. pessoa	61% (37/61)	18% (11/61)	21% (13/61)
3a. pessoa	0.5% (1/194)	28.5% (55/194)	71% (138/194)
total	26% (126/484)	17% (83/484)	57% (275/484)

(Berlinck 1997, p. 2)

Tabela 2. Forma do OI anafórico segundo o *papel temático do complemento*.

tipo de complemento	pronome clítico	pronome tônico	categoria vazia
papel temático			
meta	18% (68/374)	14.5% (54/374)	67.5% (252/374)
beneficiário	54% (28/52)	29% (15/52)	17% (9/52)
meta + beneficiário	48% (13/27)	11% (3/27)	41% (11/27)
experienciador	65% (17/26)	27% (7/26)	8% (2/26)

(Berlinck 1997, p. 2)

Tabela 3. Forma do OI anafórico segundo o *tempo verbal expresso na frase*.

tipo de complemento	pronome clítico	pronome tônico	categoria vazia
tempo verbal			
presente do ind.	37% (28/76)	26% (20/76)	37% (28/76)
pret. perfeito do ind.	20% (54/271)	11% (30/271)	69% (187/271)
pret. imperfeito do ind.	23% (11/47)	28% (13/47)	49% (23/47)
futuro do presente	60% (15/25)	16% (04/25)	24% (06/25)
total	26% (108/419)	16% (67/419)	58% (244/419)

(Berlinck 1997, p. 3)

Tabela 4. Forma do OI anafórico segundo o *aspecto verbal*.

tipo de complemento	pronome clítico	pronome tônico	categoria vazia
aspecto			
durativo	46% (11/24)	29% (7/24)	25% (6/24)
iterativo	31% (12/39)	20% (8/39)	49% (19/39)
indeterminado	(5/8)	(1/8)	(2/8)
habitual	26% (9/35)	28.5% (10/35)	45.5% (16/35)
pontual	19% (55/285)	11% (31/285)	70% (199/285)
não-realizado	38% (35/93)	27% (25/93)	35% (33/93)

(Berlinck 1997, p. 4)

Tabela 5. Forma do OI anafórico segundo a *distância entre o antecedente e o complemento*.

tipo de complemento	pronome tônico	categoria vazia
distância		
oração imediatamente anterior	23% (21/92)	77% (71/92)
de 2 a 5 orações ant.	30% (25/84)	70% (59/84)
de 6 a 9 orações ant.	50% (6/12)	50% (6/12)
de 10 a 19 orações ant.	(3/4)	(1/4)

(Berlinck 1997, p. 5)

A autora pontua que vários dos fatores analisados em relação ao objeto indireto anafórico não são pertinentes quando o complemento se realiza na forma de uma categoria vazia com interpretação arbitrária. Esse é o caso da pessoa gramatical e da distância referencial. Quanto ao fator papel temático do complemento, a análise revelou que 84% dos casos de categoria vazia com interpretação arbitrária têm valor semântico [meta]. Assim, Berlinck define esse papel temático como a marca típica da categoria vazia – anafórica ou arbitrária.

Quanto ao fator tempo verbal, os resultados revelaram que os tempos presente e pretérito perfeito do indicativo reúnem a maioria dos casos de categoria vazia arbitrária: 37% (69/186) e 34% (63/186) dos dados, respectivamente. 13% das ocorrências

aparecem em sentenças no imperfeito do indicativo e o restante se distribui entre os demais tempos verbais.

Quanto ao aspecto verbal, a categoria vazia arbitrária ocorre, predominantemente, em sentenças com valor habitual 33% (60/180) e pontual 34% (62/180) e em menor número em sentenças sem realização aspectual 18% (32/180).

Berlinck salienta a importância da categoria vazia na caracterização da expressão do objeto indireto (complemento dativo) no PB, uma vez que esta constitui a forma mais frequente pela qual esse complemento se realiza.

Como já pontuamos, consideramos esse fato de extrema relevância para a caracterização sintático-semântica do objeto indireto nas sentenças formadas por VT/M, uma vez que, ao assumirmos que esse elemento se trata de um argumento desses verbos, precisamos oferecer uma explicação para sua expressiva realização como um argumento nulo anafórico e, principalmente, como um argumento implícito sem referência anafórica.

Conforme assinalamos anteriormente, nos casos em que temos uma categoria vazia anafórica (argumento nulo), propomos que o morfema-l escolhido para preencher o nó terminal referente à posição sintática de objeto indireto não recebe a inserção de material fonológico em *Spell-Out*, sendo preenchido por um item de vocabulário  $\emptyset$  – sem matriz fonológica, com os traços semânticos [+específico,  $\alpha$ animado].

Nos casos em que temos uma categoria vazia arbitrária (argumento implícito), propomos que o morfema-l também não recebe a inserção de material fonológico em *Spell-Out*, sendo preenchido por um item de vocabulário  $\emptyset$ , com os traços semânticos [ $\alpha$ específico,  $\alpha$ animado] – *elsewhere*.

## 2.4 Conclusão

A partir dos estudos analisados nessa seção, pudemos confirmar nossas suposições de que o objeto indireto trata-se de um argumento nas sentenças formadas por VT/M no PB, sendo um complemento dativo desses verbos.

Também pudemos demonstrar a expressiva realização nula (anafórica) e implícita (arbitrária) do objeto indireto nessas sentenças.

Até aqui acreditamos que atingimos parte dos objetivos a que nos propusemos neste trabalho: apresentar as sentenças ditransitivas formadas por VT/M, no PB e translinguisticamente, e apresentar a expressão do objeto indireto nesses contextos sintáticos, discutindo as questões: argumento *versus* adjunto, complemento dativo *versus* complemento oblíquo e argumento implícito *versus* argumento nulo.

No próximo capítulo, ampliaremos as discussões, iniciadas na introdução, sobre a estrutura argumental pelo viés da DM, abordando as propriedades das Raízes, as sentenças formadas por VT/M no PB e a expressão nula e implícita do objeto indireto nessas sentenças, além dos casos em que esse elemento não ocorre na estrutura sintática formada a partir do verbo *dar*.

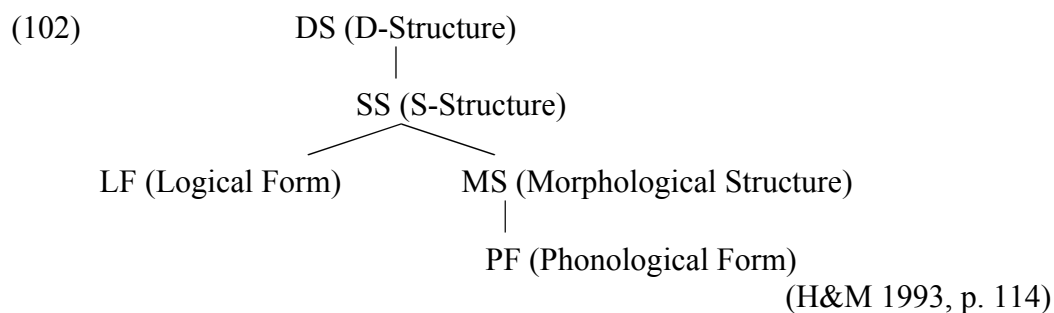
### ***3. A Morfologia Distribuída em Funcionamento e os Verbos de Transferência/Movimento no PB***

Neste capítulo, apresentamos a DM em funcionamento e procuramos explicar, a partir dessa teoria, os fatos relacionados aos VT/M que vimos investigando.

Assim, na seção 3.1, apresentamos os principais pressupostos teóricos da DM, os quais servirão de referencial para as propostas expostas nas demais seções do capítulo. Na seção 3.2, aprofundamos a discussão sobre as Raízes, tendo em vista sua contribuição para a derivação sintática e, na seção 3.3, apresentamos a noção de estrutura argumental à luz da DM. Finalmente, na seção 3.4, exploramos as sentenças formadas por VT/M pelo viés teórico da DM e oferecemos uma proposta para a expressão nula anafórica e implícita sem referência anafórica do objeto indireto. Além disso, apresentamos uma análise para as sentenças formadas a partir do verbo *dar*, tipicamente um VT/M, em que o objeto indireto não ocorre na estrutura sintática.

#### ***3.1 Pressupostos Teóricos da Morfologia Distribuída***

A DM, tal como concebida por Halle & Marantz (1993) (doravante, H&M), adota a organização básica da gramática baseada em Princípios e Parâmetros, como podemos ver em (102). O nível adicionado — estrutura morfológica — tem uma interface com a sintaxe e outra com a fonologia. Segundo H&M, MS (*Morphological Structure*) é uma representação sintática que serve como parte da fonologia, sendo esta última concebida como o componente interpretativo que realiza representações sintáticas fonologicamente:



As representações em cada um dos cinco níveis consistem de agrupamentos hierárquicos de elementos terminais representados em estruturas arbóreas. Os elementos terminais (morfemas) das árvores são formados por complexos de traços gramaticais e são supridos com traços fonológicos apenas após a inserção de vocabulário em MS.

A inserção de vocabulário, cuja principal função é suprir nós terminais com traços fonéticos, ocorre depois da aplicação de todas as operações da MS, as quais modificam as estruturas geradas em SS.

Os itens de vocabulário em competição para inserção em um determinado nó terminal organizam-se automaticamente em blocos e são ordenados a partir do princípio de que os mais especificados têm precedência sobre os menos especificados.

Conforme já mencionamos, H&M assumem que os nós terminais em LF, DS e SS consistem exclusivamente de traços morfossintáticos e semânticos, sem material fonológico. Os traços morfossintáticos nesses níveis são retirados do conjunto disponível na GU. Os traços e propriedades semânticas também são retirados da GU e, possivelmente, de categorias ou conceitos semânticos particulares a cada língua.

De acordo com os princípios da DM, o vocabulário de uma língua não tem papel na criação dos nós terminais em DS, ou seja, o conjunto de traços semânticos e sintáticos, universais ou específicos de uma língua, escolhidos para preencher um nó terminal não é determinado pelo fato de esse conjunto de traços ocorrer em algum item de vocabulário nessa língua. Os feixes de traços morfossintáticos e semânticos que

constituem morfemas em DS, SS e LF são formados de modo relativamente livre. Embora os feixes de traços nesses três níveis devam satisfazer todas as exigências da GU e da gramática da língua no que se refere à sua combinação, eles não são, necessariamente, idênticos aos feixes de traços dos itens de vocabulário que efetivamente ocorrem na língua. Isso não impede a inserção de vocabulário, já que essa operação de inserção requer unicamente que o feixe de traços do item de vocabulário seja não-conflitante com os traços contidos no nó terminal em MS em que o item de vocabulário será inserido.

A competição entre diferentes itens de vocabulário não-conflitantes com os traços do nó terminal em MS assegura que o item de vocabulário que tiver o maior número de traços iguais ao do nó seja inserido. Assim, os itens de vocabulário podem ser subespecificados para os feixes de traços morfossintáticos que realizam.

A postulação básica de H&M para justificar sua teoria é a de que muitos dos nós terminais que encontram realização fonológica em afixos são núcleos sintáticos, os demais são adicionados ou criados em MS a partir das operações de fusão, fissão, *merger*, empobrecimento e reajuste. Assim, citando os autores, “não é possível ir longe em qualquer análise morfológica sem também fazer sintaxe”, p. 139.

Dessa forma, a DM postula que traços flexionais são ordenados em feixes de morfemas na gramática, e não no ‘léxico’ ou no vocabulário, e que a formação de palavras é gramatical e pós-gramatical, e não ‘lexical’.

Ao postular que os nós terminais que contêm traços flexionais obedecem aos mesmos princípios estruturais que outros nós terminais, e que passam pela mesma inserção de vocabulário, a DM explica a distribuição de informações sintático-semânticas e fonológicas em palavras e em sentenças.



Em síntese, H&M assumem que as entradas que formam o vocabulário de uma língua são compostas de dois conjuntos de traços distintos: fonológicos e morfossintáticos/semânticos. Os traços fonológicos são fornecidos aos morfemas apenas em MS e o mecanismo responsável por essa operação é *Spell-Out*, a inserção de vocabulário.

Os autores resumem da seguinte forma a principal postulação da DM: “os nós terminais mediam a conexão entre informações sintático-semânticas e informações fonológicas de forma uniforme, sem importarem-se com a origem ou identidade desses nós terminais — um morfema é um morfema”, p. 170. Assim, na gramática, os feixes de informações dentro das palavras interagem da mesma forma que os feixes de informações do tamanho de palavras em sentenças.

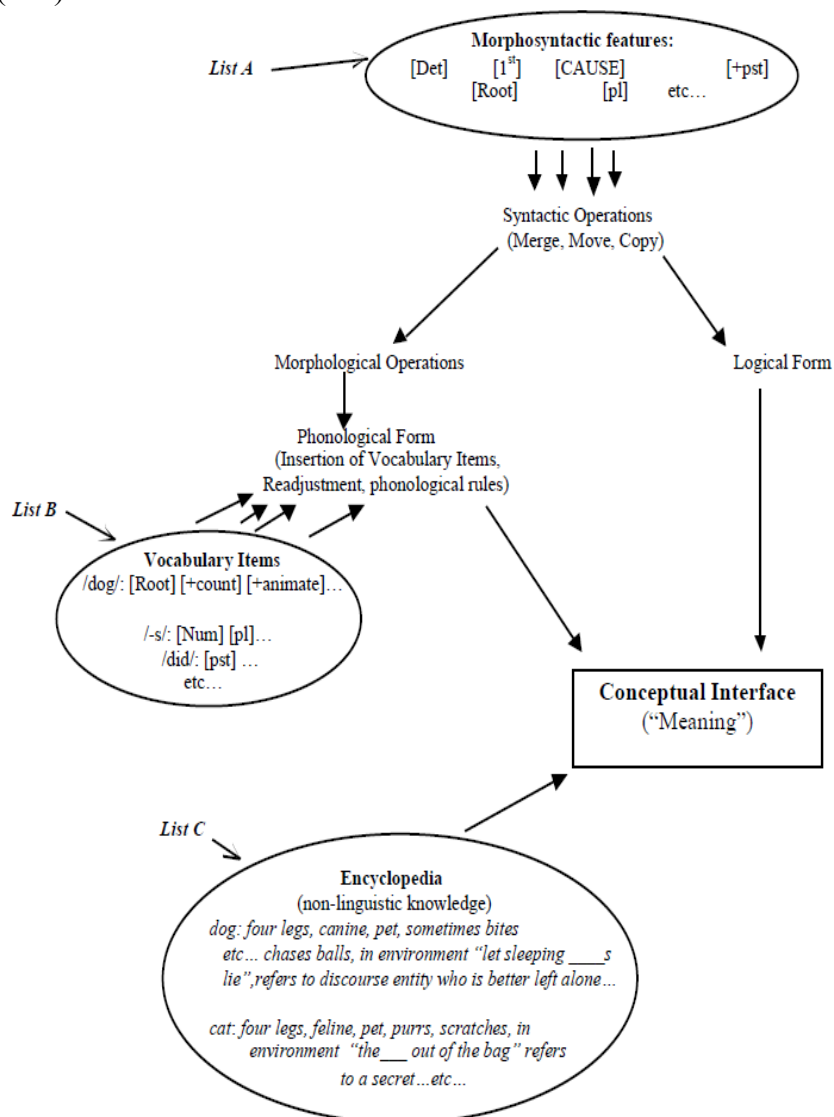
A partir de H&M (1993) e dos trabalhos posteriores que esse artigo suscitou, Harley e Noyer (1999) (doravante, H&N) fazem uma revisão das motivações e postulações centrais da DM, discutindo alguns pontos de trabalhos que retomam e refinam suas propostas básicas, ampliando seu escopo teórico e empírico.

De acordo com H&N, três propriedades centrais distinguem a DM de outras teorias morfológicas – inserção tardia, subespecificação do item de vocabulário e estrutura sintática por toda a derivação: i) ***Inserção Tardia***: as expressões fonológicas, chamadas de itens de vocabulário, são inseridas apenas depois da sintaxe, em um processo chamado de *Spell-Out*; ii) ***Subespecificação do Item de Vocabulário***: as expressões fonológicas não precisam ser completamente especificadas para a posição sintática em que poderão ser inseridas. Portanto, não é necessário que os fragmentos fonológicos de uma palavra sejam compatíveis com todos os traços morfossintáticos dessa palavra. Em vez disso, os itens de vocabulário são, em muitos casos, signos padrão inseridos onde nenhuma outra forma mais especificada está disponível; iii)

**Estrutura Sintática por Toda a Derivação:** essa postulação acarreta que elementos dentro da sintaxe e dentro da morfologia entram no mesmo tipo de estruturas constituintes. A DM é baseada em fragmentos no sentido de que elementos da sintaxe e da morfologia são entendidos como constituintes discretos, em vez de resultados de processos morfofonológicos.

A estrutura da gramática, de acordo com essa versão da teoria, tem a arquitetura apresentada em (103):

(103)



(H&N 1999, p. 2)

Como já mencionamos, para a DM, o termo morfema refere-se a um nó terminal sintático (ou morfológico) e ao seu conteúdo, que não envolve material fonológico. A expressão fonológica desse terminal é parte de um item de vocabulário e o conteúdo de um morfema ativo na sintaxe consiste de traços, portanto, sintático-semânticos, retirados do conjunto disponibilizado pela GU. O conteúdo fonológico de um item de vocabulário pode ser zero (ou  $\emptyset$ ) e o contexto de inserção também pode ser vazio de informação. Nesse caso, esse item de vocabulário será o padrão (*elsewhere*).

Os morfemas são divididos em dois tipos básicos: morfemas-f e morfemas-l, o que corresponde à divisão entre categorias funcionais e categorias lexicais, ou classes fechadas e classes abertas. Morfemas-f são definidos como morfemas para os quais não há escolha de vocabulário para a inserção: o *Spell-Out* de um morfema-f é determinístico. Esses são morfemas cujos conteúdos (definidos por traços sintáticos e semânticos disponibilizados pela GU) são suficientes para determinar uma única expressão fonológica. Já para os morfemas-l há escolha com relação a qual item de vocabulário será inserido pela operação de *Spell-Out*. Esses morfemas são preenchidos por itens de vocabulário que podem denotar conceitos específicos da língua. Sendo assim, esses itens de vocabulário não estão em competição, tal como os itens de vocabulário inseridos em morfemas-f, mas sujeitos a uma escolha por parte do falante.

Os itens de vocabulário são inseridos em *Spell-Out*, sendo submetidos a condições de licenciamento. Licenciadores, normalmente, são morfemas-f em certas relações estruturais com morfemas-l (Raízes) onde o item de vocabulário será inserido. Essas relações estruturais, geralmente, são responsáveis pela tradicional noção de categoria.

A assunção do morfema-l sustenta a postulação de que as nomenclaturas tradicionalmente empregadas para designar os termos das orações, como *nome*, *verbo* e

*adjetivo*, não têm significado universal, já que essas ‘categorias’ são derivadas, essencialmente, de tipos de morfemas mais básicos. As diferentes ‘partes do discurso’ podem ser definidas como um único morfema-l, ou Raiz, em uma relação local com um morfema-f definidor de categoria. Assim, H&N pontuam que um ‘verbo’ trata-se de uma Raiz cujos morfemas-f c-comandantes mais próximos são v, Aspecto e tempo. Sem a informação de tempo, essa Raiz é simplesmente um particípio. Uma Raiz que esteja em uma relação local apropriada com um determinante pode ser preenchida por qualquer item de vocabulário, que, nesse caso, corresponderá ao que chamamos de ‘nome’, como *gato*, *cachorro*, etc. Portanto, o mesmo item de vocabulário pode ocorrer em diferentes categorias morfológicas, dependendo do contexto sintático em que for inserido.

Como pudemos constatar a partir dos pressupostos teóricos da DM apresentados aqui, nessa teoria, não é possível sustentar que um elemento seja mapeado em outro via uma operação *lexical pré-sintática*. Assim, os papéis temáticos não são reconhecidos como objetos teóricos, sendo reduzidos às configurações estruturais nas quais os argumentos ocorrem. Dessa forma, na DM, não é possível concebermos a estrutura argumental como uma *grade temática*, ou seja, como uma lista contendo o número e o tipo de argumentos exigidos por um determinado *item lexical*.

No entanto, como já assinalamos anteriormente, a observação de dados do PB contendo VT/M nos demonstra que esses verbos apresentam um padrão sintático-semântico, ocorrendo, geralmente, em sentenças ditransitivas formadas por um agente (sujeito), um elemento transferido/movido (objeto direto) e um receptor/alvo (objeto indireto), mesmo que este último seja expresso como um argumento nulo ou como um argumento implícito. Tendo em vista a DM, esse padrão de comportamento suscita algumas questões, as quais apresentamos na introdução e repetimos a seguir:

- a) Como podemos explicar o padrão de comportamento sintático-semântico dos VT/M pelo viés não-lexicalista que estamos adotando?
- b) Poderíamos dizer que o padrão de comportamento verificado no grupo de Raízes que formam os VT/M no PB se deve à influência dos traços especificados nessas Raízes sobre a estrutura sintática derivada?
- c) Quais são os traços especificados nas Raízes formadoras dos VT/M no PB e como eles interagem com os demais elementos presentes na estrutura sintática?
- d) Os traços especificados nas Raízes formadoras dos VT/M justificam o estatuto argumental que assumimos para o objeto indireto nas sentenças formadas por esses verbos?
- e) Quais contribuições a investigação dos traços sintático-semânticos especificados nas Raízes envolvidas na formação dos VT/M no PB pode trazer para a área de estudos linguísticos denominada Estrutura Argumental?

Na seção 3.3, verificaremos duas possibilidades de abordagem de estrutura argumental à luz da DM, as quais nos auxiliarão na resolução das questões apresentadas. Como vemos, os traços das Raízes formadoras dos VT/M está no cerne dessas questões. Mas, afinal, o que são mesmo as Raízes? Estas realmente possuem propriedades sintático-semânticas? Qual a sua participação na derivação sintática? Na próxima seção abordaremos essas questões, de modo que, de posse de um conhecimento mais aprofundado sobre as Raízes, possamos nos voltar para as questões apresentadas acima de (a) a (e).

### 3.2 *Mas o que são Raízes afinal?*

Acquaviva (2009), seguindo os pressupostos teóricos da DM, segundo os quais a morfologia manipula, lineariza e realiza uma estrutura sintática que lhe serve de *input*, assume, juntamente com Marantz (1997; 2001) e Noyer (1997), entre outros, apud Acquaviva (2009), que todas as categorias lexicais são formadas a partir de Raízes acategoriais combinadas com núcleos definidores de categorias, e que as Raízes correspondem à parte não-gramaticalmente definível de uma palavra, isto é, à parte que não provém do *Spell-Out* de traços morfossintáticos contidos nos núcleos funcionais.

Acquaviva rebate a idéia, assumida por alguns autores da DM, entre eles Harris (1999), Oltra-Massuet (1999) e Embick & Halle (2005), apud Acquaviva (2009), de que as Raízes possuem diacríticos que as codificam como membros de uma classe específica. Para o autor, representar diacríticos diretamente nas Raízes para garantir que elas ocorram na classe correta é conceitualmente problemático, pois, se uma Raiz tem um traço que pressupõe uma categoria, então ela não será realmente acategorial.

Além disso, o autor argumenta que, se assumirmos que as Raízes possuem diacríticos, formando átomos inanalísáveis, teremos de assumir que aquelas que ocorrem em um mesmo par categorial, como os verbos do Italiano *arrossare* ‘tornar vermelho’ e *arrossire* ‘tornar-se vermelho’, que embora difiram em conjugação compartilham a mesma Raiz com o adjetivo *rosso* ‘vermelho’, são diferentes.

Podemos supor que essas Raízes são codificadas diferentemente, como RED<sub>A</sub>, RED<sub>I</sub> e RED<sub>ADJ</sub>. Nesse caso, há um núcleo invariante subjacente – a Raiz. Por outro lado, se assumirmos que os diacríticos são parte integrante das Raízes, então, a identidade formal existente entre RED<sub>A</sub>, RED<sub>I</sub> e RED<sub>ADJ</sub> não terá uma expressão formal e será tratada pela gramática como accidental.

De acordo com o autor, a partir da proposta de que as Raízes não têm diacríticos segue-se que elas não têm significado por si sós. Acquaviva retoma a forma como Harley & Noyer (2000) relacionaram as propriedades semânticas de *to grow*, *to destroy*, *growth* e *destruction* ao conteúdo semântico das Raízes *grow* e *destroy*: De acordo com os autores, o conhecimento que os falantes têm dessas Raízes é parte do seu conhecimento enciclopédico.

Acquaviva, no entanto, argumenta que esse conhecimento é sobre o significado dos verbos (as nominalizações *growth* e *destruction* têm uma nítida interpretação deverbal), não das Raízes. Para ele, os conceitos de *growing* e *destroying* são de natureza verbal, pois envolvem eventos com extensão no tempo e com uma estrutura argumental específica. Assim, segundo o autor, se as Raízes tivessem significados por si sós, esse significado deveria ser distinto do significado dos verbos. No entanto, parece impossível descrever o núcleo semântico de *grow* ou *destroy*, por exemplo, sem tratá-los, implicitamente, como verbos ou como nominalizações deverbais.

Dessa forma, para esse autor, as Raízes não podem ter significado por si sós, porque significado pressupõe, pelo menos, uma categorização em tipo semântico, o que, por sua vez, pressupõe uma categoria sintática. Segundo ele, embora as Raízes não ocorram em qualquer contexto, elas não selecionam seu ambiente sintático, nem por diacríticos formais, nem por seu significado. Ele atribui às construções as informações lexicais relacionadas às Raízes. Assim, nessa abordagem, o significado provém da construção e não da Raiz.

Acquaviva distingue os nós terminais ocupados por Raízes dos itens de vocabulário que as realizam e assume que as Raízes, assim como os morfemas gramaticais, são inseridas tardiamente, em *Spell-Out*, ou seja, após as operações sintáticas.

O autor decompõe a noção de Raiz em três conceitos distintos: a) Raiz como expoente  $\neq$  b) Raiz como nó  $\neq$  c) Raiz como domínio acategorial.

- a) Raiz = item de vocabulário inserido em um nó-l (expoente);
- b) Nó-l = terminal cuja inserção de vocabulário é não-determinística;
- c) Domínio da Raiz = domínio sintático dentro do primeiro núcleo definidor de categoria.

A partir da distinção entre nós-l e itens de vocabulário, o autor propõe que os diacríticos de classe são uma propriedade desses últimos, não dos primeiros. Segundo ele, o que deve ser acategorial, de acordo com sua visão da decomposição lexical, é a Raiz como conteúdo abstrato de um núcleo sintático, não uma Raiz como um expoente (isto é, como um item de vocabulário que indexa expoentes para a informação morfossintática).

Assim, Acquaviva propõe que, uma vez que a inserção de vocabulário ocorra, não há razão para que a forma que realiza um nó-l, ou seja, o item de vocabulário, não tenha diacríticos morfológicos. Se esses diacríticos pressupõem uma categoria, então o item de vocabulário será restrito aos contextos que definem essa categoria. Dessa forma, o autor diferencia Raízes como formas inalisáveis de Raízes como elementos abstratos em uma representação morfossintática (nós-l).

Mas, então, qual é o conteúdo das Raízes como nós-l?

Alguns teóricos da DM sugerem que, por propósitos sintáticos, todos os nós-l são iguais. Acquaviva salienta que, uma vez que a inserção de vocabulário ocorre a caminho de PF, o item de vocabulário inserido não interage com o restante da derivação, que ‘entrega’ uma estrutura completa (ou parte da estrutura) para a interpretação na interface conceitual-intencional. Assim, a forma como uma Raiz é morfológicamente realizada não deveria importar para o significado. No entanto, como



pontuado pelo autor, Raízes distintas, como *cat* e *dog* ou *buy* e *sell*, definem significados distintos, nos mesmos tipos de estrutura sintática.

O autor observa que se a sintaxe visse todas as Raízes como o mesmo nó-I, não haveria como explicar o fato de estruturas sintáticas diferirem apenas pela escolha da Raiz, uma vez que o *Spell-Out* morfológico ocorre em um lugar diferente daquele em que a interpretação semântica ocorre. Assim, o autor conclui que os nós-I são distintos na sintaxe, ou seja, antes da inserção de vocabulário.

No entanto, como é possível conciliar a conclusão de que as Raízes, como nós-I abstratos, são diferentes entre si antes da inserção de vocabulário com a afirmação anterior de que as Raízes não têm significado por si sós?

O autor assume que as unidades mínimas da interpretação são aquelas que definem um tipo semântico. Estas unidades não são as Raízes, mas os núcleos verbais ou nominais. Assim, as Raízes, não tendo significado sozinhas, co-ocorrem com núcleos definidores de categoria para formar entidades gramaticais interpretáveis.

Mas, então, como *dog* difere de *cat* se ambos têm a estrutura [Root + n]? Acquaviva assume que a Raiz *DOG* age como um índice que faz com que o nome *dog* seja diferente de nomes baseados em outras Raízes. Dessa forma, para ele, na representação sintática abstrata antes da inserção de vocabulário, as Raízes têm a função de serem índices diferenciais. Embora não signifiquem nada por si sós, agem como definidoras de identidade e diferença. A interpretação só surge quando as construções são derivadas e se tornam interpretáveis como tipos de entidades, predicados, estados e atividades.

Como veremos na próxima seção, a definição de Acquaviva de Raízes, como itens de vocabulário que indexam expoentes para a informação morfossintática, e sua proposta de que esses itens de vocabulário têm diacríticos morfológicos que podem, em

certa medida, pressupor uma categoria, de modo que estes serão restritos aos contextos que definem essa categoria, vão ao encontro das propostas desenvolvidas por Harley & Noyer (2000), de que os itens de vocabulário contêm traços morfossintáticos que especificam seu contexto de inserção. Como veremos, de acordo com a proposta de Scher et. al (2009), o próprio contexto de inserção também poderá contribuir para com a especificação dos traços dos itens de vocabulário, também denominados por esses autores como Raízes.

De posse do conceito de Raiz, como item de vocabulário, trazido por Acquaviva, na próxima seção, veremos as abordagens de estrutura argumental desenvolvidas pelos autores mencionados acima.

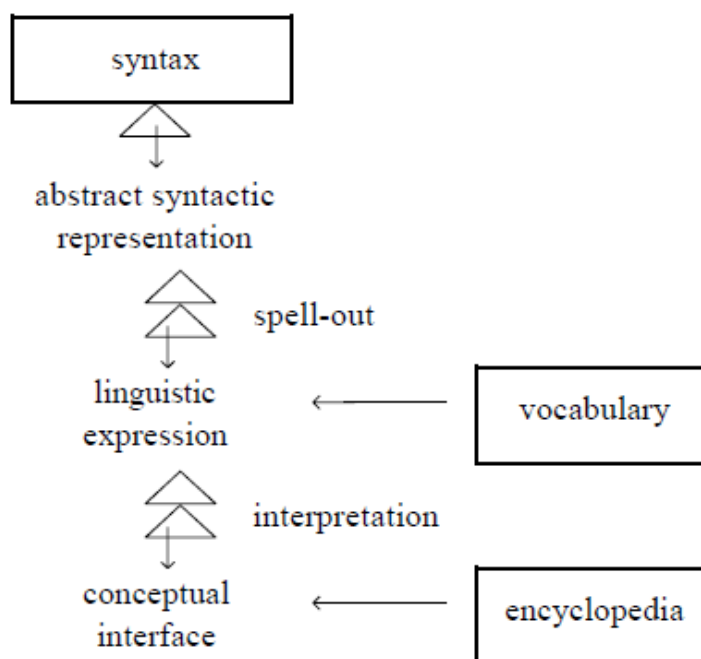
### ***3.3 Revisitando a Noção de Estrutura Argumental***

Harley & Noyer (2000) assumem que as propriedades formais dos itens de vocabulário determinam sua distribuição nas sentenças. Essas propriedades substituem os mecanismos lexicalistas previstos por teorias sintáticas baseadas em Chomsky (1981), como papéis temáticos e propriedades de seleção.

Como já mencionamos, de acordo com a DM, as estruturas arbóreas são construídas livremente, respeitadas as restrições de *Merge*, a partir de categorias abstratas, definidas por traços universais, incluindo traços funcionais como tempo, número, pessoa, definitude, etc. Os itens de vocabulário são inseridos nas estruturas sintáticas em *Spell-Out*, depois das operações sintáticas. A representação sintática preenchida pela expressão fonológica é, então, interpretada em consulta à enciclopédia, juntamente com mecanismos semânticos universais.

Harley & Noyer propõem a seguinte estrutura para representar a gramática nessa perspectiva teórica:

(104)



(Harley & Noyer 2000, p. 4)

Uma vez que, nessa representação da gramática, não há um léxico no qual expressões morfofonológicas possam definir suas estruturas argumentais, Harley & Noyer sugerem que as alternâncias de estrutura argumental, como as apresentadas em (105) a seguir, sejam reconsideradas:

- (105) a) The sun melted the snow.  
b) The snow<sub>i</sub> melted<sub>i</sub>.

(Harley & Noyer 2000, p. 5)

Como observado por Harley & Noyer, em uma proposta lexicalista (como a desenvolvida do Levin & Rappaport-Hovav (1995), mencionada na introdução desse trabalho), o léxico produz dois verbos para explicar a alternância transitiva vista em (105): *melt*<sub>1</sub> (intransitivo) e *melt*<sub>2</sub> (transitivo). Cada verbo possui habilidades de atribuição de papéis temáticos distintas e, portanto, projeta estruturas sintáticas distintas.

Na DM, por outro lado, não há léxico, como vimos pontuando, e há apenas um item de vocabulário *melt*, que será inserido na estrutura sintática, em uma posição que nos permite tratá-lo como verbo. Se esse verbo será interpretado como transitivo ou como intransitivo dependerá da própria estrutura sintática em que será inserido. Assim, quando inserido na estrutura que representa a sentença em (105)a, será interpretado como transitivo, quando inserido na estrutura que representa a sentença em (105)b, será interpretado como intransitivo. Harley & Noyer assumem que a estrutura sintática gera um significado canônico. Eles chamam esse aspecto do significado de uma sentença de sua *estrutura semântica*.

A inserção dos itens de vocabulário, por detalhar a natureza dos argumentos e predicados envolvidos, deve ser compatível com a estrutura semântica gerada pela estrutura sintática. Dessa forma, de acordo com os autores, os itens de vocabulário não podem ser inseridos em qualquer estrutura. Por meio dos dados em (106) e (107) adiante, Harley & Noyer propõem uma teoria do licenciamento que estabelece as condições gramaticais sob as quais os itens de vocabulário podem ser inseridos em estruturas sintáticas, diferenciando *sentenças agramaticais* de *sentenças pragmaticamente anômalas*<sup>78</sup>:

- (106) a) Chris thought the book to Martha.  
b) The bridge exploded the engineers.  
(Harley & Noyer 2000, p. 5-6)

- (107) a) The red under did not five lunch.  
b) James put yesterday.  
(Harley & Noyer 2000, p. 6)

---

<sup>78</sup> As sentenças agramaticais são marcadas, nessa proposta, com (\*) e as sentenças pragmaticamente anômalas com (#). Harley e Noyer não colocam os símbolos nos dados apresentados aqui, em (106) e (107), para não esvaziar a discussão que os segue.

Segundo Harley & Noyer, a estrutura ditransitiva em (106)a tem uma interpretação canônica: o sujeito (*Chris*) é o agente, o objeto direto (*the book*) é o tema e o objeto indireto (*to Martha*) é o receptor/alvo. Embora o verbo *think* não ocorra, normalmente, nesse tipo de estrutura ditransitiva, a interpretação será possível, embora sujeita à coerção estrutural. Assim, *Chris* estará, de alguma maneira (por teletransporte ou por telepatia, como sugerido por Harley & Noyer), fazendo com que o livro chegue até *Martha*, e esta estará recebendo o livro, como objeto ou como informação. Na sentença em (106)b, *the bridge* será interpretada como a causadora da explosão (ser causador não é comum a seres inanimados) e *the engineers* como os receptores dessa ação. De acordo com os autores, embora as sentenças em (106) requeiram um pouco de imaginação para serem interpretadas, é o nosso conhecimento do mundo real, ou seja, enciclopédico, que as torna incomuns.

A sentença em (107)a, por outro lado, só faria sentido se *the red under* pudesse ser um sujeito e *five* pudesse ser um verbo, o que não é o caso. (107)b, por sua vez, só seria possível se *put* não denotasse uma ação que requer a expressão de um tema e de um locativo.

Assim, de acordo com essa teoria do licenciamento, as sentenças em (106) não são agramaticais, são apenas pragmaticamente anômalas, devendo ser marcadas como (#) nessa proposta. As sentenças em (107), no entanto, são agramaticais e ininterpretáveis, devendo ser marcadas como (\*), uma vez que os itens de vocabulário *under*, *five* e *put* não foram licenciados apropriadamente. A seguir, repetimos essas sentenças como (108) e (109)<sup>79</sup>:

(108) a) #Chris thought the book to Martha.

---

<sup>79</sup> Para maior clareza, acrescentamos os símbolos (#) e (\*) às sentenças em (108) e (109).

b) #The bridge exploded the engineers.

- (109) a) \*The red under did not five lunch.  
b) \*James put yesterday.

A partir dessas observações, os autores propõem uma divisão entre sentenças agramaticais por razões estruturais (seus itens de vocabulário não foram licenciados) e sentenças que, embora gramaticais, são pragmaticamente anômalas devido ao conhecimento enciclopédico que os falantes detêm sobre o uso dos itens de vocabulários envolvidos.

Dessa forma, dentro dessa proposta: quando as condições de licenciamento são apropriadas, a coerção estrutural é possível, com anomalia pragmática; quando as condições de licenciamento não são apropriadas, o resultado é agramatical.

Seguindo as pressuposições teóricas apresentadas em H&N (1999), Harley & Noyer (2000) adotam a visão de que os terminais sintáticos dividem-se entre duas classes: *f-nodes* (nós-f) e *l-nodes* (nós-l). Os nós-f consistem de feixes de traços para os quais o falante normalmente não tem escolha no que se refere à inserção de vocabulário. Os itens de vocabulário que os preenchem são morfemas-f (funcionais) e estão em competição.

Quanto aos nós-l, a escolha do falante pelo item de vocabulário que os preencherá não é determinada pela gramática, diferentemente do que ocorre com os nós-f. Os itens de vocabulário que os preenchem são morfemas-l (licenciados) e não estão em competição, mas sujeitos aos seus requerimentos de licenciamento.

As sentenças em (110) exemplificam a inserção dos morfemas-f e dos morfemas-l:

- (110) a) The cat chased a mouse.  
b) The shark chased a fish.  
c) The fish chased a shark. (Harley & Noyer 2000, p. 7)

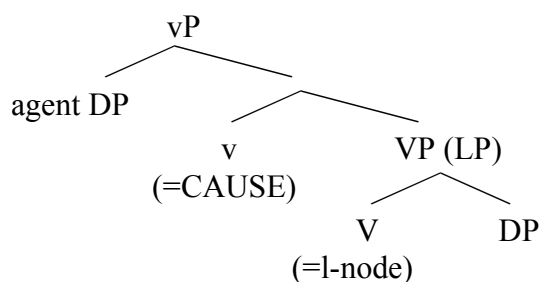
Nessas sentenças, uma vez que as estruturas sintáticas contêm nós-f com os traços [definido], [passado] e [indefinido], os itens de vocabulário *the*, *-ed* e *a* são completamente determinados pela gramática para o falante. Já quanto aos nós-l, a escolha dos itens de vocabulário *cat* e *mouse* não é determinada pela gramática, pois o falante também poderia ter escolhido *shark* ou *fish* para preencher esses nós terminais, como observado por Harley & Noyer.

Os autores assumem que os nós-l não são especificados para categoria. Sua categoria é definida pelo contexto sintático. Segundo eles, há apenas um tipo de nó-l e os itens de vocabulário que podem ser inseridos em nós-l têm condições de licenciamento associadas a eles, que especificam os contextos sintáticos em que podem ocorrer. Os autores resumem da seguinte forma sua proposta: “Os nós-l aparecem em qualquer contexto sintático que a derivação crie para eles e, então, os itens de vocabulário compatíveis com esses contextos são inseridos.”, p. 8.

Harley & Noyer chamam essa abordagem de estrutura argumental de *prix fixe*: a partir de uma dada numeração, ou coleção de feixes de traços iniciais e de nós-l, a sintaxe cria estruturas legítimas, que, então, são preenchidas com os itens de vocabulário adequados.

Harley & Noyer, seguindo Kratzer (1996, apud Harley & Noyer 2000), entre outros, assumem que na estrutura de VP em (111), a seguir, o argumento externo (agente) é gerado no especificador de vP, uma projeção funcional com um inventário de significados limitado (BE (estativo), CAUSE (como no exemplo abaixo) (eventivo) e BECOME (eventivo), de acordo com Harley (1995, apud Harley & Noyer 2000)):

(111) *destroy* – CAUSE = “destroyed” (resultant state)



(Harley & Noyer 2000, p. 9)

Em (112), Harley & Noyer exemplificam sua proposta de estrutura argumental. Dentro dessa proposta, cada posição estrutural em (111) será preenchida com um item disponibilizado na lista apresentada em (112):

(112) Estrutura Argumental Verbal Prix Fixe

- |                         |                                      |
|-------------------------|--------------------------------------|
| a) Especificador de vP: | um dos seguintes:                    |
|                         | i) $\emptyset$                       |
|                         | ii) DP (incluindo categorias vazias) |
| b) Núcleo de v:         | um dos seguintes:                    |
|                         | i) HAPPEN/BECOME                     |
|                         | ii) CAUSE                            |
|                         | iii) BE                              |
| c) Especificador de LP: | um dos seguintes:                    |
|                         | i) $\emptyset$                       |
|                         | ii) DP                               |
| d) Núcleo de L:         | nó-l                                 |
| e) Complemento de LP:   | um dos seguintes:                    |
|                         | i) $\emptyset$                       |
|                         | ii) DP                               |

(Harley & Noyer 2000, p. 11)

Em (113), os autores ilustram como esse tipo de sistema poderia funcionar, sugerindo os tipos de itens de vocabulário que poderiam ocorrer em cada configuração sintática:



(113)

Verbo	Spec, vP	v	Spec, LP	L	Compl, LP
give	DP	CAUSE	DP	1	DP
destroy	DP	CAUSE	∅	1	DP
grow (tr.)	DP	CAUSE	∅	1	DP
jump	DP	CAUSE	∅	1	∅
learn	∅	BECOME	DP	1	DP
grow (intr.)	∅	BECOME	∅	1	DP
arrive	∅	BECOME	∅	1	DP
know	∅	BE	DP	1	DP
tall (?)	∅	BE	∅	1	DP

(Harley & Noyer 2000, p. 12)

Para restringir a inserção de itens de vocabulário, de modo que estes não ocorram em contextos sintáticos inapropriados, como em *\*John knew Mary the book* (Harley & Noyer 2000, p. 12), os autores propõem que cada item de vocabulário a ser inserido em um nó-l seja listado com um conjunto de requerimentos de licenciamento, que restringirão sua inserção a determinados contextos. Esses requerimentos de licenciamento substituem a noção de categoria.

Assim, a partir dessa proposta, se um item de vocabulário for listado como [+cause] ele só será bem formado se inserido no contexto de v CAUSE. Se um item de vocabulário for listado como [-cause] ele não será bem formado no contexto de v CAUSE.

Os autores observam que um item de vocabulário pode ocorrer subespecificado para uma determinada propriedade sintática, o que permitirá que ele ocorra em contextos sintáticos variados. Eles sugerem que os itens de vocabulários sejam especificados, pelo menos, para os seguintes traços: [±v], [±be], [±cause], [±DP<sub>1</sub>] e/ou

[±DP<sub>2</sub>]. Em (114), temos alguns exemplos de itens de vocabulário com suas informações de licenciamento e seu conteúdo enciclopédico:

(114)

Fonologia	Contexto de Licenciamento	Enciclopédia
a) sink	[±v], [+DP], [±cause]	o que se quer dizer com <i>sink</i>
b) big	[-v], [+DP]	o que se quer dizer com <i>big</i>
c) open	[±v], [+DP], [±cause]	o que se quer dizer com <i>open</i>
d) destroy	[+v], [+DP], [+cause]	o que se quer dizer com <i>destroy</i>
e) arrive	[+v], [+DP], [-cause]	o que se quer dizer com <i>arrive</i>
f) grow	[+v], [+DP], [±cause]	o que se quer dizer com <i>grow</i>

Conforme observado por Harley & Noyer, essa abordagem de estrutura argumental permite que a sintaxe gere estruturas livremente, respeitadas as restrições de *Merge*. Como vimos, dentro dessa proposta, a estrutura argumental é organizada em termos das condições de licenciamento listadas nos itens de vocabulário.

Scher et al. (2009), ao discutir o conceito de estrutura argumental e a alternância causativo-incoativa no PB, a partir do modelo da DM, pontuam que as informações sobre a grade temática e a estrutura argumental, que em teorias lexicalistas está localizada, conforme já ressaltamos, nas entradas lexicais, estão codificadas em outro lugar em uma teoria não-lexicalista, como a teoria da DM. Algumas pesquisas que tratam de dados do hebraico, fundamentadas na DM, sugerem as seguintes questões, que também norteiam a pesquisa desenvolvida por Scher et al., op. cit.:

- a) A informação sobre a estrutura argumental está localizada nas Raízes<sup>80</sup> ou nos núcleos categorizadores?
- b) As Raízes fazem algum tipo de seleção?
- c) As Raízes possuem algum tipo de grade temática ou quadro de subcategorização?

Como mencionamos, na introdução desse trabalho, Scher et al., seguindo Marantz (1997; 2001, apud Scher et al. 2009), assumem que as Raízes são licenciadas em determinadas estruturas de evento e que negociam suas propriedades categoriais e de significado com essas estruturas. Além disso, para as estruturas verbais, os papéis dos argumentos são definidos por suas posições em relação aos núcleos funcionais ou em relação à Raiz dentro da estrutura sintática do vP relevante.

Uma vez que, segundo essa proposta, as Raízes são licenciadas nas estruturas sintáticas, e não as ‘projetam’, os autores explicam a distribuição das mesmas nos variados contextos sintáticos em que ocorrem propondo que a presença ou a ausência de uma combinação dos traços [ $\pm$ DIN,  $\pm$ CAUS] têm como resultado a ocorrência ou não de determinada Raiz em determinado contexto sintático.

A propriedade [DIN] faz com que a Raiz associe-se, tipicamente, a uma eventualidade dinâmica (não-estativa). A propriedade [CAUS] faz com que a Raiz associe-se, tipicamente, a uma eventualidade causada dentro de uma estrutura de evento.

De acordo com os autores, uma Raiz com o traço [+CAUS] ocorrerá em uma estrutura em que será combinada diretamente com um DP e será interpretada como uma predicação desse DP. O sintagma resultante do *merge* da Raiz com o DP é verbalizado por um vezinho.

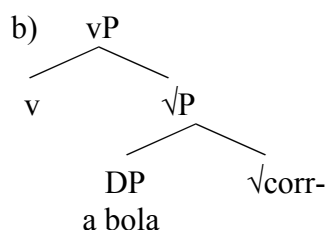
---

<sup>80</sup> Os autores empregam o termo Raiz como equivalente do termo item de vocabulário.

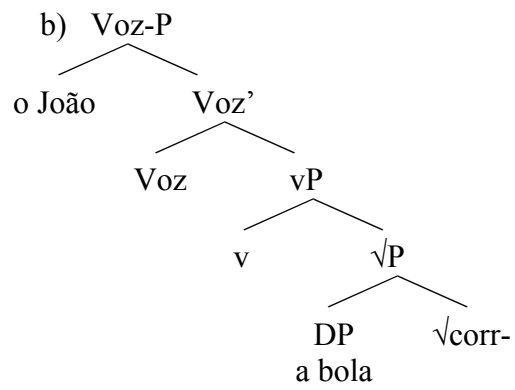
Seguindo Marantz (2006; 2007, apud Scher et. al. 2009), os autores propõem que o *vezinho* que se acrescenta a essa estrutura introduz uma eventualidade que será interpretada como causadora da eventualidade mais encaixada representada pela Raiz. O núcleo Voz, por sua vez, projeta uma posição de sujeito na estrutura, interpretado como *originador*.

Scher et al. salientam que, dentro de uma proposta de derivação por fases, como as desenvolvidas por Marantz (2001) e por Arad (2004), entre outros, apud Scher et al. (2009), a semântica das Raízes é negociada no ambiente sintático criado pelo primeiro categorizador, o que quer dizer que os elementos envolvidos nesse ambiente, como o DP complemento interno ao vP, influenciam no significado gerado pelo vP e especificam o significado da Raiz. Assim, os autores assinalam que a presença ou a ausência de um complemento, bem como o tipo do complemento que ocorre no vP, têm efeitos na interpretação do verbo. Ao analisar o comportamento do verbo *correr*, os autores constataam que esse verbo ocorre em diversas estruturas sintáticas, como podemos observar a seguir:

(115) a) A bola correu.

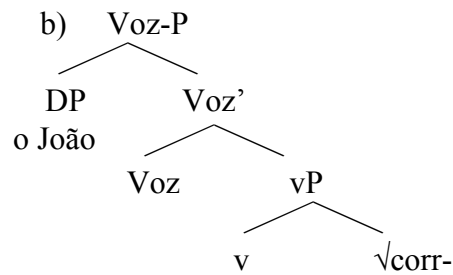


a) João correu a bola.

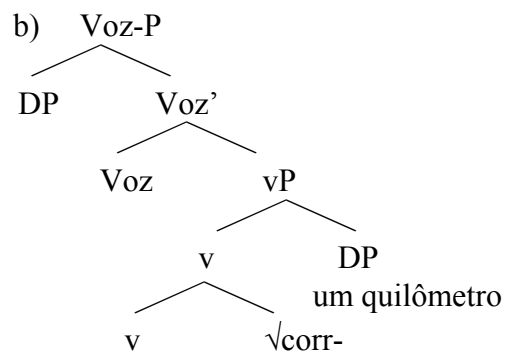


(Scher et al. 2009, p. 34)

(116) a) João correu.

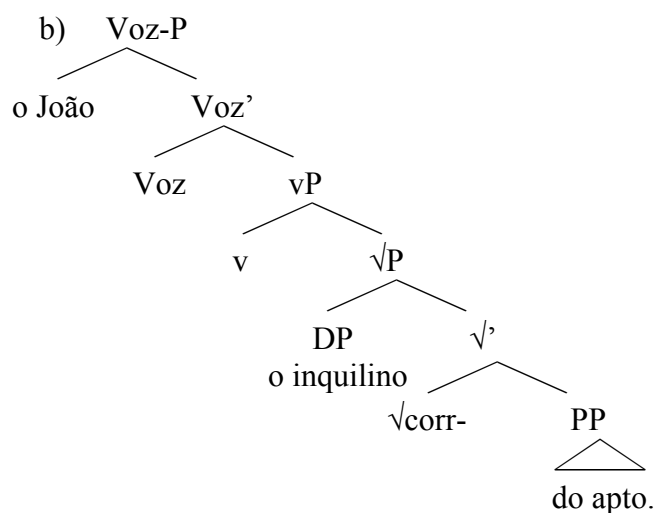


a) João correu um quilômetro.



(Scher et al. 2009, p. 35)

(117) a) João correu o inquilino do apto.



(Scher et al. 2009, p. 35)

Os autores explicam a ocorrência da Raiz do verbo *correr* em estruturas tão diversas por meio da subespecificação do traço [CAUS] da matriz de traços dessa Raiz, que é [+DIN, αCAUS]. α indica que a Raiz não é especificada para o traço de causação, ou seja, o valor ± do traço [CAUS] é especificado pelo contexto em que a Raiz ocorre. Assim, em (115) e (117), a Raiz apresenta a especificação [+DIN, +CAUS]. Em (116), a Raiz apresenta a especificação [+DIN, -CAUS].

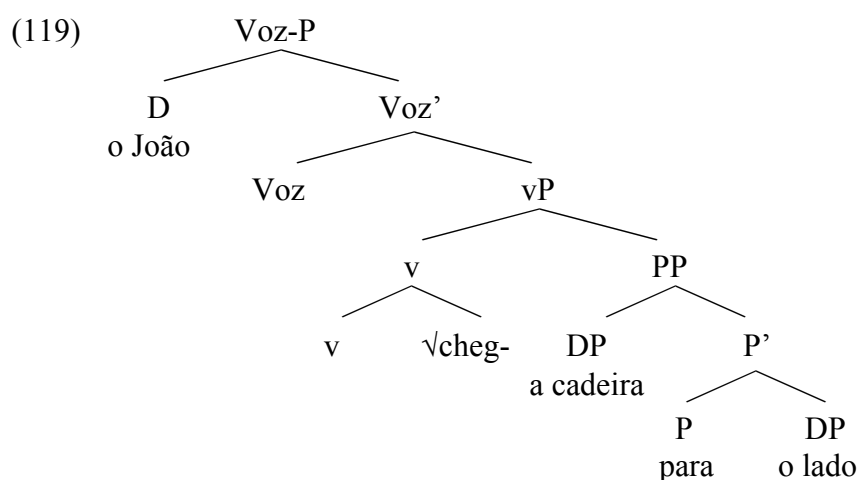
Para dar mais um exemplo, ao analisar o verbo *chegar*, Scher et al. verificam que esse verbo pode ser causativizado, quando a ele se anexa um PP indicando um movimento para um ponto final, como podemos ver em (118):

(118) João chegou a cadeira para o lado.

(Scher et al. 2009, p. 36)

Os autores sugerem que a possibilidade de transitivização desse verbo pode ser explicada assumindo-se que, nesse caso, a Raiz funciona como modificadora de um vezinho eventivo e que ao verbo formado é anexado um PP com duas posições (uma

estrutura diádica básica, nos termos de Hale & Keyser 2002, apud Scher et al. 2009). O PP seria interpretado como um evento de deslocamento com um ponto final, causado pelo evento introduzido pela anexação direta do vizinho à Raiz do verbo *chegar*. A estrutura seria parecida com a proposta por Marantz (2007, apud Scher et al. 2009) para os verbos de objeto duplo, com duas eventualidades e uma relação de causação entre elas, como podemos ver em (119):



(Scher et al. 2009, p. 37)

Assim, os autores conseguem explicar a ocorrência de diversos verbos do PB em estruturas sintáticas alternantes por meio da subespecificação dos traços formais contidos nessas Raízes.

A partir das propostas de estrutura argumental apresentadas nessa seção, assumiremos, juntamente com Harley & Noyer, que a sintaxe gera as estruturas sintáticas e que os itens de vocabulário (Raízes) contêm condições de licenciamento, as quais permitem que eles ocorram ou não em determinadas estruturas sintáticas. Assim, não são os traços sintático-semânticos dos itens de vocabulário, ou das Raízes, que

influenciam a derivação sintática. A derivação é gerada pela sintaxe e as propriedades dos itens de vocabulário determinam sua ocorrência ou não nessas estruturas.

Juntamente com Scher et. al., assumiremos que os traços dos itens de vocabulário (Raízes) são negociados, ou seja, especificados, no ambiente sintático em que estes são inseridos, o que pode explicar as alternâncias de estrutura argumental/sintática.

Quanto ao padrão de comportamento sintático verificado nos VT/M, que mencionamos na introdução e na seção 3.1, este pode ser explicado pelas condições de licenciamento dos itens de vocabulário, que fazem com que eles ocorram, geralmente, em contextos sintáticos ditransitivos.

Na próxima seção, apresentaremos nossa proposta para a formação das sentenças contendo VT/M no PB. Também nessa seção apresentaremos uma proposta para os casos em que o verbo *dar* não ocorre como um VT/M.

### ***3.4 Os Verbos de Transferência/Movimento no PB em Funcionamento e a Morfologia Distribuída***

Seguiremos as propostas de estrutura argumental desenvolvidas por Harley & Noyer (2000) e por Scher et. al. (2009) para explicar a formação das sentenças contendo VT/M no PB.

A partir dos traços propostos por Harley & Noyer, op. cit., sugerimos que os itens de vocabulário que formam os VT/M no PB podem ser especificados para os traços sintáticos  $[\pm v]$ ,  $[\pm \text{cause}]$  e  $[\pm DP_2]$ . Seguindo a proposta de Scher et al., op. cit., quando o item de vocabulário está subespecificado para um determinado traço, sendo o valor + ou – desse traço definido pelo contexto de inserção, este será especificado como  $\alpha$ . Assim, como veremos adiante, os objetos indiretos que ocorrem nos contextos dos



VT/M podem ser especificados para os traços [ $\alpha$ específico], [ $\alpha$ animado], o que indica que, de acordo com o contexto de inserção, esses traços terão os valores  $\pm$  definidos, ocorrendo como [ $\pm$ específico], [ $\pm$ animado].

Desse modo, quando esses verbos ocorrem em uma estrutura ditransitiva com o objeto indireto realizado fonologicamente, como em (120), o item de vocabulário escolhido para preencher o nó terminal referente ao verbo deve estar especificado como [+v], [+cause] e [+DP<sub>2</sub>] e o item de vocabulário escolhido para preencher o nó terminal referente ao objeto indireto deve estar especificado como [+específico], [ $\alpha$ animado]:

- (120) Depois do regime, Maria *deu* para Joana todas as roupas que não serviam mais.

Quando esses verbos ocorrem em uma estrutura ditransitiva com o objeto indireto não realizado fonologicamente, como um argumento nulo anafórico, como no dado visto em (8), repetido aqui como (121), o item de vocabulário escolhido para preencher o nó terminal referente ao verbo deve estar especificado como [+v], [+cause] e [+DP<sub>2</sub>]. Nesse caso, o item de vocabulário escolhido para preencher o nó terminal referente ao objeto indireto não recebe a inserção de material fonológico em *Spell-Out*, sendo preenchido por um item de vocabulário  $\emptyset$  – sem matriz fonológica, e deve estar especificado com os traços [+específico], [ $\alpha$ animado]:

- (121) Você *deu* uma flor para sua professora?  
 Não, *dei* uma maça. (Cyrino 1998, p. 36)

Quando esses verbos ocorrem em uma estrutura ditransitiva com o objeto indireto não realizado fonologicamente, como um argumento implícito sem referência anafórica, como no dado visto em (9), repetido aqui como (122), o item de vocabulário

escolhido para preencher o nó terminal referente ao verbo deve estar especificado como [+v], [+cause] e [+DP<sub>2</sub>]. Nesse caso, semelhantemente ao que ocorre em (121), o item de vocabulário escolhido para preencher o nó terminal referente ao objeto indireto não recebe a inserção de material fonológico em *Spell-Out*, sendo preenchido por um item de vocabulário  $\emptyset$  – sem matriz fonológica. No entanto, nesse caso, esse item de vocabulário deve estar especificado com os traços [ $\alpha$ específico], [ $\alpha$ animado]. Como já salientamos anteriormente, nesses contextos de inserção, esse será o item de vocabulário *elsewhere*, isto é, o menos especificado:

(122) Depois do regime, Maria *deu* todas as roupas que não serviam mais.

Como veremos, podemos estender essas propostas de estrutura argumental para explicar as sentenças formadas a partir do verbo *dar*, tipicamente um VT/M, em que o objeto indireto não ocorre na estrutura sintática, como exemplificamos em (10) e repetimos em (123):

(123) Minha pele *deu* uma mancha esquisita.

Negrão e Viotti (2008) observam que o verbo *dar* pode ocorrer na alternância causativa, como demonstrado em (124):

- (124) a) Minha xícara está *dando* estas jabuticabas deliciosas.  
b)  $\emptyset$  está *dando* estas jabuticabas deliciosas na minha xícara.  
c) Estas jabuticabas deliciosas estão *dando* na minha xícara.  
(Negrão & Viotti 2008, p. 185)

Propomos que nas estruturas sintáticas que representam as sentenças em (123) e em (124), o item de vocabulário escolhido para preencher o nó terminal referente ao verbo está especificado como [+v], [-cause] e [-DP<sub>2</sub>]. O traço [-cause] permite que esse item de vocabulário seja licenciado em uma estrutura sintática em que não haja um agente e o traço [-DP<sub>2</sub>] permite que ele ocorra em uma estrutura sintática em que não haja um elemento receptor/alvo. Nesse caso, o verbo não veiculará o sentido de transferência/movimento. Esse é o caso do verbo *dar* nos dados em (125), (126) e (127) a seguir. Nesses dados, esse verbo veicula os significados de *aparecer*, *apresentar*, *brotar*, *nascer*, *produzir*, *sair* (no sentido de *aparecer*) e *surgir*:

- (125) a) Minha pele deu uma mancha esquisita.  
 a') Minha pele apresentou uma mancha esquisita.  
 b) Ø deu uma mancha esquisita na minha pele.  
 b') Ø surgiu uma mancha esquisita na minha pele.  
 c) Uma mancha esquisita deu na minha pele.  
 c') Uma mancha esquisita surgiu na minha pele.
- (126) a) Meu computador deu / está dando uma mensagem de erro.  
 a') Meu computador apresentou / está apresentando uma mensagem de erro.  
 b) Ø deu / está dando uma mensagem de erro no meu computador.  
 b') Ø apareceu / está aparecendo uma mensagem de erro no meu computador.  
 c) Uma mensagem de erro deu / está dando no meu computador.  
 c') Uma mensagem de erro apareceu / está aparecendo no meu computador.
- (127) a) Os jornais deram essa notícia.  
 a') Os jornais apresentaram essa notícia.  
 b) Ø deu essa notícia nos jornais.  
 b') Ø saiu essa notícia nos jornais.  
 c) Essa notícia deu nos jornais.  
 c') Essa notícia saiu nos jornais.

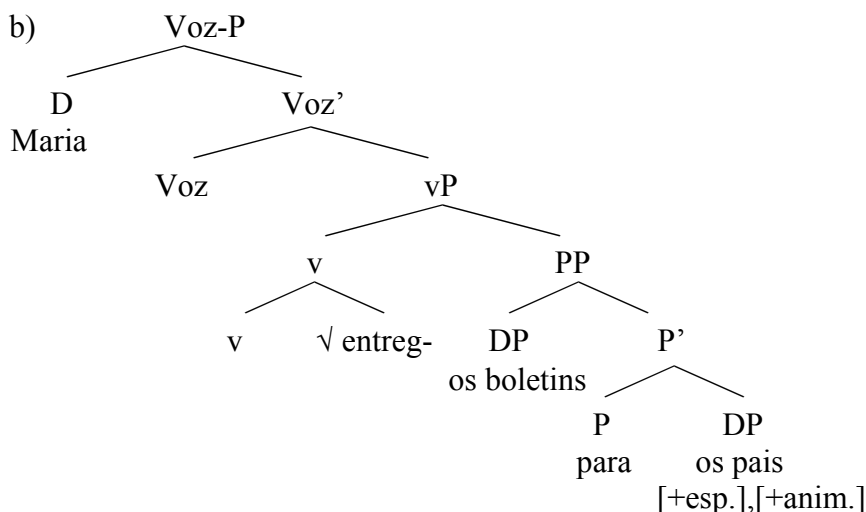
Tendo apresentado uma proposta, à luz da DM, para explicar a formação das sentenças contendo VT/M no PB, bem como para explicar o caso em que o verbo *dar* ocorre sem a semântica de transferência/movimento, a seguir, sugerimos as representações arbóreas para os tipos de sentenças analisadas.

Seguindo a estrutura apresentada em (119) por Scher et. al., op. cit., para o verbo *chegar* causativizado, propomos que os VT/M no PB podem ser representados por uma estrutura semelhante. A justificativa para essa proposta baseia-se no fato de que essa estrutura, com suas duas posições dentro do PP, pode levar o evento denotado pela sentença a ser interpretado como um evento de deslocamento com um ponto final (como descrito pelo Van Hoeske (1996) e por Berlinck (2001), que assumem que o dativo tem o sentido geral de um “pólo de orientação”), causado pelo evento introduzido pela anexação direta do vizinho à Raiz dos VT/M, representados, adiante, pelos verbos *entregar* e *arremessar*.

Dessa forma, os VT/M com o objeto indireto realizado fonologicamente podem ser representados como em (128) e (129) a seguir:

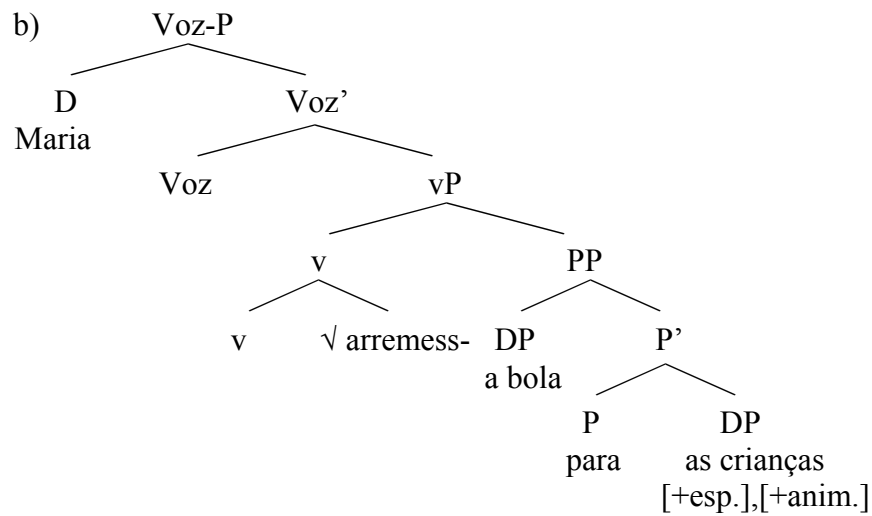
(128) Transferência

a) Maria *entregou* os boletins para os pais.



(129) Movimento

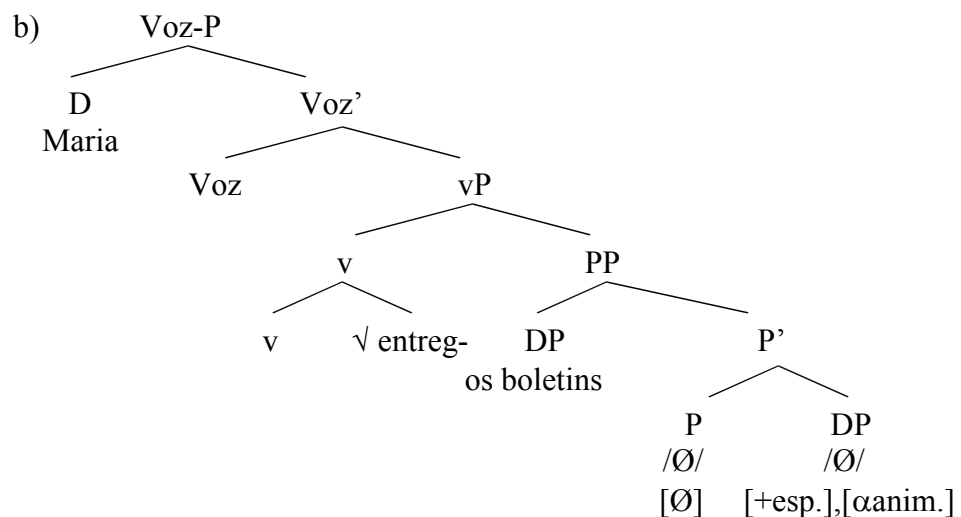
a) Maria *arremessou* a bola para as crianças.



As sentenças com o objeto indireto nulo anafórico podem ser representadas como em (130) e (131) a seguir:

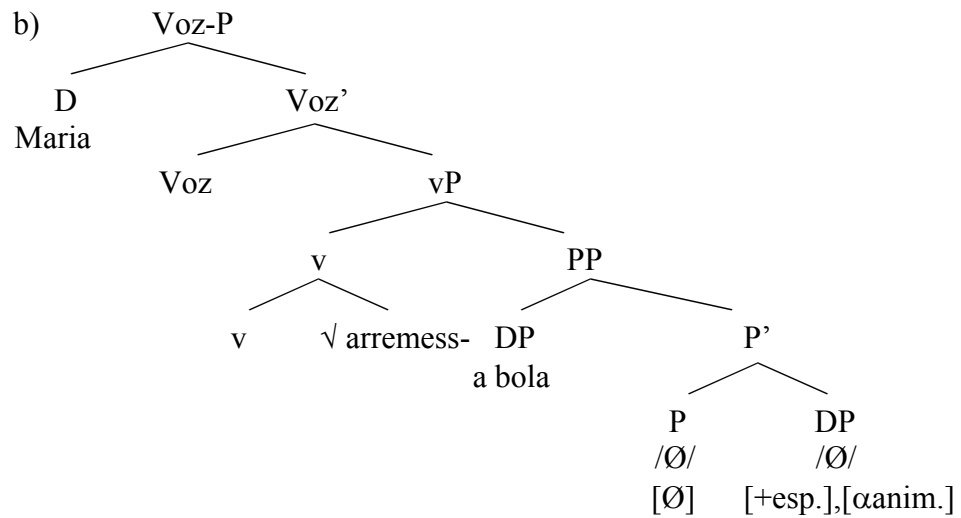
(130) Transferência

a) Maria *entregou* os boletins ou as avaliações para os pais?  
**Maria entregou os boletins.**



(131) Movimento

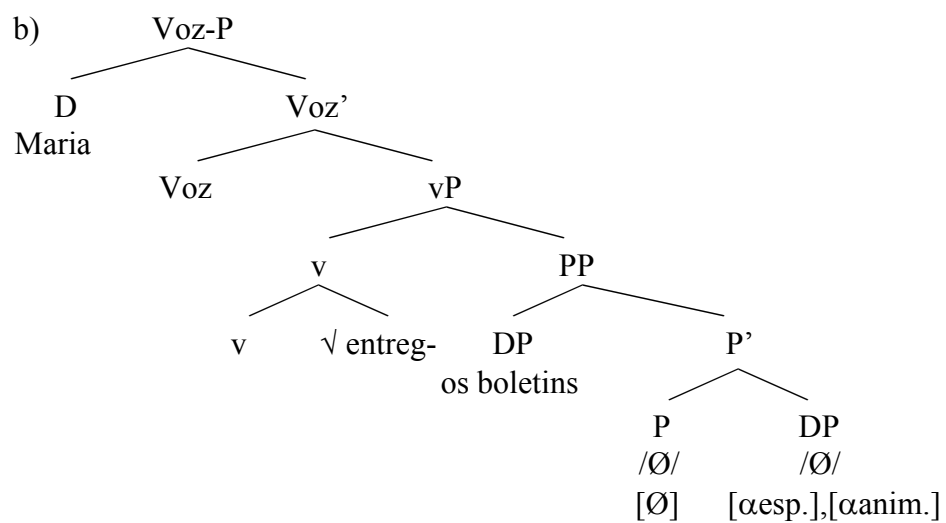
- a) Maria *arremessou* a bola ou a peteca para as crianças?  
**Maria arremessou a bola.**



As sentenças com o objeto indireto implícito sem referência anafórica podem ser representadas como em (132) e (133) a seguir:

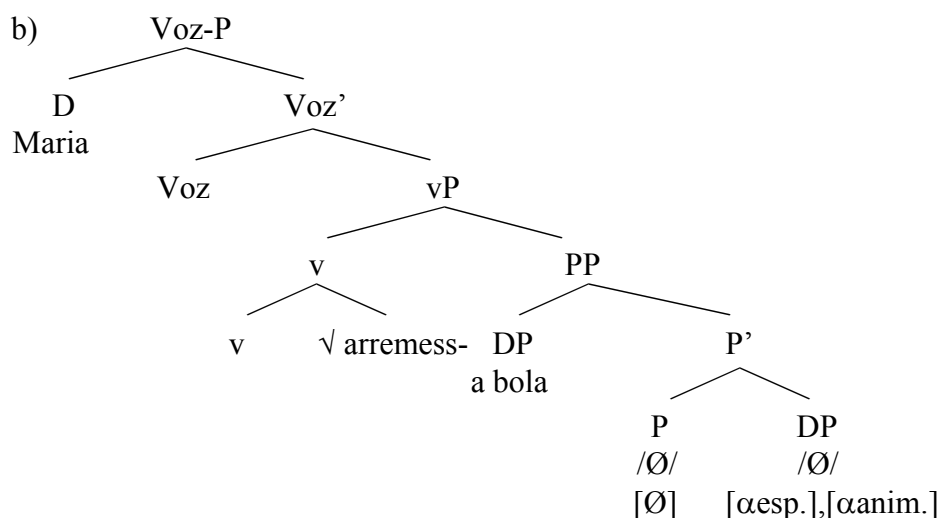
(132) Transferência

- a) Maria *entregou* os boletins.



(133) Movimento

a) Maria *arremessou* a bola.



Avelar (2009), ao explicar a variação atestada em (134), (135) e (136) a seguir, assume que a ocorrência de sintagmas locativos preposicionados em uma posição destinada a constituintes nominais sem preposição deve ser incluída entre os casos da alternância sintática que se convencionou chamar inversão locativa. De acordo com o autor, análises desenvolvidas dentro de diferentes quadros teóricos tendem a argumentar que as sentenças resultantes de inversão locativa devem ser tratadas como construções em que um constituinte locativo (geralmente não-argumental) ocorre na posição gramaticalmente destinada, normalmente, a um sujeito argumental.

- (134) a) *Aquela loja* vende livro.  
b) *Naquela loja* vende livro.

(Avelar 2009, p. 1)

- (135) a) *O meu DVD* grava qualquer tipo de filme.  
b) *No meu DVD* grava qualquer tipo de filme.

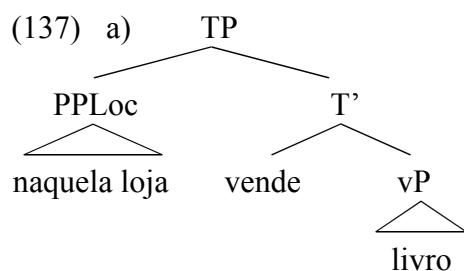
(Avelar 2009, p. 1)

- (136) a) *Esse restaurante serve todo tipo de salada.*  
b) *Nesse restaurante serve todo tipo de salada.* (Avelar 2009, p. 2)

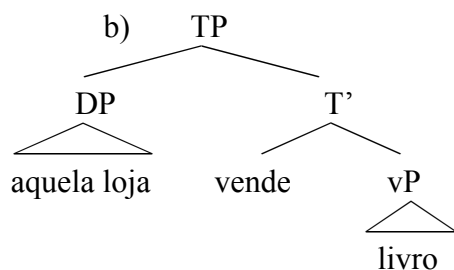
Avelar assume que os locativos preposicionados tratam-se de projeções nucleadas por pronomes adverbiais (do tipo *aqui*, *aí* e *lá*) que podem ser fonologicamente nulos ou realizados. Esses pronomes correspondem à categoria denominada por ele Loc e nucleiam um LocP (*Locative Phrase*). Isso quer dizer que o núcleo do sintagma locativo não é a preposição à frente do PPLoc, mas o pronome adverbial que antecede a preposição: **(aqui)** *na sala*, **(aí)** *embaixo da mesa*, **(lá)** *na cidade*. A projeção da preposição locativa (como *em*, *sobre* etc.) será tratada, nessa proposta, como complemento de Loc. Assim, sintagmas como *(aqui) na loja*, *(aí) sobre a mesa* ou *(lá) dentro de casa* correspondem a um LocP, configurando-se como pronomes adverbiais, nulos ou realizados. A partir dessa proposta, Avelar sugere que o locativo preposicionado seja tratado como um constituinte nominal, dado que os pronomes adverbiais são categorias nominais.

Assim, dessa perspectiva, o que o autor chama de posição do sujeito é [Spec,TP], para onde o DP se move a fim de ser casualmente marcado. É exatamente nessa posição que o PPLoc é licenciado, condição que o leva a apresentar as mesmas propriedades identificadas entre os sujeitos argumentais em posição pré-verbal. A representação de uma sentença como *naquela loja vende livro* deve ser aquela em (137)a: o PPLoc é realizado em [Spec,TP], mesma posição na qual o DP *aquela loja* se encontra conectado em (137)b:





(Avelar 2009, p. 9)



(Avelar 2009, p. 9)

Avelar salienta que o pronome adverbial pode ser realizado sozinho na posição de sujeito, como em (138)a a seguir, ou co-ocorrer, na mesma posição, junto do PPLoc, como em (138)b. Dentro de sua proposta, o pronome adverbial também estará presente em (138)c, como uma categoria nula:

- (138) a) *Lá* vende muitos livros.  
 b) *Lá no shopping* vende muitos livros.  
 c) *No shopping* vende muitos livros.

(Avelar 2009, p. 10)

Dessa forma, dentro da proposta desenvolvida por Avelar, a variação atestada em (134), (135) e (136) não é entre a ausência e a presença da preposição no constituinte em posição de sujeito, mas entre um sintagma nominal que se realiza na forma de um DP (*aquela loja*,) e outro que se realiza como a projeção de um pronome adverbial dêitico sem realização fonológica, denominado de LocP pelo autor. Ou seja, é apenas superficialmente que o sintagma *naquela loja* é diretamente introduzido por uma

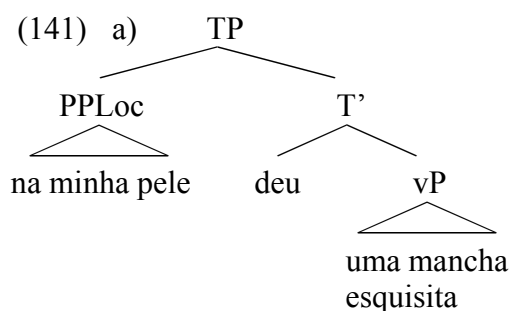
preposição, pois, na computação sintática, esse sintagma é introduzido por um pronome adverbial que não apresenta realização fonológica.

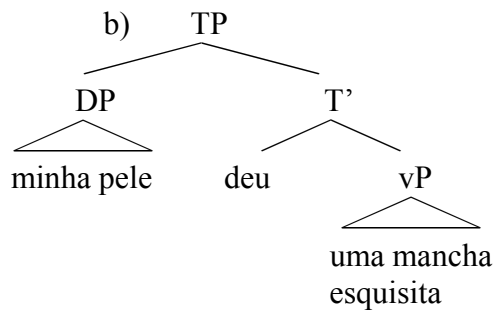
Ao compararmos as sentenças analisadas por Avelar em (134), (135) e (136) com as sentenças formadas a partir do verbo *dar* sem a presença de um objeto indireto na estrutura sintática, ou seja, em que esse verbo não veicula a semântica de T/M, ocorrendo na alternância causativo-incoativa, como vimos nos dados de (122) a (127), verificamos que os dois conjuntos de sentenças apresentam algumas semelhanças entre si, como podemos observar em (139) e (140) adiante:

- (139) a) *Minha pele* deu uma mancha esquisita.  
 b) *Na minha pele* deu uma mancha esquisita.  
 c) *Aqui na minha pele* deu uma mancha esquisita.

- (140) a) *Aquela loja* vende livro.  
 b) *Naquela loja* vende livro.  
 c) *Lá naquela loja* vende livro.

Assim, propomos que as sentenças em que o verbo *dar* não apresenta a semântica de VT/M, ocorrendo como um verbo de alternância causativo-incoativa, possam representar uma instância da inversão locativa descrita por Avelar. Desse modo, sugerimos que essas sentenças sejam representadas como em (141)a e (141)b adiante, seguindo as representações propostas por esse autor:





### 3.5 Conclusão

Por meio das discussões desenvolvidas nesse capítulo, consideramos que pudemos responder as questões por nós formuladas, apresentadas na introdução e na seção 3.1, com relação às Raízes formadoras dos VT/M. A seguir, repetimos essas questões:

- a) Como podemos explicar o padrão de comportamento sintático-semântico dos VT/M pelo viés não-lexicalista que estamos adotando?
- b) Poderíamos dizer que o padrão de comportamento verificado no grupo de Raízes que formam os VT/M no PB se deve à influência dos traços especificados nessas Raízes sobre a estrutura sintática derivada?
- c) Quais são os traços especificados nas Raízes formadoras dos VT/M no PB e como eles interagem com os demais elementos presentes na estrutura sintática?
- d) Os traços especificados nas Raízes formadoras dos VT/M justificam o estatuto argumental que assumimos para o objeto indireto nas sentenças formadas por esses verbos?
- e) Quais contribuições a investigação dos traços sintático-semânticos especificados nas Raízes envolvidas na formação dos VT/M no PB pode

trazer para a área de estudos linguísticos denominada Estrutura Argumental?

Conforme já assinalamos, assumimos, seguindo Harley & Noyer (2000), que a sintaxe gera as estruturas sintáticas e que os itens de vocabulário contêm condições de licenciamento que restringem sua ocorrência em determinados contextos sintáticos. Dessa forma, tendo em vista as questões acima, concluímos que não são os traços sintático-semânticos das Raízes que influenciam a derivação sintática, mas que a sintaxe gera as estruturas e que as propriedades dos itens de vocabulário (Raízes) determinam ou restringem sua ocorrência ou não nessas estruturas.

Além disso, como já mencionamos, assumimos, seguindo Scher et al. (2009), que os traços das Raízes podem ser negociados, isto é, especificados, no ambiente sintático em que estas são inseridas, o que explica, a partir dessa teoria, a possibilidade de uma mesma Raiz ocorrer em contextos sintáticos variados. Como pudemos verificar, a especificação do item de vocabulário explica a ocorrência dos VT/M sem o objeto indireto realizado fonologicamente, além dos casos em que o verbo *dar*, tipicamente um VT/M, não veicula essa semântica, ocorrendo na alternância causativo-incoativa.

Quanto ao padrão de comportamento sintático verificado nos VT/M, concluímos que este pode ser explicado pelos traços das Raízes formadoras desses verbos, uma vez que esses traços restringem, como vimos salientando, as condições de licenciamento dessas Raízes, fazendo com que estas ocorram, geralmente, em contextos sintáticos ditransitivos. Quando estas ocorrem em contextos sintáticos alternantes, seus traços estão subespecificados e são negociados na estrutura sintática, conforme expusemos no parágrafo anterior.

Assim, por meio da abordagem de estrutura argumental oferecida pela DM, acreditamos que pudemos explicar a formação dos VT/M no PB, bem como a realização do objeto indireto nesses contextos sintáticos. Além disso, como a pesquisa de Scher et al. demonstrou, essa abordagem de estrutura argumental é eficaz para explicar comportamentos sintáticos alternantes em geral, e não apenas a alternância causativa, que foi o caso por nós apresentado.

#### ***4. Considerações Finais***

Por meio dessa pesquisa, pudemos formular algumas importantes generalizações a respeito dos VT/M, no PB e translinguisticamente. Assim, verificamos que esses verbos expressam eventos de transferência/movimento e que são formados por Raízes cujos traços apontam para essa tipologia de eventos.

Quanto ao objeto indireto, verificamos que, nos contextos dos VT/M, no PB, esses elementos contêm a semântica de receptor/alvo, ocorrendo, na estrutura sintática, como complementos. Além disso, pudemos confirmar nossas suposições de que o objeto indireto trata-se de um argumento dos VT/M no PB, sendo uma forma de expressão do dativo nessa língua. Também constatamos que, no PB, tanto *a* quanto *para* podem introduzir o objeto indireto (complemento dativo), sendo essa última a variante mais expressivamente empregada.

Quanto à abordagem de estrutura argumental pelo viés da DM, concluímos, com base nos autores consultados, que a sintaxe gera as estruturas sintáticas e que as propriedades dos itens de vocabulário constituem as condições de licenciamento que restringem sua ocorrência nessas estruturas. Isso explica, dentro de nossa proposta, o padrão de comportamento sintático dos VT/M, já que os traços das Raízes formadoras

desses verbos restringem o seu licenciamento, fazendo com que ocorram, geralmente, em contextos sintáticos ditransitivos.

Dessa forma, acreditamos que a DM é uma teoria vantajosa para explicar a estrutura argumental e sintática, não só dos VT/M, mas dos verbos em geral, uma vez não necessita pressupor a existência de um componente lexical, a partir de cuja semântica a sintaxe é projetada. Além disso, essa teoria dá conta de explicar os comportamentos sintáticos alternantes sem necessitar de recursos como a fragmentação do léxico, de modo que cada comportamento de um verbo seja resultante de uma entrada lexical diferente, por exemplo.

## ***Referências Bibliográficas***

- Acquaviva, P. (2009). “Roots and lexicality in distributed morphology”. In: Galani, Alexandra, Daniel Redinger and Norman Yeo eds. *York-Essex Morphology Meeting 2* York, 09-FEB-08-10-FEB-08, pp.1-21
- Arad, M. (1995). *On the projection of ditransitive verbs*. University College of London Working Papers in ..., langsci.ucl.ac.uk.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Roots and Patterns*. (manuscrito), Stanford University.
- Armelin, P. R. G. (2010). *Sentenças bitransitivas do português brasileiro revisitadas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos*. Relatório de Qualificação ao Mestrado, DL/USP, São Paulo, SP.
- Avelar, J. (2009). “Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro”. In: Matraga, Rio de Janeiro, v. 16, p. 232-252.
- Bach, E. (1979). “Control in Montague grammar”. In: *Linguistic Inquiry*, 10, pp. 515-531.
- Baker, M. (1988). *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Bechara, E. (2000). *Moderna gramática portuguesa*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna.
- Berlinck, R. de A. (1996). “The portuguese dative”. In: Van Belle, W. & Van Langendonck, W. *The Dative*. Vol. 1: Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins, pp. 119-151.
- \_\_\_\_\_ (1997). “Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil”. In: II Encontro do CelSul (Círculo de Estudos Linguísticos do Sul). Anais. UFSC, Florianópolis.

- \_\_\_\_\_ (2001). “Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do “dativo” no português”. In: Revista Letras, Curitiba, n. 56, pp. 159-175.
- Borer, H. (1993). “The projections of arguments”. In: Benedicto E. and J. Runner (eds.), *Functional Projections*, UMass.
- Burzio, L. (1986) *Italian syntax*. Dordrecht: Reidel.
- Cançado, M. (2009). “Argumentos: complementos e adjuntos”. In: Alfa, São Paulo, 53 (1), pp. 35-59.
- Chomsky, N. (1955/1975). *The logical structure of linguistics theory*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Lectures on government and binding: the Pisa lectures*. Dordrecht: Foris. [7<sup>th</sup> edn (1993), Berlin: Mouton.]
- \_\_\_\_\_ (1986). *Knowledge of language: its nature, origins and use*, Praeger, New York.
- Croft, W. et. al. (2001). “Discriminating verb meanings: the case of transfer verbs”, handout, LAGB Autumn Meeting, Reading.
- Crystal, D. (1997). *A dictionary of linguistics and phonetics*. 4th edition. Cambridge, MA: Blackwell.
- Cuervo, C. (2003). Datives at large. Ph.D. Dissertation, MIT.
- Culicover, P. (1982). *Syntax*. New York: Academic Press.
- Cyrino, S. M. L. (1994). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado, publicada em 1997, Londrina: Editora da UEL.
- \_\_\_\_\_ (1998). “O objeto indireto nulo no português brasileiro”. In: Signum, Londrina, v. 1, pp. 35-54.
- Dillinger, M. (1991). “A interpretação do objeto indireto em português”. In: Anais do XXXIX Seminário do GEL, UNIFRAN, Franca, pp.410-417.



- Dillinger, M.; Galves, C.; Pagotto, E.; Cerqueira, V.; (1996). “Padrões de complementação no português falado”. In: Mary A. Kato. (Org.). *Gramática do português falado - Volume V: Convergências*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, pp. 277-327.
- Dowty, D. (1979). “Dative ‘movement’ and Thomason’s extensions of Montague grammar”, In: S. Davis and M. Mithun, eds., *Linguistics, philosophy and Montague grammar*. Austin: University of Texas Press.
- \_\_\_\_\_ (1991). “Thematic proto roles and argument selection”. In: *Language* 67, pp. 547-619.
- Embick, D.; Halle, M. (2005). “On the status of stems in morphological theory”. In: *Romance Languages and Linguistic Theory 2003*, ed. T. Geerts, I. van Ginneken and H. Jacobs, Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, pp. 37-62.
- Gerds, D.B. (1993). “Mapping halkomelem grammatical relations”. In: *Linguistics* 31, pp. 591-621.
- Gropen, J.; S. Pinker; M. Hollander; R. Goldberg; R. Wilson (1989). “The learnability and acquisition of the dative alternation in english”. In: *Language* 65, pp. 203-257.
- Hale, K.; Keyser, S. J. (2002). *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge, Mas.: MIT Press.
- Halle, M.; Marantz, A. (1993). “Distributed morphology and the pieces of inflection”. In: K. Hale and S. J. Keyser, Eds., *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvains Bromberger*. Cambridge, Mas.: MIT Press, pp. 111-176.
- Harley, H. (1995). *Subjects, events and licensing*. Unpublished Ph.D. Dissertation, MIT.
- Harley, H.; Noyer, R. (1998). “Licensing in the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the encyclopedia”. *MITWPL* 32: Papers from the UPenn/MIT

- Roundtable on Argument Structure and Aspect, edited by Heidi Harley, p. 119-137.  
Cambridge: MITWPL.
- \_\_\_\_\_ (1999). "State-of-the-article: distributed morphology". In: Glot, University of Pennsylvania, 4.4, pp. 3-9.
- \_\_\_\_\_ (2000). "Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalizations". In: B. Peters, ed., *The lexicon-encyclopedia interface*. Amsterdam: Elsevier, pp. 349-374.
- Harris, J. (1999). "Nasal depalatalization *no*, morphological wellformedness *sí*; the structure of spanish word classes". In: *MIT Working Papers in Linguistics 33: Papers on Syntax and Morphology, Cycle One*, pp. 47-82.
- Jacobson, P. (1983). "Grammatical relations". Paper presented at the 1983 Winter meeting of the Linguistic Society of America, Minneapolis, Minnesota.
- \_\_\_\_\_ (1987). "Phrase structure, grammatical relations and discontinuous constituents", In: G. Huck and A. Ojeda, eds., *Syntax and semantics 20: discontinuous constituency*. New York: Academic Press.
- Kayne, R. (1981). "On certain differences between french and english". In: *Linguistic Inquiry* (12), pp. 349-371.
- Kratzer, A. (1996). "Severing the external argument from its verb". In: Johan Rooryck & Laurie Zaring (ed.), *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer, p. 109-137.
- Larson, R. K. (1988). "On double object construction". In: *Linguistic Inquiry* 19(3), pp. 335-391.
- Levin, B. (2006). "First objects and datives: two of a kind?". Parasession on Theoretical Approaches to Argument Structure, 32nd Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, University of California, Berkeley, CA, February, pp. 10-12.

- Levin, B.; Hovav, M. R. (1995). *Unaccusativity*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Marantz, A. (1997). “No escape from syntax: don’t try morphological analysis in the privacy of your own lexicon”. In: A. Dimitriadis, L. Siegel, C. Surek-Clark & A. Williams, Proceedings of the 21<sup>st</sup> Penn Linguistics Colloquium. In: Working Papers in Linguistics, Philadelphia, pp. 201-225.
- \_\_\_\_\_ (2001). “Words”. Artigo apresentado em West Coast Conference on Formal Linguistics, University of Southern California Los Angeles, 24 february, 2001. Disponível em: <http://web.mit.edu/marantz/Public/EALING/WordsWCCFL.pdf>. Acesso em: 18/04/2009.
- \_\_\_\_\_ (2006). “Argument structure and morphology: noun phrases that name events, Hand-out, New York University.
- \_\_\_\_\_ (2007). “...”, Hand-out, New York University.
- Mateus, M. H. M. et al. (1993). *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Ed. Livraria.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Mioto, C.; Silva, M. C. F.; Lopes, R. E. V. (2004). *Novo manual de sintaxe*. 1. ed. Florianópolis: Insular.
- Negrão, E. V.; Viotti, E. (2008). “Estratégias de impessoalização no português brasileiro”. In: José Luiz Fiorin e Margarida Petter, Orgs., *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Contexto, pp. 179-203.
- Noyer, R. (1997). *Features, position and affixes in autonomous morphological structure*. New York: Garland.
- Oltra-Massuet, I. (1999). “On the notion of theme vowel: A new approach to Catalan verbal morphology”. In: *MIT occasional papers in linguistics* 19. Department of Linguistics and Philosophy, MIT, Cambridge, Mass.

- Perini, M. (1989). *Sintaxe portuguesa*. São Paulo: Ática.
- Pesetsky, D. (1995). *Zero syntax:experiencers and cascade*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Pylkkänen, L. (2002). *Introducing Arguments*. Ph.D. Dissertation, MIT.
- Raposo, E. (1999). Some observations on the pronominal system of portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics*, pp. 59-93.
- Scher, A. P. (1996). *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP, Campinas, SP.
- Scher, A. P.; Medeiros, A. B. de; Minussi, R. D. (2009). “Estrutura argumental em morfologia distribuída”. In: Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática (GT-TG), 2009, Brasília. Anais do Encontro do Grupo de Trabalho Teoria da Gramática (GT-TG).
- Siewierska, A. (1998). “Languages with and without objects: the functional grammar approach”. In: *Languages in Contrast* 1, pp. 173-190.
- Silveira, G. (1999). “A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis”. Trabalho apresentado para exame de qualificação em Sociolinguística, curso de Doutorado em Letras/Linguística, UFSC.
- Torres-Morais, M. A. C. R. (2007). *Os dativos*. Tese de Livre-Docência, DLCV/USP, São Paulo, SP.
- Torres-Morais, M. A. C. R.; Berlinck, R. A. (2006). “A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos”. In: Tânia Lobo; Ilza Ribeiro; Zenaide Carneiro; Norma Almeida. (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, v. 6, pp. 73-106.

Van Hoecke, W. (1996). "The latin dative". In: Van Belle, W; Van Langendonck, W.

*The dative*. v. 1: Descriptive studies. Amsterdam: John Benjamins, pp. 3-37.

Van Valin, R. D. (1990). "Semantic parameters of split intransitivity". In: *Language* 66,

pp. 221-260.